



1º Dossier com reflexões e textos desenvolvidos no projeto

Literacia para a Democracia

até agosto 2019



## Objetivos *(Proposta de candidatura)*

O objetivo central do Programa Cidadão Ativ@s é **fortalecer a Sociedade Civil, reforçar a cidadania ativa**, e empoderar os grupos **vulneráveis**.

Para promover a sustentabilidade e a capacidade das ONG a longo prazo, fortalecendo o seu papel na **promoção da participação democrática, da cidadania ativa e dos direitos humanos**, o Programa procura apoiar projetos que promovam:

- a democracia, a cidadania ativa, a boa governação e a transparência;
- os direitos humanos e a igualdade de tratamento, através do combate a quaisquer formas de discriminação;
- a justiça social e a inclusão de grupos vulneráveis;
- a capacitação das ONG.

O Programa deve, ainda, contribuir para os objetivos gerais do EEA Grants<sup>1</sup> em Portugal e para a concretização da boa governação e do desenvolvimento sustentável.

<sup>1</sup> Através do EEA Grants os países doadores (Islândia, o Liechtenstein e a Noruega) estabelecem o objetivo comum de trabalhar em conjunto para **reduzir as disparidades sociais e económicas na Europa e reforçar as relações bilaterais entre os Estados Doadores e os Estados Beneficiários**. Para o período 2014-2021, foi acordada uma contribuição total de €2,8 mil milhões, para quinze estados beneficiários. Portugal beneficiará uma alocação global de €102.7 milhões.

# Literacia para a Democracia

## Sumário

1ª parte	Preparação do projeto de candidatura		Página
	1	Entendimento da proposta	7
	2	Sínteses retiradas do Programa Cidadãos Activos	10
	3	Notas avulsas para a criação de um projeto	12
	4	Notas para a elaboração do projeto	13
	5	Experiência da ONG promotora	17
	6	Sumário executivo da candidatura	18
	7	Precisões do Projeto <u>Estaleiro 1</u> – Quem/Como vamos formar? Quem vamos formar? Como vamos formar?	19
	8	Precisões do Projeto <u>Estaleiro 2</u> - Relembrando	23
	9	Precisões do Projeto <u>Estaleiro 3</u> – Questionamentos	24
	10	Precisões do Projeto <u>Estaleiro 4</u> – hipótese de cronograma	27
2ª parte	Projeto de candidatura		
	11	Notas/rascunhos para a construção do projeto	30
3ª parte	Reflexões prévias às atividades		
		Conceito de cidadania Levantamento do campo semântico da representação social <i>Cidadania</i>	53
		➔ 12. Consulta a Associados da APCEP	55
		➔ 13. Respostas de Associados da APCEP [Ver também formadores]	
4ª parte	Dinâmicas de constituição do Grupo coordenador		
	14	Preparação da reunião de 3 de maio 2019 Criação do <i>Banner</i>	64
		Ideias que não se podem perder/ideias a reter	65
		Power point apresentado e debatido na 1ª reunião	70

5ª parte	Ideias surgidas nas reuniões		
	15	Percursos educativos certificados	78
	16	Dinâmicas comunitárias e contratualização do projeto	83
	17	Memorandos das reuniões	84
6ª parte	Preparando a formação		
	19	Video participativo	86
	20	MEM	
	21	Manuela Esteves	
	22	APCC <a href="http://www.apcc.org.pt/formacao/cursos/atelies">http://www.apcc.org.pt/formacao/cursos/atelies</a>	
	23	Intercultural... (Tiago? Conceição Rolo)	
7ª parte	Aprofundamento dos temas		
	24	Alfabetização de adultos seniores nas zonas rurais do interior	
	25	Desenvolvimento e proteção nas zonas rurais do interior	
	26	Alfabetização de adultos e crianças nos arredores das grandes cidades	
	27	As crianças de meios de baixas qualificações escolares	
	28	<u>Dia Internacional da Alfabetização - Literacia</u>	
	29	Plano Nacional de Literacia dos Adultos	
	30	A formação de voluntários para a alfabetização no Bairro dos Navegadores	
	31	Alfabetização de mulheres de ciganas	
	32	Sustentabilidade ambiental, economia circular, nova cultura da água	
	33	Comunidade de Práticas	
	34	Orçamento Participativo	
8ª Parte	Textos e materiais fundamentadores		
	34	Alberto Melo (1986) <i>A Formação do Cidadão – curto ensaio sobre Educação Política</i>	
	35	Tomás R. Villasante (2019) <i>Da educação popular às democracias participativas</i>	
	36	Hélène Bonvalot (2013) <i>Associations et citoyenneté en Europe L’engagement associatif vecteur de citoyenneté</i>	
	Associativismo		
	38	Desafio às associações parceiras	
	39	Objetivos do Projeto comuns com Objetivos da APCEP	

9ª parte	40	Academias Gulbenkian do Conhecimento	
	41	Conferência na Gulbenkian ( 2 de maio) com Lorenzo Marsili com desafio à candidatura de pequenos projetos.	
	42	Propostas de projetos	
	43	Alargar a base de cidadania aumentando e enriquecendo a rede de Cidadania dos parceiros da APCEP.	
	44	Colaboração com a <b>ACTIVAR:</b> Cidadania no desenvolvimento das Regiões do interior Centro	
	45	Colaboração com a <b>IHUMANUS</b> Jovens e adultos na prevenção do insucesso escolar com crianças pequenas	
10ª parte	Materiais específicos		
	46	Dinâmicas	
	47	Jogos	
	48	Videos	

# 1ª Parte

## Preparação do projeto de candidatura

---

		Página
1	Entendimento da proposta	7
2	Sínteses retiradas do Programa <i>Cidadãos Activos</i>	10
3	Notas avulsas para a criação de um projeto	12
4	Notas para a elaboração do projeto	13
5	Experiência da ONG promotora	17
6	Sumário executivo da candidatura	18
7	Precisões do Projeto <u>Estaleiro 1</u> – Quem/Como vamos formar? Quem vamos formar? Como vamos formar?	19
8	Precisões do Projeto <u>Estaleiro 2</u> - Relembrando	24
9	Precisões do Projeto <u>Estaleiro 3</u> – Questionamentos	25
10	Precisões do Projeto <u>Estaleiro 4</u> – hipótese de cronograma	28

# 1. Entendimento da proposta

Sentidos referidos na proposta da Gulbenkian **em geral** e especificamente para o Eixo 1 **Fortalecer a cultura democrática e a consciência cívica**

*Como foi entendida a proposta de candidatura?*

*Como a adequamos ao nosso campo de intervenção social?*

Conceitos na proposta	Reflexão sobre os Conceitos <sup>2</sup>
Cultura democrática	Filosofia de intervenção respeitando os direitos dos outros, partilhando as tomadas de decisão, justificando as razões da tomada de decisão, promovendo o desenvolvimento moral (fase pós-convencional) <sup>3</sup> , respeitando o direito dos outros e valorizando cada pessoa.
Consciência cívica	Aquisição da consciência dos direitos cívicos e das formas de intervenção comunitária através das práticas de intervenção.
Fortalecer a sociedade civil	A atividade com outros membros da comunidade e a organização local dos novos grupos fortalecerá a sociedade civil.
Reforçar a cidadania ativa	A participação ativa “ensinará” à participação e a aquisição do gosto de intervir socialmente
Empoderar os grupos vulneráveis	Os grupos vulneráveis estarão, pelo menos em alguns projetos. A ALEM trabalha com grupos de ciganos e nos Projeto do bairro dos Navegadores, também em Oeiras trabalha-se com pais e mães e processos de alfabetização desenvolvendo a auto eficácia.
Promover a democracia	O modo de funcionamento será assente em processos de tomada de decisão.
A boa governação	Procura-se que os governos (locais e nacionais) reconheçam a atividade dos grupos locais, os financiem e os tomem como parceiros.
A transparência	Será feito um site e grupos de comunicação entre os vários atores nos vários contextos onde será explicitado tudo o que se faz no-

<sup>2</sup> A APCEP fará a coordenação do projeto e estará atenção às vertentes gerais escritas a esta cor (vermelho/tinto)

<sup>3</sup> Decidir não por medo ou para agradar a terceiros mas de acordo com os seus juízos de valor. (Kohlberg)

	meadamente as tomadas de decisão e o modo de usar os financiamentos
O desenvolvimento sustentável	O tema global do projeto, partindo das práticas locais “as alterações climáticas, economia circular e a nova cultura da água”
Objetivos gerais do EEA Grants	Os objetivos de desenvolvimento da literacia nos bairros (literacia emergente – crianças – alfabetização de adultos, literacia familiar e comunitária) cumprirão os objetivos dos Grants. Se for necessário podemos envolver a Grécia no projeto.
Combate a qualquer forma de discriminação com base na origem racial ou étnica, religião ou crença, género, deficiência, idade, orientação sexual ou identidade de género.	Em qualquer um destes bairros haverá algum grupo que se aprenderá a respeitar. Em Oeiras ciganos, em Coimbra idosos – idadismo -. Em cada local se definirá um ou vários grupos que permitirão desenvolver estas atitudes cívica.
Educação e formação para a cidadania	Serão realizados workshops que contribuirão para a formação dos voluntários de acordo com as necessidades que se forem identificando e que seja necessário “corrigir”.
Promoção da literacia democrática	Desenvolvimento da literacia aos vários níveis desenvolvendo especificamente com cada grupo os seus aspetos de funcionalidade democrática.
Sensibilização, informação e envolvimento dos cidadãos sobre a importância da participação ativa na comunidade	Através da própria intervenção cívica criando espaços de reflexão/avaliação/regulação da intervenção.
Ativismo cívico e atividades de mobilização	Criar a necessidade de intervir socialmente procurando formas de responder a problemas identificados.
Promoção do voluntariado e da solidariedade	Estes projetos irão funcionar com voluntários num quadro de solidariedade.  Na região Centro muitas atividades funcionarão com alunos do Ensino Superior (Escola Superior de Educação de Coimbra)
Reforço da <u>participação social dos jovens</u> , nomeadamente o seu envolvimento na comunidade, promovendo a sua <u>participação ativa nos processos de tomada de decisão</u>	Serão mobilizados em todos os territórios jovens numa perspetiva de protagonismo juvenil <sup>4</sup> .
Atividades de advocacy	Desfazer a representação do “não é nada comigo” para a criação da necessidade e empenho na defesa de causas.
Ações de sensibilização, partilha de informação e participação em processos de tomada de decisão relativas a políticas públicas	Promover discussões abertas e nos grupos de internet do projeto sobre as tomadas de decisão locais e públicas que tenham a ver com os grupos e venham a propósito. Estar atento às políticas que tenham a ver com o projeto ou as suas comunidades.

<sup>4</sup> Os jovens são convidados a assumir papéis de intervenção social



Cooperação com a Noruega	Ver como colaborar com a Noruega, pode ser parceiro...
Parcerias entre as ONG portuguesas	Através das redes sociais e em acontecimentos, aproveitar para difundir o Projeto e os ganhos em saberes que vai conseguindo. Ajudar <u>ONG parceiras a candidatarem-se ao Cidadãos Activos</u> .
Parcerias entre as ONG e entidades públicas	Desenvolver nos locais a prática de colocar as entidades públicas a dialogar com as ONG considerando-os parceiros. Promover a democracia para/ com os grupos locais.
Atividades de monitorização e acompanhamento das <u>políticas públicas</u> , incluindo a implementação de recomendações ou decisões tomadas a nível internacional	Acompanhar, debater e difundir reflexões sobre as políticas públicas apresentando recomendações que ajudem a concretizar adequadamente as relações das entidades públicas com as comunidades locais através das suas associações e grupos.
Colaboração entre ONG e jornalistas de investigação para assegurar a transparência e combater a corrupção	Procurar mobilizar professores e/ou estudantes da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra. Procurar formas de intervenção nas práticas comunitárias em que estamos envolvidos.
Parcerias e promoção do diálogo estruturado entre ONG e entidades públicas e privadas para resolver problemas sociais e ambientais	Através das Redes Sociais e dos contatos que forem surgindo, conhecer projetos com problemáticas sociais comuns e construir propostas de resolução dos problemas locais fazendo algumas experiências de propostas políticas a partir da base.

## 2. Sínteses retiradas do Programa Cidades Activos

---

### Eixo 1<sup>5</sup>

Fortalecer a cultura democrática e a consciência cívica que abrange projetos nomeadamente direccionados

- A. Educação para a cidadania e formação a nível formal e não- formal;
- B. Promoção da literacia democrática;
- C. Sensibilização, informação e envolvimento dos cidadãos sobre a importância da participação ativa na comunidade;
- D. Ativismo cívico e atividades de mobilização
- E. Promoção do voluntariado e da solidariedade;
- F. Reforço da participação social dos jovens, nomeadamente o seu envolvimento na comunidade, promovendo a sua participação ativa nos processos de tomada de decisão;
- G. Atividades de advocacy
- H. Atividades de monitorização e acompanhamento das políticas públicas, incluindo a implementação de recomendações ou decisões tomadas a nível internacional
- I. Ações de sensibilização, partilha de informação e participação em processos de tomada de decisão relativas a políticas públicas;
- J. Colaboração entre ONG e jornalistas de investigação para assegurar a transparência e combater a corrupção;
- K. Parcerias e promoção do diálogo estruturado entre ONG e entidades públicas e privadas para resolver problemas sociais e ambientais.

---

<sup>5</sup> Retirado da proposta da Gulbenkian

## Artigo 2.º Objetivos do Programa<sup>6</sup>

1. O objetivo do Programa é fortalecer a sociedade civil e a cidadania ativa e empoderar os grupos vulneráveis.
  2. Para tal, o Programa pretende apoiar projetos que promovam:
    - a. Democracia, cidadania ativa, boa governação e transparência;
    - b. Direitos humanos e igualdade de tratamento através do combate a qualquer forma de discriminação com base na origem racial ou étnica, religião ou crença, género, deficiência, idade, orientação sexual ou identidade de género;
    - c. Justiça social e inclusão de grupos vulneráveis;
    - d. Capacitação das ONG.
  3. O Programa contribui também para os objetivos gerais dos *EEA Grants* em Portugal e para a concretização da boa governação e do desenvolvimento sustentável.
  4. O Programa visa ainda encorajar a constituição de parcerias entre as ONG portuguesas, e entre estas e entidades públicas e privadas localizadas em Portugal, nos países beneficiários e nos países financiadores ou com organizações internacionais e agências subsidiárias
- 

---

<sup>6</sup> Estes são vetores que nos interessam desenvolver neste projeto

### 3. Notas avulsas para a criação de um projeto

*Tendo em conta a reflexão nos pontos anteriores expressos pela Gulbenkian*

A APCEP seria a instituição chapéu que coordenaria de forma participada a atividade dos três grupos preocupando-se mais com as componentes mais organizacionais e fundadoras.

#### Estratégia

Propõe-se, para os três territórios uma estratégia em que, em cada território,

- se envolva pelo menos dois grupos diferentes em que um dos grupos aprende/organiza/fundamenta para intervir junto de outro<sup>7</sup> eventualmente mais vulnerável.
  - As decisões são tomadas pelo grupo coletivamente e o projeto de intervenção é decidido, concebido e planificado pelo grupo
  - O grupo fará uma ou mais sessões na comunidade para grupos mais alargados procurando sensibilizá-los para a causa
  - Os grupos vulneráveis, junto aos quais se intervém deverão organizar e fazer algo em comum (preparar uma visita, fazer um espetáculo...)
  - A problemática poderia ter algo em comum sobre o desenvolvimento sustentável: alterações climáticas, economia circular, nova cultura da água.<sup>8</sup> Trata-se de utilizar a estratégia de partir do local para a compreensão do global.
- Territórios:

	Região Centro	Oeste	Grande Lx	
Região	Região Centro	Oeste	Oeiras	
Associação	ICreate	Barafunda	ALEM	
Local principal	V N. Poiares	Benedita	Outurela	
Locais complementares	Condeixa		Bº dos Navegadores	
Tipo de zona	Zona rural	Rururbana	Suburbana	
Leader	Dina Soeiro	Isabel Rufino	Conceição Rolo	

<sup>7</sup> Quando se trata de intervir junto de um grupo de jovens para intervir junto de outros grupos chama-se “protagonismo juvenil”.

<sup>8</sup> Algo quotidiano e simples que pode ser problematizado e enriquecido. Pode ser a alimentação por exemplo...

## 4. Notas para a elaboração do projeto

### Literacia para a Democracia

#### Literacia Comunitária: cultura democrática e Educação Cívica

Notas retiradas do esboço de candidatura em Curso para o programa CIDA-DÃOS ACTIVOS – EIXO 1 da Fundação Calouste Gulbenkian

#### **Apresentação do projeto**

O presente projeto vem na linha do mandato que a APCEP se atribui, expresso na sua Declaração de Princípios <http://www.apcep.pt/logotipo.php?noticia=1770>

*Papel importante caberá à APCEP no fomento da formação cívica e do exercício da democracia, incitando os cidadãos à participação na vida pública, social, cultural e sindical, promovendo a sua preparação para uma correta utilização dos meios de comunicação social e pondo-os de sobreaviso relativamente a propagandas alienadoras e outras formas de manipulação da opinião pública.*

Nesse sentido, em conjunto com Associações parceiras com quem tem vindo a desenvolver atividades comunitárias e propondo-se retirar conhecimento para alargar a outros contextos, apresenta-se este projeto cuja atividade se desenvolverá

- Na Região Centro do país numa zona rural de interior através da *ICreate* em parceria com a Escola Superior de Educação de Coimbra e as Câmaras Municipais locais.
- Na zona do Oeste, numa comunidade rururbana – Benedita – através da Associação *Barafunda* e do Centro *Qualifica* local.
- Em zonas suburbanas na região metropolitana de Lisboa, integradas num concelho rico do país – Oeiras – essencialmente constituídas por ciganos e imigrantes de origem africana através da Associação *ALEM* (Literacia e Mediação), do Centro *Qualifica* de Oeiras, da Escola Secundária Luís de Freitas Branco e da Câmara Municipal de Oeiras.

Trata-se de projetos comunitários cujo atividade se vem desenvolvendo há mais de 5 anos (ver memória descritiva de cada subprojecto) mobilizando populações vulneráveis juntando-se agora uma vertente mais explícita de Cultura Democrática e Educação cívica, procurando criar, nestes contextos, um grupo de intervenientes que permitam sustentar as atividades de intervenção e enriquecer o espaço de formação criado pelas atividades de educação informal, com uma cultura democrática e de cidadania.

Embora cada zona prossiga as suas atividades de acordo com as dinâmicas participativas da comunidade, os objetivos mandatados serão desenvolvidos, com estratégias de animação socioeducativa comunitária, através da interação de grupos com características diferentes na comunidade, cuja presença dominante de jovens inclui as vertentes de educação cívica, potenciadoras da continuação do desenvolvimento do voluntariado e da solidariedade comunitária com as populações mais vulneráveis.

Sabendo-se hoje que a competência literacia permite o desenvolvimento da autoeficácia conducente ao empoderamento, nomeadamente de participação democrática e tratando-se de comunidades com baixos níveis de literacia este objetivo prosseguirá através do desenvolvimento da literacia emergente com crianças de idade pré-escolar na prevenção do insucesso escolar, com a presença da literacia funcional nas práticas de crianças e jovens, com a alfabetização de adultos e com o incremento da literacia familiar e comunitária.

Valores como a importância do saber e da cultura democrática, como a importância de defender as causas de terceiros, como o direito à palavra de todas as pessoas, como o respeito pelos outros, qualquer que seja a sua diferença do grupo hegemónico, serão trabalhados em contextos formativos e na análise e preparação de práticas.

Do mesmo modo, a formação para os valores ligados à sustentabilidade serão desenvolvidos do local para o global e vice-versa: partindo das práticas locais nomeadamente nos que se referem às alterações climáticas, à economia circular e à nova cultura da água, integrando o incremento de uma cultura tecnológica e científica.

Do mesmo modo, o acompanhamento e debate das políticas públicas permitirão, a vários níveis a produção de recomendações adequadas para a tomada de decisão.

A realização de parcerias entre ONG e com os poderes públicos locais e nacionais permitirão enriquecer o tecido social e criar uma maior formação em literacia comunitária. A divulgação social será feita não só nos fóruns próprios, específicos, mas sobretudo, através da internet e das redes sociais recorrendo aos recursos disponíveis nomeadamente os professores e alunos do Curso de Comunicação Social da ESE de Coimbra.

04-10-2018

### **Descrição do Projeto e articulação entre as suas Componentes**

Este projeto centra-se no desenvolvimento de atividades por parte de jovens das comunidades junto de outros grupos comunitários raramente envolvidos em atividades de educação cívica. Será através da formação adquirida em momentos de **Formação, workshops, intervenção e reuniões de análise** que acontecerão as aprendizagens de educação cívica.

Estas atividades terão lugar em cada local e nos encontros dos jovens dos três territórios Este projeto, pelas suas componentes específicas, integrará uma **equipa de consultores** constituída por especialistas nos diversos domínios, membros da APCEP: *Alberto Melo* – educação cívica à escala global e local; *Lucília Salgado* – intervenção comunitária inter-grupos; *Manuel Lucas Estevão*: sustentabilidade ambiental, *Paula Guimarães*: diagnósticos de comunidades e grupos; *Teresa Amal*: conceção de projetos comunitários de educação cívica; *Mário Montez*: workshops de educação cívica; *Irina Boteta*: animação socioeducativa e de empowerment juvenil. Será ainda incluído um especialista norueguês neste domínio.

O projeto organiza-se em três territórios com uma metodologia base similar mas com práticas e organizações diferenciadas:

O grupo **Coimbra** organiza-se com grupos que atuam, à partida, em dois territórios (Vila Nova de Poiares e Condeixa-a-Nova) em torno do *Projeto Letras Pra Vida* e de alunos da Escola Superior de Educação de Coimbra das Licenciaturas de Animação Socioeducativa, Gerontologia Social e Comunicação Social. Para a) enriquecer os projetos já existentes com as componentes referidas nos objetivos de Educação Cívica, de b) sensibilizar aprofundando a consciência cívica e solidariedade nos alunos da ESEC e, enriquecendo a sua formação em *advocacy* e difusão social. Os grupos comunitários são essencialmente constituídos por séniores, de meio rural, de baixas qualificações escolares, maioritariamente envolvidos em processos de alfabetização.

O grupo da **Benedita** organiza-se a partir das atividades escolares centrando a sua formação cívica nas áreas alimentares aprofundando as questões da sustentabilidade. As aprendizagens centrar-se-ão no teatro e no modo como transmitir os conhecimentos adquiridos aos outros pares, aos pais e demais elementos da comunidade. Procura-se que no decorrer dos 3 anos, novas turmas e grupos se envolvam na formação da comunidade nestas problemáticas.

O grupo **Oeiras** organiza-se em dois grupos em espaços diferentes – *Bairro dos Navegadores* em Porto Salvo e *Outurela* ambos constituídos maioritariamente por comunidades vulneráveis compostas por ciganos, afrodescendentes e por jovens em exclusão escolar. A atividade central a desenvolver com os dois grupos centra-se na alfabetização dando continuidade a outras atividades em domínios afins. Alguns jovens ciganos (pelo menos 2) assumirão funções de mediadores junto dos seus pares esperando aumentar este número. As ciganas de Outurela têm desenvolvido formação profissional em bordados portugueses e os ciganos dos *Navegadores* querem criar uma fábrica de produtos de vestir utilizados na comunidade cigana.

**Concertação** - Estes três territórios têm uma coordenação geral composta por duas ou três pessoas de cada um deles (incluindo sempre o gestor principal e as subdelegações internas no gestor territorial) alargada aos membros da equipa de consultores sempre que necessário. Numa segunda fase do projeto (após constituição dos grupos de jovens e a conceção dos

projetos de intervenção local os grupos iniciarão a **intervenção territorial** decidida que terá lugar, sobretudo, no 2º ano do projeto. Neste contexto serão realizadas atividades de teor diverso nomeadamente **Iniciativas cívicas** e **Campanhas de sensibilização**.

Durante o projeto serão recolhidos dados nomeadamente através de Diários de Bordo que permitirão, em momentos específicos ir fazendo, avaliando objetivos e retendo os processos como foram alcançados numa perspetiva de investigação ação. Os avaliadores externos e os grupos internos terão momentos específicos de **avaliação e regulação** do projeto. Ao longo do projeto, serão discutidas e aprofundadas as questões de **sustentabilidade ambiental** a propósito de intervenções podendo fazer parte de iniciativas e campanhas de sensibilização desenvolvendo os três eixos: alterações climáticas, economia circular e nova cultura da água.

A **difusão** do projeto terá o seu ponto forte no 3º ano mas durante os dois primeiros anos serão feitos artigos nos jornais locais, eventualmente um programa de televisão e sobretudo na Web e nas redes digitais através de um site que será desenvolvido sobre o programa até para assegurar a sua transparência interna e externa. Os estudantes de Comunicação social da ESEC terão aqui um papel importante. Serão realizados pelo menos 3 seminários de divulgação. Um no primeiro ano para apresentação pública do projeto e aprofundamento e partilha dos quadros conceituais, um no segundo ano – seminário-debate – para recolher novas contribuições durante a difusão e um terceiro de apresentação de resultados e proposta de continuidade. Mais especificamente será produzido **material de formação** utilizando os saberes produzidos durante o projeto em cada um dos contextos, recolhendo imagem e discursos desde o seu início. Ainda com a preocupação de **continuidade** das dinâmicas desenvolvidas pelo projeto sabemos que a mais importante centra-se na formação de jovens voluntários para dar continuidade ao trabalho nas suas comunidades. Procuramos ainda que novos projetos apareçam já no 2º ano e que a difusão dos resultados das práticas permitam ir enriquecendo outras práticas existentes através da difusão realizada durante o projeto. Durante o projeto os jovens e as comunidades, assim como a equipa do projeto serão chamados a fazer ou refletir sobre **políticas** afins ou fazer claramente propostas dirigidas a órgãos locais ou nacionais.

## **Papel dos parceiros**

A *As. Barafunda* da Benedita saber como intervir numa escola com adolescentes e como envolver os pais e a comunidade em processos educativos não formais; como alargar-se aos pares e identificar bloqueios para remover (propostas). A relação privilegiada com o *Centro Qualifica* dará a compreender como estes centros podem intervir neste domínio e envolver adultos (pais e mães) nas relações com os trajetos escolares dos filhos.

A *As. ALEM* de Oeiras contribuirá para a compreensão da intervenção cívica junto de comunidades vulneráveis com atitudes cívicas: versus xenófobas e de classe social. Como desenvolver a educação cívica na construção da aquisição da literacia democrática: ler o mundo e a vida, adquirir autoeficácia para a resolução dos seus problemas. Também aqui o *C. Qualifica* de Oeiras enriquecerá como um Centro, inserido numa Escola, promoverá a cidadania nestes bairros e adequar os processos de Ed. de Adultos às suas necessidades e potencialidades e colocar a Escola também ao seu serviço.

A *As. ICreate* de Póvoa de Varzim através do *Letras Pra Vida* permitirá ainda compreender a interação e a formação de estagiários e contribuir p/ a divulgação junto da Comunicação Social.

## **Descrição do papel do(s) parceiro(s) no projeto, por componentes**

**Coimbra – Ass. iCreate:** **Iniciativas cívicas** dos jovens junto de séniores freguesias do Concelho de Póvoa de Varzim e Condeixa (Letras Pra Vida). **ESEC** coordena pedagógica/ os projetos, fornece os jovens que irão intervir nas comunidades, dinamiza novos projetos na Região Centro, atividades online (páginas Web...) e mobiliza profs e estudantes da Licen. Com. Social: **formar** e participar **Difusão**. *As. Câ. Mun. V N Póvoa de Varzim* e *Condeixa* fornecem suporte inst., transportes p/ as atividades e o reconhecimento das ações. Tb o papel das **políticas** autárquicas em regiões de baixa densidade.

### **Materiais.**

**Benedita – Ass. Barafunda** assegura a relação com a *Escola e respetivo Agrupamento* frequentado por alunos que irão desenvolver ações de **sensibilização** junto dos pares, das famílias e respetivas comunidades. O *Centro Qualifica* da Benedita alargará a educação cívica aos adultos do Centro. A perspetiva da **Sustentabilidade ambiental** terá aqui

a sua dominante forte em atividades ligadas à alimentação e ao teatro. Tb as **políticas** educativas no envolvimento de pais e comunidades. **Materiais**.

**Oeiras – Ass. ALEM:** **Intervenção territorial** em 2 zonas do C. de Oeiras. Jovens em atividades cívicas ligadas à literacia de ciganos, afrodescendentes e jovens em exclusão. Literacia nos 2 territórios. C. Qualifica de Oeiras e Escola E. Secundário: **Campanhas de Sensibilização**. **Políticas** c/ populações vulneráveis **Materiais**.



## 5. Experiência da ONG promotora

---

### Designação do Projeto: Literacia para a Democracia

---

Experiência da ONG promotora: pretende-se que seja descrita a experiência da entidade promotora, designadamente na área de atuação do projeto. Poderão ser indicados, por exemplo, quais os projetos desenvolvidos na respetiva área de intervenção, quais os resultados desses projetos, ou o número de anos de experiência da entidade na área. Esta informação será objeto de avaliação pelos peritos avaliadores externos, uma vez que a experiência da entidade promotora constitui um dos critérios de avaliação da candidatura (exceto nos projetos institucionais e nos pequenos projetos do eixo 4). A ponderação associada a este critério de avaliação pode ser consultada no respetivo aviso de concurso. (1000 carateres)

**Ponto 7.2 aviso de concurso Eixo 1**

---

A APCEP foi criada em 1984 tendo surgido para desenvolver e apoiar atividade de Educação Permanente assim como com o objetivo de promover a consciência cívica para a necessidade de defesa pública destes princípios nomeadamente junto de populações mais vulneráveis para quem a educação seria fator de uma maior consciência social dos seus direitos cívicos. Tendo passado por um período de menor atividade enquanto ONG renasce em 2014 com a preocupação de promover a educação permanente nomeadamente através da educação de adultos respondendo sobretudo à população de mais baixas qualificações escolares. Assim, promove em 2015 um Encontro nacional “Aprender para Transformar” mobilizando um vasto leque de associações e grupos que promovem a atividade cívica neste domínio, promove as jornadas de Alfabetização em janeiro de 2016 com grupos de voluntariado, alarga a sua rede de Círculos Regionais a todo o território nacional do Minho ao Algarve tendo os seus membros participado em inúmeras sessões, em todo o país. Ver [www.APCEP.pt](http://www.APCEP.pt) A sua atividade tem-se pautado ainda por pressionar os poderes públicos para responder às necessidades da população adulta referida e por, através da intervenção comunitária criar situações de igualdade de oportunidades das crianças de meios sociais mais carenciados, possíveis vítimas de insucesso e exclusão escolar (candidatura ao Programa BIPZIP e parecer à Câmara municipal de Almada).

---

---

## 6. Sumário executivo da candidatura

---

A Educação para a cidadania dos jovens envolvidos neste projeto **processa-se** através da **sua intervenção junto de comunidades mais ou menos vulneráveis** segundo a **metodologia do protagonismo juvenil**.

Com o **objetivo de produzir conhecimento** mais adequado para projetos futuros (organizados em materiais de formação), trata-se de **jovens originários de zonas diferentes** – rurais do interior, cidades em meios rural e periferias de cidades – **com idades e situações sociais também diferenciadas**: adolescentes inseridos no sistema escolar, estudantes do Ensino Superior e jovens de territórios vulneráveis (ciganos e afrodescendentes).

Também as intervenções se inserem em quadros institucionais prioritários: Escolas Básicas e Secundárias, Escolas de Ensino Superior direcionadas a animadores, gerontólogos, e jornalistas, Centros *Qualifica*, ONG e Autarquias.

A metodologia do projeto implicará **a formação assente em workshops, na conceção de projetos comunitários, na sua implementação, avaliação e regulação, na distribuição de tarefas específicas na equipa, no encontro dos vários grupos, na participação política local nomeadamente advocacy e na difusão do projeto na comunicação social**.

## 7. Precisões do Projeto

---

### Estaleiro 1

#### Quem/como vamos formar?

---

O objetivo central do Programa Cidadão Ativ@s é fortalecer a Sociedade Civil, reforçar a cidadania ativa, e empoderar os grupos vulneráveis.

*Gulbenkian*

Quem →  
em que → vamos formar?  
como

Objetivos: formação para a **cidadania ativa** a 3 níveis<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Ao fim e ao cabo, os nossos destinatários são a) um grupo de jovens com quem vamos trabalhar em continuidade, b) as pessoas que vamos sensibilizar/tocar com o nosso projeto + a população vulnerável com quem vamos intervir (no 2º ano) e c) os técnicos e novos formadores que vão interagir com o nosso projeto com os objetivo de intervenção (chamamos formadores) .

---

## Quem vamos formar?

---

(GRUPO A)<sup>10</sup>

### 1. Formação de cidadão ativos

Criação (formação) de grupos de jovens para virem a desenvolver intervenção social no âmbito da cidadania ativa, isto é:

- Terem uma Intervenção adequada no terreno em que intervêm
- Serem capazes de construir um projeto de intervenção
- Serem capazes de liderar, de forma cidadã uma equipa de intervenção para a cidadania

(GRUPO B)

### 2. Sensibilização de pessoas para a cidadania (GRUPO B)

- Difusão social da problemática da cidadania
- Contaminação daqueles com quem nos relacionamos nomeadamente através do modelo da nossa relação
- População vulnerável com quem vamos intervir no 2º ano

(GRUPO C)

### 3. Formação/sensibilização de formadores para a cidadania

- Sensibilização de técnicos e atores sociais, nomeadamente professores, para a intervenção adequada neste domínio.
- Envolvimentos em ações de formação de outros atores com responsabilidades sociais no domínio

---

## Como vamos formar?

---

(GRUPO A)

### 1. Formação de cidadãos ativos

Criação (formação) de grupos de jovens para virem a desenvolver intervenção social no âmbito da cidadania ativa, isto é:

- Terem uma Intervenção adequada no terreno em que intervêm

---

<sup>10</sup> Grupo destinatário mais importante. Serão futuros animadores de intervenção social

- Serem capazes de construir um projeto de intervenção social,
- Serem capazes de liderar, de forma cidadã uma equipa de intervenção para a cidadania

➤ Trata-se do grupo principal de destinatários do projeto: formação de grupos de jovens para virem a ser animadores, voluntários, profissionais de intervenção social juntos de outros grupos.

➤ Este objetivo centrando-se no domínio de aquisição de competências, terá de ser desenvolvido através da ação, da realização da própria atividade.

Por isso, este projeto se organiza em 3 fases:

- ➔ 1 ano de formação geral e através da construção do projeto de intervenção
- ➔ 1 ano de implementação do projeto no terreno junto de grupos vulneráveis
- ➔ 1 ano de conceção e difusão das produções do projeto e apoio á criação de novos projetos

➤ Um dos vetores de formação destes jovens será a intervenção junto do GRUPO B.

➤ A formação destes jovens será feita a 6 níveis:

- a) Formação no interior dos grupos locais, com periodicidade semanal, através das regras estabelecidas de funcionamento do grupo e das funções que caberá a cada membro realizar, nas formas de tomada de decisões, estabelecidos à partida, tendo em conta *a democracia, a cidadania ativa, a boa governação e a transparência*.
- b) Ações de formação em workshops (média de uma vez por mês) dirigidas por especialistas, por exemplo em vídeo participativo, em desenvolvimento moral, em direitos humanos, em dinâmicas de grupo, em autoeficácia...
- c) Na preparação do projeto que irão implementar (no interior dos grupos locais),
- d) Na preparação e apresentação dos seus projetos aos outros grupos envolvidos e nas suas comunidades
- e) No aprofundamento da problemática específica de cada grupo (alfabetização, economia circular, comunicação social, trocas com seniores...).
- f) Na participação local, em situações concretas de defesa de direitos humanos e nas tomadas de decisão política possíveis.

## (GRUPO B)

### Sensibilização de pessoas para a cidadania (GRUPO B)

- Difusão social da problemática da cidadania

- Contaminação daqueles com quem nos relacionamos nomeadamente através do modelo da nossa relação

---

Os jovens do GRUPO A farão sessões onde apresentarão/dinamizarão as suas problemáticas a) aos outros grupos inseridos no projeto e b) nas suas comunidades locais. Estas pessoas ficarão sensibilizadas, para a problemática da cidadania.

---

Os familiares e amigos dos jovens do GRUPO A ficarão igualmente sensibilizados para estas problemáticas.

As redes sociais e os meios de difusão implementados, sobretudo pelo grupo da comunicação social terão efeitos na sensibilização para a cidadania.

Nas relações que os jovens e os membros das equipas responsáveis desenvolvem através do projeto com outros agentes e atores.

A avaliação deste efeito será realizada através das notas pormenorizadas recolhidas nestas ações.

## (GRUPO C)

### **Formação/sensibilização de formadores para a cidadania**

- Sensibilização de técnicos e atores sociais, nomeadamente professores, para a intervenção adequada neste domínio.
- Envolvimentos em ações de formação de outros atores com responsabilidades sociais no domínio

A preocupação de difusão do projeto e de formação de novos formadores será sobretudo realizada no último ano mas constituirá uma preocupação durante todo o projeto: nas relações com outros parceiros, na preparação/aquisição de materiais, na recolha de materiais de investigação ação.

Sempre que possível, as ações de formação e de difusão serão abertas a outros atores que queiram prosseguir com este trabalho.

Alguns jovens do GRUPO A poderão adquirir formação para virem a ser formadores.

A avaliação deste efeito será realizada através das notas pormenorizadas recolhidas no contatos e nas ações realizadas, dia a dia.

## 8. Precisões do Projeto 2

---

### Estaleiro 2

Relembrando...

#### Retirado do pedido de candidaturas da Gulbenkian<sup>11</sup>

- a. Educação para a cidadania e formação a nível formal e não-formal
- b. Promoção da literacia democrática
- c. Sensibilização, informação e envolvimento dos cidadãos sobre a importância da participação ativa na comunidade
- d. Ativismo cívico e atividades de mobilização
- e. Promoção do voluntariado e da solidariedade
- f. Reforço da participação social dos jovens, nomeadamente o seu envolvimento na comunidade, de forma a promover a sua participação ativa nos processos de tomada de decisão
- g. Atividades de advocacy
- h. Atividades de monitorização e acompanhamento das políticas públicas, incluindo a implementação de recomendações ou decisões tomadas a nível internacional
- i. Ações de sensibilização, partilha de informação e participação em processos de tomada de decisão relativas a políticas públicas.
- j. Colaboração entre ONG e jornalistas de investigação para assegurar a transparência e combater a corrupção
- k. Parcerias e promoção do diálogo estruturado entre ONG e entidades públicas e privadas para resolver problemas sociais e ambientais.

Para promover a sustentabilidade e a capacidade das ONG a longo prazo, fortalecendo o seu papel na promoção da participação democrática, da cidadania ativa e dos direitos humanos, o Programa procura apoiar projetos que promovam:

- a democracia, a cidadania ativa, a boa governação e a transparência;

---

<sup>11</sup> Esta repetição deve-se a, numa fase de construção do projeto, não perder as indicações que consideramos fundamentais e terão de estar presentes.

## 9. Precisões do Projeto <sup>3</sup>

### Estaleiro 3

#### Questionamentos...

O pessoal da Gulbenkian continua a pressionar a Manuela sobre pormenores, e nós vamos respondendo como podemos. Eles não devem saber o que é ser participativo (falta de formação em cidadania... 😊).

O que tememos é que com esta preocupação de lhes responder daqui a pouco estejamos a decidir tudo do projeto o que lhe tiraria todo o significado e... até hipóteses de realização!

Pensei que o melhor seria ir falando sobre o que nos vai na cabeça e com as ideias com que lhes vamos respondendo. Assim sempre vamos conversando. Até porque só vamos ter dinheiro para nos juntarmos depois do projeto ser assinado. Acho que será em 1 de abril. (sério!!!)

Relembrando... (ver texto em anexo, feito inicialmente)

- a. A ideia de formar para a cidadania seria através da ação.
- b. Em cada Associação havia os grupos que se considerassem interessantes. Por isso tinham um número de grupos variáveis para ser a partir de trabalho que já estava em curso. Pragmático!
- c. No final do projeto, as pessoas de cada grupo seriam animadores, dinamizadores, voluntários... mas seriam capazes de fazer coisas e/ou organizar projetos de luta contra a vulnerabilidade social fosse ela étnica, senior ou ecológica. Certo?
- d. No primeiro ano iríamos trabalhar com essas pessoas para i) as fazer adquirir/desenvolver atitudes e comportamentos de cidadania e ii) para as ir formando para a intervenção social junto de grupos que iriam fazer no próximo ano para iii) no terceiro ano serem capazes de criar projetos, ou grupos, ou dinâmicas de intervenção social.

CERTO?

LS



Vão dizendo se isto está certo e se se aplica ao vosso caso,sff:

1. A Gulbenkian vai assinar projeto com 3 associações que na nossa cabeça funcionam com geometria variável:

**a) Em Coimbra assinou com a iCreate e irão funcionar 4 grupos:**

- ➔ O grupo de Vila Nova de Poiares (com a Vera)
- ➔ O grupo de Condeixa (com a Lina)
- ➔ O grupo de Comunicação Social (com a Carla Patrão)
- ➔ O grupo de ASE/EdA (com a Sílvia e/ou a Dina ou com outra pessoa?)

**b) Na Benedita irá funcionar com 1 grupo (com a Isabel)**

**c) Em Oeiras irá funcionar com dois grupos**

- ➔ O grupo de Outurela (com a Clara ou a Conceição)
- ➔ O grupo dos Navegadores ( com a Manuela ou alguém que tivesse feito a formação connosco???)

## 2. O que iremos fazer?

a) Num primeiro tempo teremos de fazer uma reunião de um dia inteiro com a equipa coordenadora a) percebermos como vão funcionar as contas, b) para montarmos/adequarmos o projeto, fazer a planificação, distribuir tarefas gerais....

b) Num primeiro ano faremos a formação dos jovens no grupo<sup>12</sup>, em workshops específicos, em encontros inter grupos e na apresentação/dinamização que vão fazer localmente, aos pares ou familiares. E também na realização do projeto que vão implementar no 2º ano. No 2º ano implementam o projeto nas comunidades e no terceiro ano avaliam, difundem, produzem materiais...

3. A dinamização e organização dos grupos locais, é muito importante para ser formativa.

a) Para aí, na segunda ou terceira reunião, era necessário fixar o grupo.

Vão dizendo: “impossível”,  
“sim, mas...” “era bem  
melhor” “ainda falta”

---

<sup>12</sup> Já vamos escrever sobre o assunto mais adiante

b) Cada pessoa no grupo teria uma tarefa específica que era importante para que o grupo funcionasse e tinha mesmo que a realizar, percebendo da sua importância se a fizesse ou não (todos somos importantes num grupo).

c) Seria importante ter um Jornal de Parede (ou Diário) para cada um ir escrevendo o que se tem de fazer, o que se fez, o que se propõe, como fazer...<sup>13</sup>

d) As tarefas seriam as que se considerassem necessárias. Mas estas, acho que teriam de ser:

- registo do que se fez
- registo do que se disse significativo (decisões, normas...)
- assegurar a comunicação on line
- fazer e organizar fotografias
- estar atento a quem tem ou parece estar com dificuldades
- organizar/gerir o espaço
- gerir o tempo
- gerir os materiais
- gerir o jornal de parede
- gerir as presenças e as ausências
- garantir que todos façam uma dinâmica (não deve durar mais de 15 minutos) no princípio de cada sessão.
- 
- 

---

<sup>13</sup> Vale a pena estreitar as Imagens do Movimento da Escola Moderna. É com crianças mas dá uma ideia.

[https://www.google.com/search?q=movimento+da+escola+moderna+DIARIO&rlz=1C1CHBD\\_pt-PTPT827PT827&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiWzrTU7f7gAhXIAWMBHZooDesQ\\_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgrc=fdppx6vHvWgDsM](https://www.google.com/search?q=movimento+da+escola+moderna+DIARIO&rlz=1C1CHBD_pt-PTPT827PT827&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiWzrTU7f7gAhXIAWMBHZooDesQ_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgrc=fdppx6vHvWgDsM)

# 10.Precisões do Projeto 4

## Estaleiro 4

### 1ª hipótese de cronograma

Ditribuição das tarefas a realizar ao longo dos meses (primeira hipótese!)

2019	nº mês	actividades		responsável	
Abril	1.	Reunião de regulação do projeto precisando-o para as reali- dades locais; Distribuição de tarefas; Reuniões com as equipas locais de coordenadores; (Re)organização dos orçamentos; Primeira pesquisa nos territórios para constituição dos gru- pos em formação. Sessões de capacitação		Grupo coordenador dos 4 territórios	
Mai	2.	a) Apresentação do projeto nos territórios b) Continuação da constituição dos grupos c) Preparação da sessão pública. Sessões de capacitação		Atividade local	
Junh	3.	a) Sessão pública para apresentação do projeto e apro- fundamento dos quadros teóricos. b) Preparação do acampamento Sessões de capacitação		a) Atividade pública, aberta a toda a gente b) Coordenação central e coordenações locais.	
Julh	4.	Encontro dos jovens em acampamento para criação de rela- ções adequadas a apresentação prática dos procedimentos dos grupos			
Agos	5.	<i>Férias</i> Relações on line		<i>Férias</i> Relações on line	
Set.	6.	Workshop de formação para as equipas de jovens sobre ➔ <i>Responsabilidades partilhadas e solidariedade no interior das equipas. Respeito: direitos e deveres de cada um.</i> Organização dos grupos: ➔ Apresentação no interior do grupo: como eu sou pelo lado positivo – competências e recursos que trago na minha mochila para o grupo. ➔ Primeira proposta de ideia (o que vamos fazer) para co- meçar...		Todo o grupo dos jovens          Trabalho de grupo          Animador/a do grupo	
Out.	7.	➔ Distribuição de tarefas e funções pessoais nos grupos; ➔ Propostas de criação de novas tarefas ➔ Redação de compromissos e solidariedades ➔ Apreciação das tarefas realizadas (imagens...)		Trabalho de grupo	
Nov.	8.	➔ Regulação do trabalho de cada um no grupo ➔ Elaboração de um qua-	➔ Reunião dos coordena- dores das equipas a) para afe- rir a atividade nos grupos,	Trabalho de grupo	

		dro de precisões do trabalho de cada um. → Apresentação do Animador de um quadro geral de intervenção	b)verificar os orçamentos, e fazer o ponto dos registos		Reunião da equipa de coordenadores
Dez.	9.	Redação do 1º relatório de cada grupo e da equipa de coordenação. Festa de natal interativa em cada grupo		Coordenação central e coordenações locais Grupos locais	

2020				
Jan.	10.	- Preparação do workshop - Workshop de formação para as equipas de jovens <i>sobre aspetos de cidadania</i>	Atividades dos jovens nos grupos locais: “diagnóstico” junto dos pares das representações sobre as suas temáticas.	Equipa de coordenação
Fev.	11.	Workshop sobre <i>Trabalho de projeto</i> <i>Projeto de intervenção comunitária</i> Estudo de uma comunidade para intervir (cada grupo) Conhecimento dos principais atores.		Trabalho de grupo
Març.	12.	Design do projeto e negociação com os atores. Componentes sistémicas dos projetos.		Trabalho de grupo
Abril (Páscoa)	13.	Realização do projeto de intervenção junto dos vários grupos da comunidade. Intervenção de dois dias junto da comunidade.		Trabalho de grupo
Maio	14.	Realização de uma “conferência” ou workshop local sobre uma problemática a do projeto ou de Apresentação local alargada do projeto		Trabalho de grupo
Junho	15.	Preparação da participação intercâmbio: pessoal e em família; junto dos responsáveis pelo intercâmbio...		Trabalho de grupo
Julho	16.	Intercâmbios internacionais e encontros de voluntários		Ver com a ACTIVAR da Lou-sã
Agosto	17.			
Set.	18.	Negociação e precisão junto da comunidade do projeto a desenvolver. Início da intervenção comunitária.		
Out.	19.	Encontro de apresentação dos projetos com o objetivo de precisar as intervenções e ainda receber sugestões		
Nov.	20.	Início da intervenção nas comunidades		
Dez.	21.	Se possível, preparação e realização de festas de natal		

2021			
Jan.	22.	Continuação da intervenção nas comunidades	
Fev.	23.	idem Síntese de análise dos registos e ideias sobre o que deveria ter sido feito	
Març.	24.	Idem Produções de materiais sobre os projetos locais a partir do material recolhido durante o projeto	
Abril	25.	Avaliação do projeto em cada local	

Maio	26.	Conceção de novos projetos de intervenção comunitária	
Junho	27.	Preparação dos encontros locais com sugestões de continuidade.	
Julho	28.	Encontros locais de apresentação de resultados	

Agosto	29.	Campo de trabalho internacional de difusão	Workshop de terreno
Set.	30.	Apresentação do modelo de trabalho para apresentar a interessados em novos projetos (difusão)	Atividade pública restrita
Out.	31.	Encontro de difusão dos resultados e apresentação dos materiais ; Elaboração dos materiais	Atividade pública, aberta a toda a gente
Nov.	32.	Finalização dos materiais Sessão pública de apresentação dos projetos e dos resultados Relatório final e avaliação dos grupos	Discussão no interior dos grupos
Dez.	33.	Organização da rede futura.	

# 2ª Parte

---

## 11.Projetos de Candidatura

---



Notas/rascunhos para apresentação de um projeto

---



[notas/rascunhos para a construção do projeto]

## Designação do Projeto: Literacia para a Democracia

### Secção 5

A APCEP foi criada em 1984 tendo surgido para desenvolver e apoiar atividade de Educação Permanente e com o objetivo de promover a consciência cívica para a necessidade de defender públicas de defesa destes princípios nomeadamente junto de populações mais vulneráveis para quem a educação seria fator de uma maior consciência social dos seus direitos cívicos. Tendo passado por um período de menor atividade enquanto ONG renasce em 2014 com a preocupação de promover a educação permanente nomeadamente através da educação de adultos respondendo sobretudo à população de mais baixas qualificações escolares. Assim, promove em 2015 um Encontro nacional “Aprender para Transformar” mobilizando um vasto leque de associações e grupos que promovem a atividade cívica neste domínio, promove as jornadas de Alfabetização em janeiro de 2016 com grupos de voluntariado, alarga a sua rede de Círculos Regionais a todo o território nacional do Minho ao Algarve tendo os seus membros participado em inúmeras sessões, em todo o país. Ver [www.APCEP.pt](http://www.APCEP.pt) A sua atividade tem-se pautado ainda por pressionar os poderes públicos para responder às necessidades da população adulta referida e por, através da intervenção comunitária criar situações de igualdade de oportunidades das crianças de meios sociais mais carenciados (candidatura ao Programa BIPZIP e parecer à Câmara municipal de Almada).

(1000 carateres)

- **Grupo-alvo Principal do Projeto:** principal grupo-alvo a ser contemplado no âmbito do projeto. (1000 carateres).

Jovens e adolescentes da comunidade de modo a tornarem-se atores ativos dos direitos cívicos no interior das suas comunidades. Teremos 1) adolescentes que frequentam a escola, 2) jovens de meios rurais, 3) estudantes do Ensino Superior e 4) jovens da comunidade cigana e oriundos de famílias de países de língua oficial portuguesa (africanos).

**Grupos alvo indiretos:** (1000 carateres).

Outros grupos das comunidades em que se inserem nomeadamente ciganos, imigrantes dos PALOP, pais, mães e familiares dos adolescentes, séniores de baixas qualificações escolares. Uma preocupação situa-se no facto de queremos que os jovens dirijam a sua saída para os grupos mais vulneráveis e tenham um papel “educador” junto dos pais e da comunidade onde se inserem.

**Justificação do Projeto** (diagnóstico de necessidades e análise dos grupos-alvo a abranger): deve ser indicada a problemática a que o projeto irá dar resposta bem como as necessidades do grupo-alvo a que irá atender, demonstrando assim a pertinência do projeto. Este diagnóstico de partida deve ser, sempre que possível, suportado em dados estatísticos e/ou estudos ou análises externas. (2500 carateres) **VER PAULA GUIMARÃES**

- **Objetivos do Projeto:** devem ser indicados os objetivos do projeto (o que se pretende mudar), tendo em conta a situação de partida; (1000 carateres) **(ver eixos do programa, a partir da grelha inicial)**

- Educar para a cidadania e literacia democrática de modo a desenvolver a autoeficácia das comunidades na resolução dos seus problemas.
- Reforçar o envolvimento dos jovens na comunidade promovendo a participação nos processos de decisão nas suas vidas e na intervenção comunitária.
- Desenvolver a motivação e aprendizagem das formas de promover o ativismo cívico, o voluntariado e a solidariedade.
- Aprender processos de intervenção socioeducativas (versus caritativas), de advocacy e de participação política junto de grupos vulneráveis.
- Participar na investigação e difusão do conhecimento sobre vivências e políticas nomeadamente assegurando a transparência no projeto.

**Descrição do Projeto e articulação entre as suas Componentes:** deve ser apresentada uma descrição geral do projeto, com indicação das suas componentes e da articulação entre elas;  
(2500 caracteres) educação para a cidadania

~~• Formação da equipa responsável do Projeto (consultores da APCEP, gestor, responsáveis das parcerias regionais) através da apropriação do projeto em cada local e de acordo com os objetivos funcionais. Ações entre atores e entidades públicas~~

• ~~Benedita~~

• ~~Oeiras~~

• ~~Coimbra~~

~~• Formação dos grupos de jovens~~

~~• Intervenção territorial~~

~~• Avaliação e regulação do projeto~~

• Difusão

• Iniciativas cívicas

• Campanhas de sensibilização

• Sustentabilidade

• Relações com as escolas (centros qualifica, escola da benedita...)

• Envolvimento de novos jornalistas para (Comunicação Social)

• Materiais de difusão e formação (diário de bordo)

•

• Continuidade

Ver secção 6

**Descrição do papel do(s) parceiro(s) no projeto por componentes:** Este campo é obrigatório para os grandes projetos e deve ser preenchido com a descrição do papel que cada parceiro irá desempenhar no projeto (divisão de tarefas, contributo de cada um para os resultados previstos), tendo em conta as componentes identificadas no campo “Descrição do Projeto” e articulação entre as suas componentes;

Este projeto centra-se no desenvolvimento de atividades por parte de jovens das comunidades junto de outros grupos comunitários raramente envolvidos em atividades de educação cívica. Será através da formação adquirida em momentos de **Formação**, *workshops*, *intervenção* e *reuniões de análise* que acontecerão as aprendizagens de educação cívica.

Estas atividades terão lugar em cada local e nos encontros dos jovens dos três territórios Este projeto, pelas suas componentes específicas, integrará uma **equipa de consultores** constituída por especialistas nos diversos domínios, membros da APCEP: *Alberto Melo* – educação cívica à escala global e local; *Lucília Salgado* – intervenção comunitária inter-grupos; *Manuel Lucas Estevão*: sustentabilidade ambiental, *Paula Guimarães*: diagnósticos de comunidades e grupos; *Teresa Amal*: conceção de projetos comunitários de educação cívica; *Mário Montez*: workshops de educação cívica; *Irina Boteta*: animação socioeducativa e de empowerment juvenil. Será ainda incluído um especialista norueguês neste domínio.

O projeto organiza-se em três territórios com uma metodologia base similar mas com práticas e organizações diferenciadas:

O grupo **Coimbra** organiza-se com grupos que atuam, à partida, em dois territórios (Vila Nova de Poiares e Condeixa-a-Nova) em torno do *Projeto Letras Pra Vida* e de alunos da Escola Superior de Educação de Coimbra das Licenciaturas de Animação Socioeducativa, Gerontologia Social e Comunicação Social. Para a) enriquecer os projetos já existentes com as componentes referidas nos objetivos de Educação Cívica, de b) sensibilizar aprofundando a consciência cívica e solidariedade nos alunos da ESEC e, enriquecendo a sua formação em advocacy e difusão social. Os grupos comunitários são essencialmente constituídos por séniores, de meio rural, de baixas qualificações escolares, maioritariamente envolvidos em processos de alfabetização.

O grupo da **Benedita** organiza-se a partir das atividades escolares centrando a sua formação cívica nas áreas alimentares aprofundando as questões da sustentabilidade. As aprendizagens centrar-se-ão no teatro e no modo como transmitir os conhecimentos adquiridos aos outros pares, aos pais e demais elementos da comunidade. Procura-se que no decorrer dos 3 anos, novas turmas e grupos se envolvam na formação da comunidade nestas problemáticas.

O grupo **Oeiras** organiza-se em dois grupos em espaços diferentes – *Bairro dos Navegadores* em Porto Salvo e *Outurela* ambos constituídos maioritariamente por comunidades vulneráveis compostas por ciganos, afrodescendentes e



por jovens em exclusão escolar. A atividade central a desenvolver com os dois grupos centra-se na alfabetização dando continuidade a outras atividades em domínios afins. Alguns jovens ciganos (pelo menos 2) assumirão funções de mediadores junto dos seus pares esperando aumentar este número. As ciganas de Outorela têm desenvolvido formação profissional em bordados portugueses e os ciganos dos *Navegadores* querem criar uma fábrica de produtos de vestir utilizados na comunidade cigana.

**Concertação** - Estes três territórios têm uma coordenação geral composta por duas ou três pessoas de cada um deles (incluindo sempre o gestor principal e as subdelegações internas no gestor territorial) alargada aos membros da equipa de consultores sempre que necessário. Numa segunda fase do projeto (após constituição dos grupos de jovens e a conceção dos projetos de intervenção local os grupos iniciarão a **intervenção territorial** decidida que terá lugar, sobretudo, no 2º ano do projeto. Neste contexto serão realizadas atividades de teor diverso nomeadamente **Iniciativas cívicas** e **Campanhas de sensibilização**.

Durante o projeto serão recolhidos dados nomeadamente através de Diários de Bordo que permitirão, em momentos específicos ir fazendo, avaliando objetivos e retendo os processos como foram alcançados numa perspetiva de investigação ação. Os avaliadores externos e os grupos internos terão momentos específicos de **avaliação e regulação** do projeto. Ao longo do projeto, serão discutidas e aprofundadas as questões de **sustentabilidade ambiental** a propósito de intervenções podendo fazer parte de iniciativas e campanhas de sensibilização desenvolvendo os três eixos: alterações climáticas, economia circular e nova cultura da água.

A **difusão** do projeto terá o seu ponto forte no 3º ano mas durante os dois primeiros anos serão feitos artigos nos jornais locais, eventualmente um programa de televisão e sobretudo na Web e nas redes digitais através de um site que será desenvolvido sobre o programa até para assegurar a sua transparência interna e externa. Os estudantes de Comunicação social da ESEC terão aqui um papel importante. Serão realizados pelo menos 3 seminários de divulgação. Um no primeiro ano para apresentação pública do projeto e aprofundamento e partilha dos quadros conceituais, um no segundo ano – seminário-debate – para recolher novas contribuições durante a difusão e um terceiro de apresentação de resultados e proposta de continuidade. Mais especificamente será produzido **material de formação** utilizando os saberes produzidos durante o projeto em cada um dos contextos, recolhendo imagem e discursos desde o seu início. Ainda com a preocupação de **continuidade** das dinâmicas desenvolvidas pelo projeto sabemos que a mais importante centra-se na formação de jovens voluntários para dar continuidade ao trabalho nas suas comunidades. Procuramos ainda que novos projetos apareçam já no 2º ano e que a difusão dos resultados das práticas permitam ir enriquecendo outras práticas existentes através da difusão realizada durante o projeto. Durante o projeto os jovens e as comunidades, assim como a equipa do projeto serão chamados a fazer ou refletir sobre **políticas** afins ou fazer claramente propostas dirigidas a órgãos locais ou nacionais.

- **Sumário executivo da candidatura**, em inglês (resumo da justificação, objetivos e descrição do projeto): um resumo dos três pontos anteriores, em inglês. O candidato deverá ter em atenção as recomendações indicadas nos campos anteriores, para que este sumário englobe todos os pontos. Em caso de aprovação, este sumário será disponibilizado na versão em inglês do *website* do Programa. (1000 carateres)

A Ed. para a cidadania dos jovens envolvidos neste projeto processa-se através da sua intervenção junto de comunidades mais ou menos vulneráveis segundo a metodologia do protagonismo juvenil. Com o objetivo de produzir conhecimento mais adequado para projetos futuros (organizados em materiais de formação), trata-se de jovens originários de zonas diferentes – rurais do interior, cidades em meios rural e periferias de cidades – com idades e situações sociais também diferenciadas: adolescentes inseridos no sistema escolar, estudantes do Ensino Superior e jovens de territórios vulneráveis (ciganos e afrodescendentes). Também as intervenções se inserem em quadros institucionais prioritários: Escolas Básicas e Secundárias, Escolas de Ensino Superior direcionadas a animadores, gerontólogos, e jornalistas, Centros *Qualifica*, ONG e Autarquias. A metodologia do projeto implicará a formação assente em workshops, na conceção de projetos comunitários, na sua implementação, avaliação e regulação, na distribuição de tarefas específicas na equipa, no encontro dos vários grupos, na participação política local nomeadamente advocacy e na difusão do projeto na comunicação social.

- **Metodologia** proposta para a implementação do projeto: metodologia a empregar pelo projeto. Importa que seja clara e objetiva. Devem ser apresentadas as medidas, ações e instrumentos selecionados, face ao diagnóstico efetuado (situação de partida) e aos objetivos enunciados anteriormente; (2500 carateres)

O ponto principal da estratégia consiste em, através da relação entre as quatro ONG com características bem diferentes promover a Educação para a cidadania e a literacia democrática, envolvendo em ações de voluntariado e solidariedade, jovens em situações sociais e comunitárias de natureza diferente. Os três territórios escolhidos são também de natureza bem diferenciada tratando-se de a) Coimbra: zonas rurais de montanha com idosos maioritariamente envolvidos em grupos com alfabetização; b) uma zona da periferia de uma grande cidade – Oeiras – e c) uma zona urbana inserida num meio indiferenciado entre rural e urbano. Também os jovens destinatários são diferentes tratando-se de adolescentes alunos de uma Escola Básica (Benedita), jovens do ensino superior com jovens locais (Coimbra) e jovens de etnia cigana e afrodescendentes através de práticas nas suas comunidades. Trata-se de num primeiro ano formar os grupos com estes jovens formando-os para as atividades que irão desenvolver no 2º ano junto de uma determinada comunidade para e com quem fizeram um projeto de intervenção específica. No 3º ano trata-se de, com eles fazer a avaliação do projeto, sistematizar as aquisições no projeto através focus group ou de outras formas de recolha de dados, conceber a maneira de os utilizar em ações de formação, produzir o respetivo material e proceder à sua difusão. Uma das maneiras será a de ajudar novos grupos, em novas comunidades, a conceber novos projetos assim como planificar a continuidade dos projeto realizado nas comunidades onde se teve oportunidade de intervir.

Um primeiro tempo consiste em cimentar a equipa das quatro associações e respetivos parceiros próximos refazendo o projeto geral adequando-o ao momento em que se vai atuar, precisando o diagnóstico e planificando atividades; segue-se a criação do grupo de jovens cimentando-os em workshops (com práticas específicas de educação para a cidadania – ver *Farol* – conceção, nas suas linguagens entendendo e completando os projetos de trabalho propostos. O grupo assumirá as responsabilidades mas cada participante terá uma função específica de acordo com as necessidades (fazer os registos das sessões, manutenção do espaço web, coligir informações da comunidade, preparar sessões públicas...). No segundo ano cada grupo desenvolverá intervenção na sua comunidade de onde sairão novas propostas de intervenção (continuidade) e conclusões sobre políticas públicas de resolução dos problemas. As reuniões terão, por vezes a forma de assembleias abertas (ou não) à comunidade com existência de atas (ou relatórios) e votações. No segundo ano serão aceites novos membros nos grupos procedendo-se á reorganização e distribuição de tarefas. No terceiro ano procede-se à avaliação de produtos e processos redigindo relatórios e materiais para serem usados em novos grupo. Tratando-se de jovens o material web será forçosamente privilegiado.

**Descrição do papel do(s) parceiro(s) no projeto por componentes:** Este campo é obrigatório para os grandes projetos e deve ser preenchido com a descrição do papel que cada parceiro irá desempenhar no projeto (divisão de tarefas, contributo de cada um para os resultados previstos), tendo em conta as componentes identificadas no campo “Descrição do Projeto” e articulação entre as suas componentes; (1000 carateres)

A As. *Barafunda* da Benedita saber como intervir numa escola com adolescentes e como envolver os pais e a comunidade em processos educativos não formais; como alargar-se aos pares e identificar bloqueios para remover (propostas). A relação privilegiada com o *Centro Qualifica* dará a compreender como estes centros podem intervir neste domínio e envolver adultos (pais e mães) nas relações com os trajetos escolares dos filhos.

A As. *ALEM* de Oeiras contribuirá para a compreensão da intervenção cívica junto de comunidades vulneráveis com atitudes cívicas: versus xenófobas e de classe social. Como desenvolver a educação cívica na construção da aquisição da literacia democrática: ler o mundo e a vida, adquirir autoeficácia para a resolução dos seus problemas. Também aqui o *C. Qualifica* de Oeiras enriquecerá como um Centro, inserido numa Escola, promoverá a cidadania nestes bairros e adequar os processos de Ed. de Adultos às suas necessidades e potencialidades e colocar a Escola também ao seu serviço.

A As. *ICreate* de Poiares através do *Letras Pra Vida* permitirá ainda compreender a interação e a formação de estagiários e contribuir p/ a divulgação junto da Comunicação Social.

- **Identificação das principais atividades do projeto por componentes:** identificação das principais atividades do projeto, associando-as às respetivas componentes;  
(1000 carateres)

Formação – de jovens, responsáveis do projeto, comunidade e novos projetos: workshops, reuniões, assembleias,

Equipa de consultores – re construção do projeto, formação específica, avaliação e regulação

Coimbra, Benedita e Oeiras – ver ponto supra

Concertação – equipa responsável (preparação, avaliação e regulação) reuniões e ações entre equipas

Intervenção territorial – participação em projetos locais (alfabetização, reunião de pais, jornais e rádios locais)

Iniciativas cívicas - elaboração de propostas para políticas

Campanhas de sensibilização – intervenção a propósito de problemas (advocacy por exemplo)

Avaliação e regulação – reuniões de avaliação dos resultados, compreensão dos processos, refazer componentes dos projeto sem alterar objetivos.

Sustentabilidade ambiental – a partir da realidade local em que se intervém compreender o global: as alterações climáticas, a economia circular e a nova cultura da água.

Difusão – publicações na comunicação social e nas páginas Web

Produção de materiais – produção de instrumentos de trabalho, recolha de materiais para difusão, elaboração de materiais on line e em papel

Continuidade – formação dos jovens para a intervenção, conceção da continuidade local e apoio à criação de novos projetos

Políticas – análise de problemas identificados integrados nas políticas, discussão e laboração de propostas para intervenção de políticas regionais e nacionais; escolares e associativas.

- **Identificação dos principais produtos resultantes do projeto (quando aplicável):** este campo não é obrigatório. Devem ser identificados todos os produtos que resultem do projeto, tais como manuais de boas práticas e outras publicações, filmes ou documentários, apps, etc.  
(1000 carateres)

Principais produtos resultantes do projeto:

Cerca de 30 jovens formados para dar continuidade à intervenção social nas suas comunidades ou outras.

Cerca de 10 jovens futuros jornalistas sensibilizados para a problemática.

Criação de 2 grupos com apoio a crianças na aprendizagem da literacia.

Pelo menos mais três novas candidaturas a projetos com a perspetiva da educação cívica.

3 manuais de boas práticas

Material Web sobre intervenção cívica em comunidades incluindo filmes.

5 artigos em jornais.

- Formação da equipa responsável do Projeto (consultores da APCEP, gestor, responsáveis das parcerias regionais) através da apropriação do projeto em cada local e de acordo com os objetivos funcionais. Ações entre atores e entidades públicas

**Funções**

**Descrição do papel do(s) parceiro(s) no projeto por componentes:** Este campo é obrigatório para os grandes projetos e deve ser preenchido com a descrição do papel que cada parceiro irá desempenhar no projeto (divisão de tarefas, contributo de cada um para os resultados previstos), tendo em conta as componentes identificadas no campo “Descrição do Projeto” e articulação entre as suas componentes;  
(1000 carateres)

**Coimbra** – Ass. iCreate: **Iniciativas cívicas** dos jovens junto de séniores freguesias do Concelho de Poiares e Condeixa (Letras Prá Vida). **ESEC** coordena pedagógica/ os projetos, fornece os jovens que irão intervir nas comunidades, dinamiza novos projetos na Região Centro, atividades online (páginas Web...) e mobiliza profs e estudantes da Licen.

Com. Social: **formar** e participar **Difusão**. As Câm. Mun. V N Poiares e Condeixa fornecem suporte inst., transportes p/ as atividades e o reconhecimento das ações. Tb o papel das **políticas** autárquicas em regiões de baixa densidade. **Materiais**. **Benedita** – Ass. Barafunda assegura a relação coma Escola e respetivo Agrupamento frequentado por alunos que irão desenvolver ações de **sensibilização** junto dos pares, das famílias e respetivas comunidades. O Centro Qualifica da Benedita alargará a educação cívica aos adultos do Centro. A perspetiva da **Sustentabilidade ambiental** terá aqui a sua dominante forte em atividades ligadas à alimentação e ao teatro. Tb as **políticas** educativas no envolvimento de pais e comunidades. **Materiais**. **Oeiras** – Ass. ALEM: **Intervenção territorial** em 2 zonas do C. de Oeiras. Jovens em atividades cívicas ligadas à literacia de ciganos, afrodescendentes e jovens em exclusão. Literacia nos 2 territórios. C. Qualifica de Oeiras e Escola E. Secundário: **Campanhas de Sensibilização**. **Políticas** c/ populações vulneráveis **Materiais**.

- **Razoabilidade económica do projeto**: deverá ser feita uma análise que compare os custos propostos com os resultados que o projeto se propõe alcançar, de forma a evidenciar a boa utilização dos fundos públicos. A proporção de custos administrativos e de pessoal no total do projeto será aqui avaliada. A utilização de custos-padrão ou de outros indicadores em projetos similares poderá ser útil neste contexto.  
(1500 carateres)  
O principal gasto orçamentado refere-se a pessoal por haver necessidade de alguém que coordene e gira todas as componentes do projeto nos três territórios juntamente com as componentes globais.

Fazer no fim...???

Fui ver isto embora não seja daqui  
Como é que vamos fazer isto? Vou pensar alto numa grelha

Indicadores de Resultado

Número de voluntários recrutados pelas ONG apoiadas	Podemos considerar dez voluntários jovens por grupo. Será possível? Temos de lhes perguntar?
Número de iniciativas cívicas lideradas pelas ONG apoiadas	Temos que chamar “iniciativas cívicas” a mais coisas no projeto, não é? Convém rever a descrição do projeto, não?
(excluindo campanhas de sensibilização)	
Número de campanhas de sensibilização implementadas	Acho que só lá está uma mas temos de meter mais
Número de pessoas formadas em educação para a cidadania	Temos de mandar um número para o ar: por exemplo Benedita multiplicamos o número de jovens por 3 (pares, pai/mãe e irmãos ou outros familiares) achas que pode ser assim?
Número de parcerias entre ONG e escolas para promover a educação para a cidadania	Aqui parece-me mais fácil: Temos a Escola da Benedita, a Escola Luís de Freitas Branco onde está o Centro Qualifica; Temos a ESEC; e temos o Centro Qualifica da Benedita e o de Oeiras (eles acham que são escolas...)
Número de ONG envolvidas na monitorização dos processos de tomada de decisão públicos e/ou privados	São as 4, não?
Número de iniciativas das ONG para promover o acesso à informação sobre políticas públicas e/ou privadas	
Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas	Deveriam ser todos, não? Ao fim de 3 anos...
Número de relatórios devidamente fundamentados produzidos pelas ONG e reportados nos meios de comunicação	pomos uns 7, não?
Mas isto são os Resultados, para já não temos de colocar número nenhum mas estas coisas deveriam lá estar para ser mais fácil.	

Nos indicadores de realização considera-se:

**Área de Atuação:** Participação de cidadãos em atividades cívicas

● **Número de voluntários recrutados pelas ONG apoiadas** - número de indivíduos que no âmbito da implementação do projeto colaboram de forma altruística com as ONG apoiadas em ações de interesse social e comunitário. Para além da quantificação do número de voluntários, terá ainda que ser aplicado junto destes um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas (ver explicação detalhada abaixo).

● **Número de iniciativas cívicas lideradas pelas ONG apoiadas**<sup>6</sup> - iniciativas (ações com uma duração finita, inferior à duração do projeto, com uma mesma metodologia, objetivo e público-alvo), planeadas e organizadas pelas ONG no âmbito de um projeto financiado, com o objetivo de promover a cidadania, ou ações/atos de cidadania (ex.: conferência, ação de informação, comemoração de uma efeméride, etc.). Adicionalmente à quantificação das iniciativas, deverá ser aplicado junto dos destinatários ou junto de uma amostra dos destinatários, um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas (ver explicação detalhada abaixo).

<sup>6</sup> Excluindo campanhas de sensibilização.

● **Número de campanhas de sensibilização implementadas** - uma campanha corresponde a um conjunto de atividades coordenadas e complementares - incluindo por exemplo: ações de rua, campanhas publicitárias, petições, etc., com o objetivo comum de informar, consciencializar e alertar os grupos-alvo para determinado tema ou causa, procurando levá-los a alterar o seu comportamento e/ou a agirem em prol desse tema ou causa. Para além da quantificação das campanhas de sensibilização, deverá ser aplicado junto de uma amostra do grupo-alvo, um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas.

**Área de Atuação:** Educação para a Cidadania

● **Número de pessoas formadas em educação para a cidadania** - número de indivíduos que completaram ações formativas de educação para a cidadania. A educação para a cidadania implica um processo educativo de médio/longo prazo, que inclua várias atividades e não uma mera ação pontual. Adicionalmente à contagem do número de pessoas formadas, deverá ser aplicado um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, junto dos destinatários das ações de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas.

● **Número de parcerias entre ONG e escolas para promover a educação para a cidadania** - número de colaborações continuadas entre ONG e escolas com o objetivo de implementar ações de educação para a cidadania de média-longa duração (mínimo de um ano letivo). Para além da quantificação das parcerias, deverá ser aplicado um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, junto dos estudantes/professores envolvidos nas ações de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas.

**Área de Atuação:** Monitorização e acompanhamento das políticas públicas

● **Número de ONG envolvidas na monitorização dos processos de tomada de decisão públicos e/ou privados** - número de ONG que, no âmbito dos projetos apoiados pelo Programa, se dedicam a atividades de monitorização de decisões tomadas por entidades públicas e/ou privadas e sobre elas reportam. Neste sentido, este indicador de realização contribuirá para o indicador de resultado Número de relatórios devidamente fundamentados produzidos pelas ONG e reportados nos meios de comunicação.

● **Número de iniciativas das ONG para promover o acesso à informação sobre políticas públicas e/ou privadas** - número de iniciativas financiadas que têm como objetivo informar/permitir aos cidadãos aceder a informação sobre políticas públicas e/ou privadas que afetam a sua vida. Neste sentido, este indicador de realização contribuirá para o indicador de resultado Número de relatórios devidamente fundamentados produzidos pelas ONG e reportados nos meios de comunicação.

Relativamente aos indicadores de resultado, considera-se:

● **Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas** - rácio dos indivíduos inquiridos (cf. modelo de inquérito a fornecer pela UGP), antes e depois da implementação do projeto, com preocupações cívicas. Um projeto com impacto positivo apresenta, necessariamente, um aumento deste rácio, i.e. mais pessoas demonstram preocupações cívicas no final da implementação do projeto. Cabe à UGP fornecer à entidade promotora, após a aprovação do projeto, o modelo de inquérito e instruções claras sobre a aplicação do mesmo. A estimativa do rácio

antes e depois do projeto pode ser feita com base no universo do grupo-alvo ou através de amostra representativa.

• **Número de relatórios devidamente fundamentados produzidos pelas ONG e reportados nos meios de comunicação** - quantidade de relatórios elaborados e publicados pelas ONG, apoiados no âmbito do projeto, que apresentam teses e argumentos baseados em dados e factos recolhidos através de investigação ou de fontes de informação próprias, e que foram utilizados pelos meios de comunicação para a produção e publicação de notícias.

- **Sustentabilidade do projeto:** deve ser apresentada a mais-valia produzida pelo projeto a longo prazo. Poderá ser descrita a capacidade do projeto gerar ou vir a gerar receitas, o potencial de replicabilidade ou escalabilidade do projeto, a capacitação das entidades envolvidas, e com que meios, e em que condições, será assegurada a continuidade prevista do projeto; (1500 carateres)

Formação do grupo de jovens que irão intervir nas comunidades durante os 5 anos. Estes jovens serão uma mais-valia para estas comunidades e durante a sua vida pois foram formados e desenvolveram atividades de solidariedade e voluntariado. Serão também empreendedores pois desenvolveram a autoeficácia através da avaliação das ações que realizaram. Serão uma garantia de continuidade de intervenção solidária naquelas comunidades. Introduziram nessas e noutras atividades existentes na comunidade perspetivas de atitudes cívicas, de sentido dos direitos, de advocacy, de correção de políticas públicas, de reivindicação (versus caridade). Serão ainda sensibilizados para atitudes cívicas, nomeadamente de sustentabilidade ambiental, os pares e famílias dos adolescentes da escola. Os estudantes de Comunicação Social compreenderão nas suas práticas o que são atitudes cívicas na comunicação e aprenderão a respeitar os públicos com que se envolvem. Também na educação alimentar haverá ganhos em pelo menos duas ONG do projeto. Será também de referir como importante o conhecimento que irá ser produzido e registado – nos relatórios, nas notícias, nas páginas Web e sobretudo no material de formação – sobre metodologias de intervenção socioeducativa para a educação cívica e literacia democrática com grupos de destinatários tão diversos (seniores, adolescentes, ciganos, afrodescendentes, pais e mães) em tipos de territórios diferentes (zonas rurais de montanha, cidades e meio rural e zonas suburbanas de grandes metrópoles. Também uma mais-valia para instituições como Escolas, Centros *Qualifica*, ONG, Ensino Superior. O material produzido poderá ser utilizado na formação de animadores socioeducativos e outros voluntários sociais.

- **Plano de comunicação associado ao projeto:** descrição das medidas de comunicação e a sua adequabilidade aos objetivos do projeto, nomeadamente o tipo, dimensão e âmbito dessas ações. Importa salientar que o plano de comunicação aqui descrito deverá estar conforme com o disposto na secção 6.8 do Manual do Promotor; (1500 carateres)

**Material Website do promotor (APCEP)**

Como instrumento de suporte base será criado um Website na página da APCEP. Aí será introduzida, nos primeiros meses uma informação completa do projeto que nos propomos prosseguir com imagens das ONG parceiras para informação dos propósitos do projeto. Será ainda introduzida uma página Excel, destinada aos participantes do projeto, para informar do modo de gestão dos fundos atribuídos ao projeto. Em cada território um dos jovens será responsável por manter a página atualizada. Haverá também um jovem que terá a função de recolher imagens das atividades realizadas e de aí as colocar. Esta página servirá ainda para informar e convidar a população para as atividades. Haverá um local onde será possível debater questões sobre cidadania, sustentabilidade ambiental e as atividades realizadas. Os estudantes de Comunicação Social poderão utilizar esta página para fazer reportagens e escrever sobre o projeto ou sobre políticas referentes à cidadania. Esta página explicará ainda o que é o *Programa Cidadãos Ativ@s/Active Citizens Fund*. Serão igualmente realizados Seminários de divulgação: um de apresentação, um de reflexão e um de avaliação. Para Difusão na Europa contamos com a *Gracie-la da rede Europeia de Competências Básicas*.

PEDIR À Dina e à Carla PARA LER E DAR UM JEITO.

**Mecanismos propostos para a monitorização e avaliação do Projeto:** descrição dos mecanismos e explicitação da forma de como estes contribuirão para assegurar a monitorização, e posterior avaliação, por parte do promotor. A avaliação externa é obrigatória no caso dos grandes projetos, pelo que deve ser aqui referida. (1500 carateres) **diário de bordo, funções**

PAULA



- **Articulação (sinergia) com outras atividades do promotor e parceiro(s), designadamente projetos com financiamento público:** de que forma o projeto se insere na lógica de atuação da(s) ONG envolvida(s) e que ganhos de sinergia ou economias de escala podem ser esperados relativamente às suas atividades normais. Deverá ser também indicado o número de projetos desenvolvidos nos últimos três anos que estejam relacionados com o projeto apresentado; (1000 carateres)

Um dos objetivos da APCEP: fazer lóbi junto dos org. políticos na defesa dos direitos de cidadania das comunidades mais desfavorecidas social/. Conta entre os seus membros responsáveis e convida figuras públicas para os seus Encontros (ver [www.APCEP.pt](http://www.APCEP.pt)), marca presença em sessões organizadas em todo o país, colabora com Câmaras e ONG. Salientam-se os projetos e intervenções sobre Literacia com populações de baixas qualif. escolares e da necessidade de criar um plano de alfabetização de adultos (em que se enquadra o atual PNLA) tendo realizado Jornadas e sido recebida pelo Secr. de E. da Ed. Tem tb colaborado em projetos públicos para construir respostas comunitárias de aprendizagem da literacia de crianças dos grupos referidos <http://www.apcep.pt/alfabetizacao.php>. A ONG da Região Centro desenvolve, com a ESEC o projeto *Letras Pra Vida* que desenvolve com estagiários atividades “Alfabetizar com o Coração” mobilizando estudantes de A. Soci-oeducativa, de Geront. Social e de Com. Social sendo necessária uma formação direcionada para a Ed. Cívica e para a Literacia Dem.. O conhecimento e os materiais produzidos neste projeto serão aplicados na formação destes estudantes. Também nos projetos de Oeiras, de alfabetização de ciganos e de outros dest. iletrados entra, através da ALEM, e outras ONG locais nestas preocupações de cidadania considerando importante formar agora novos atores através destas práticas. Toda a atividade da Barafunda - Associação Juvenil de Cultura e Solidariedade Social na Benedita se tem centrado em projetos de desenvolvimento social querendo agora alargar-se à formação cívica de alunos das Escolas e respetivas famílias.

(Eram Só 1000 e fiz 1500. Tem de se cortar)

- **Articulação da presente candidatura com Iniciativas de Cooperação Bilateral ou Iniciativas Regionais de Cooperação no âmbito do Programa (quando aplicável):** deverá ser indicada a existência de alguma Iniciativa de Cooperação Bilateral relacionada com a candidatura em causa. Se for o caso, deverá ser apresentado o código do processo da iniciativa e uma explicação da articulação entre as mesmas; (1000 carateres) **bilateral este ano. Regionais no 2º ano do projeto**

## **Secção 6. Contributo do projeto para os objetivos do Programa Cidadãos Ativ@s**

- **Enquadramento do projeto no eixo de atuação do Programa:** deverá ser apresentada uma justificação para o enquadramento do projeto no respetivo eixo, particularmente nos casos em que o projeto tenha componentes ou objetivos que possam ser simultaneamente enquadrados em mais do que um eixo. (2000 carateres) **ver na grelha**

Este é projeto promove o reforço da participação social dos jovens, nomeadamente o seu envolvimento na comunidade, promovendo a sua participação ativa nos processos de tomada de decisão que fortalece a cultura democrática no indivíduo e na comunidade promovendo uma intervenção que respeita os direitos dos outros, partilha as tomadas de decisão e as justifica e avalia, e promove a fase pós-convencional (Kohlberg) do desenvolvimento moral respeitando o direito dos outros e valorizando cada pessoa. A aquisição da consciência dos direitos cívicos promove-se através das formas de intervenção comunitária através das práticas de intervenção. Procura-se que nestas intervenções, se fortaleça a sociedade civil envolvendo na atividade outros membros da comunidade e a organização local dos novos grupos. A cidadania ativa sai reforçada uma vez que a participação “ensinará” à participação e a aquisição do gosto de intervir socialmente. Em alguns territórios os grupos vulneráveis (ciganos, afrodescendentes) sairão empoderados, não só pelo desenvolvimento cultural e educativo mas também porque a participação em que serão envolvidos aumentará a sua autoeficácia. O desenvolvimento da literacia aos vários níveis promoverá o acesso à informação e comunicação e permitirá a expressão e partilha da vontade própria e a tomada de decisões pelos grupos. A partir da análise dos problemas e situações locais será possível criar opinião que vai gerar a consciência da vontade política e a possibilidade do cidadão participar nas decisões mais amplas, das comunidades, das autarquias, do país. Por outro lado, promove-se a boa governança devido ao envolvimento dos responsáveis locais que serão assim chamados a reconhecer a atividade dos grupos locais, a financiá-los e a tomá-los como parceiros e os tomem como parceiros. A partilha do conhecimento das receitas e despesas do projeto ensinará à transparência convocando a necessidade semelhante perante os órgãos do poder evitando hipóteses de corrupção.

[ver e completar com a grelha inicial]

Podem ser apoiadas ações que promovam

- o diálogo e a cooperação entre ONG e organismos públicos;
- ações que promovam a Educação para a cidadania e a literacia democrática;
- ações que reforcem o envolvimento dos jovens na comunidade,
- promovendo a sua participação nos processos de tomada de decisão;
- ações que promovam o ativismo cívico, o voluntariado e a solidariedade;
- atividades de advocacy e de monitorização e acompanhamento de políticas públicas;
- atividades de colaboração entre ONG e jornalistas de investigação para assegurar a
- transparência e
- combater a corrupção, entre outras intervenções

A APCEP é uma ONG que se estrutura em parcerias com ONG de todo o país em círculos regionais e com estas ONG participa em políticas de cooperações com as instituições públicas: Ver Jornadas de Literacia sintetizando a voz das ONG junto do Ministério da Educação; realização de Encontros com outras ONG e Câmaras no país; participação no PNLA agora em curso.

PEDIR AO ALBERTO

Cultura democrática	Filosofia de intervenção respeitando os direitos dos outros, partilhando as tomadas de decisão, justificando as razões da tomada de decisão, promovendo o desenvolvimento moral (fase pós-convencional) <sup>14</sup> , respeitando o direito dos outros e valorizando cada pessoa.			
Consciência cívica	Aquisição da consciência dos direitos cívicos e das formas de intervenção comunitária através das práticas de intervenção.			
Fortalecer a sociedade civil	A atividade com outros membros da comunidade e a organização local dos novos grupos fortalecerá a sociedade civil.			
Reforçar a cidadania ativa	A participação ativa “ensinará” à participação e a aquisição do gosto de intervir socialmente			
Empoderar os grupos vulneráveis	Os grupos vulneráveis estarão, pelo menos em alguns projetos. O ALEM trabalha com grupos de ciganos e nos Projeto do bairro dos navegadores, também em Oeiras trabalha-se com pais e mães e processos de alfabetização desenvolvendo a auto eficácia.			
Promover a democracia	O modo de funcionamento será assente em processos de tomada de decisão.			
A boa governação	Procura-se que os governos (locais e nacionais) reconheçam a atividade dos grupos locais, os financiem e os tomem como parceiros.			
A transparência	Será feito um site e grupos de comunicação entre os vários atores nos vários contextos onde será explicitado tudo o que se faz nomeadamente as tomadas de decisão e o modo de usar os financiamentos			
O desenvolvimento sustentável	O tema global do projeto, partindo das práticas locais “ as alterações climáticas, economia circular e a nova cultura da água”			
objetivos gerais do EEA Grants	Os objetivos de desenvolvimento da literacia nos bairros (literacia emergente – crianças – alfabetização de adultos, literacia familiar e comunitária) cumprirão os objetivos dos Grants. Se for necessário podemos envolver a Grécia no projeto.			
Combate a qualquer forma de discriminação com base na origem racial ou étnica, religião ou crença, género, deficiência, idade, orientação sexual ou identidade de género.	EM qualquer um destes bairros haverá algum grupo que se aprenderá a respeitar. Em Oeiras ciganos, em Coimbra idosos – idadismo -. Em cada local se definirá um ou vários grupos que permitirão desenvolver estas atitudes cívica.			
Educação e formação para a cidadania	Serão realizados workshops que contribuirão para a formação dos voluntários de acordo com as necessidades que se forem identificando e que seja necessário “corrigir”.			
Promoção da literacia demo-	Desenvolvimento da literacia aos vários níveis desenvolvendo especifica-			

<sup>14</sup> Decidir não por medo ou para agradar a terceiros mas de acordo com os seus juízos de valor. (Kohlberg)



crática	mente com cada grupo os seus aspetos de funcionalidade democrática.
Sensibilização, informação e envolvimento dos cidadãos sobre a importância da participação ativa na comunidade	Através da própria intervenção cívica criando espaços de reflexão/avaliação/regulação da intervenção.
Ativismo cívico e atividades de mobilização	Criar a necessidade de intervir socialmente procurando formas de responder a problemas identificados.
Promoção do voluntariado e da solidariedade	Estes projetos irão funcionar com voluntários num quadro de solidariedade.  Na região Centro muitas atividades funcionarão com alunos do Ensino Superior (Escola Superior de Educação de Coimbra)
Reforço da <u>participação social dos jovens</u> , nomeadamente o seu envolvimento na comunidade, promovendo a sua <u>participação ativa nos processos de tomada de decisão</u>	Serão mobilizados em todos os territórios jovens numa perspetiva de protagonismo juvenil.
Atividades de advocacy	Desfazer a representação do “não é nada comigo” para a criação da necessidade e empenho na defesa de causas.
Ações de sensibilização, partilha de informação e participação em processos de tomada de decisão relativas a políticas públicas	Promover discussões abertas e nos grupos de internet do projeto sobre as tomadas de decisão locais e públicas que tenham a ver com os grupos e venham a propósito. Estar atento às políticas que tenham a ver com o projeto ou as suas comunidades.
Cooperação com a Noruega	Ver como colaborar com a Noruega
Países do EEA Grants	Ver como se pode este projeto relacionar talvez com a Grécia.
parcerias entre as ONG portuguesas	Através das redes sociais e em acontecimentos, aproveitar para difundir o Projeto e os ganhos em saberes que vai conseguindo.
parcerias entre as ONG e entidades públicas	Desenvolver nos locais a prática de colocar as entidades públicas a dialogar com as ONG considerando-os parceiros. Promover a democracia para com os grupos locais.
Atividades de monitorização e acompanhamento das <u>políticas públicas</u> , incluindo a implementação de recomendações ou decisões tomadas a nível internacional	Acompanhar, debater e difundir reflexões sobre as políticas públicas apresentando recomendações que ajudem a concretizar adequadamente as relações das entidades públicas com as comunidades locais através das suas associações e grupos.
Colaboração entre ONG e jornalistas de investigação para assegurar a transparência e combater a corrupção	Procurar mobilizar professores e/ou estudantes da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra. Procurar formas de envolvimento nas práticas comunitárias em que estamos envolvidos.
Parcerias e promoção do diálogo estruturado entre ONG e entidades públicas e privadas para resolver problemas sociais e ambientais	Através das Redes Sociais e dos contatos que forem surgindo, conhecer projetos com problemáticas sociais comuns e construir propostas de resolução dos problemas locais fazendo algumas experiências de propostas políticas a partir da base.

**Área de atuação do projeto:** identificação da(s) área(s) de atuação do projeto, definidas de acordo com o eixo de atuação, conforme indicado na secção 6.7 do Manual do Promotor. Reforça-se que as áreas de atuação do projeto se encontram associadas aos **indicadores de realização a selecionar no ponto seguinte**, conforme o exemplo que se segue do eixo 1.

Área de atuação do projeto *	Indicador
Participação de cidadãos em atividades cívicas	Número de voluntários recrutados pelas ONG apoiadas / Número de iniciativas cívicas lideradas pelas ONG apoiadas / Número de campanhas de sensibilização implementadas
Educação para a cidadania	Número de pessoas formadas em educação para a cidadania / Número de parcerias entre ONG e escolas para promover a educação para a cidadania
Participação de cidadãos em atividades cívicas	
Educação para a cidadania	
Monitorização e acompanhamento das políticas públicas	

Indicadores de Realização

## Indicadores de Resultado

Número de voluntários recrutados pelas ONG apoiadas

Número de iniciativas cívicas lideradas pelas ONG apoiadas

(excluindo campanhas de sensibilização)

Número de campanhas de sensibilização implementadas

Número de pessoas formadas em educação para a cidadania

Número de parcerias entre ONG e escolas para promover a educação para a cidadania

Número de ONG envolvidas na monitorização dos processos de tomada de decisão públicos e/ou privados

Número de iniciativas das ONG para promover o acesso à informação sobre políticas públicas e/ou privadas

Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas

Número de relatórios devidamente fundamentados produzidos pelas ONG e reportados nos meios de comunicação

**Área de Atuação:** Participação de cidadãos em atividades cívicas

● **Número de voluntários recrutados pelas ONG apoiadas** - número de indivíduos que no âmbito da implementação do projeto colaboram de forma altruística com as ONG apoiadas em ações de interesse social e comunitário. Para além da quantificação do número de voluntários, terá ainda que ser aplicado junto destes um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas (ver explicação detalhada abaixo).

● **Número de iniciativas cívicas lideradas pelas ONG apoiadas**<sup>6</sup> - iniciativas (ações com uma duração finita, inferior à duração do projeto, com uma mesma metodologia, objetivo e público-alvo), planeadas e organizadas pelas ONG no âmbito de um projeto financiado, com o objetivo de promover a cidadania, ou ações/atos de cidadania (ex.: conferência, ação de informação, comemoração de uma efeméride, etc.). Adicionalmente à quantificação das iniciativas, deverá ser aplicado junto dos destinatários ou junto de uma amostra dos destinatários, um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas (ver explicação detalhada abaixo).

<sup>6</sup> Excluindo campanhas de sensibilização.

● **Número de campanhas de sensibilização implementadas** - uma campanha corresponde a um conjunto de atividades coordenadas e complementares - incluindo por exemplo: ações de rua, campanhas publicitárias, petições, etc., com o objetivo comum de informar, consciencializar e alertar os grupos-alvo para determinado tema ou causa, procurando levá-los a alterar o seu comportamento e/ou a agirem em prol desse tema

ou causa. Para além da quantificação das campanhas de sensibilização, deverá ser aplicado junto de uma amostra do grupo-alvo, um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas.

**Área de Atuação:** Educação para a Cidadania

● **Número de pessoas formadas em educação para a cidadania** - número de indivíduos que completaram ações formativas de educação para a cidadania. A educação para a cidadania implica um processo educativo de médio/longo prazo, que inclua várias atividades e não uma mera ação pontual. Adicionalmente à contagem do número de pessoas formadas, deverá ser aplicado um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, junto dos destinatários das ações de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas.

● **Número de parcerias entre ONG e escolas para promover a educação para a cidadania** - número de colaborações continuadas entre ONG e escolas com o objetivo de implementar ações de educação para a cidadania de média-longa duração (mínimo de um ano letivo). Para além da quantificação das parcerias, deverá ser aplicado um inquérito, de acordo com o modelo fornecido pela UGP, junto dos estudantes/professores envolvidos nas ações de forma a quantificar o indicador de resultado Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívica - **3 escolas + 2 Centros Qualifica**

Neste campo, o promotor deve **escolher pelo menos uma área de atuação do respetivo eixo**. Pode naturalmente escolher mais áreas. Ao selecionar uma área, surgem os **indicadores** associados a essa área. É da lista de indicadores que surge neste campo (e apenas desta lista de indicadores) que devem ser selecionados os indicadores no campo seguinte: “Indicador de Realização”. Esta associação entre as áreas do projeto e os **indicadores de realização** encontra-se de acordo com o previsto na secção 6.7 do Manual do Promotor, devidamente adaptada a cada concurso. Reforça-se que os indicadores selecionados no campo seguinte devem estar associados à área de atuação selecionada

### Resultados a atingir no projeto

Recomenda-se a leitura prévia da secção 6.7 do Manual do Promotor - Quantificação de resultados a atingir.

- Indicador de Realização: Cada eixo de atuação do Programa tem os seus indicadores de realização e de resultado definidos. Neste campo cada promotor deverá escolher, dentro do eixo e área de atuação em que se enquadra o seu projeto, pelo menos um indicador de realização.

Sublinha-se que a escolha do indicador de realização deve ser feita de entre os indicadores associados à(s) área(s) de atuação selecionada(s) no campo anterior.

Após a escolha dos indicadores de realização do projeto, será necessário quantificá-los, não sendo permitido selecionar um indicador e deixar a sua quantificação a zero.

Cada indicador de realização tem um, ou mais, indicadores de resultado associados. Os indicadores de resultado associados são automaticamente indicados no formulário logo que seja selecionado um indicador de realização.

Os indicadores de resultado associados terão de ser obrigatoriamente selecionados no campo seguinte, pelo que a escolha dos indicadores de realização deve ter em conta os indicadores de resultado associados.

Segue-se um exemplo, do Eixo 1

Indicador de Realização *	Quantificação *	Indicador de Resultado Associado
<input checked="" type="radio"/> Número de voluntários recrutados		Percentagem do grupo que demonstra preocupações cívicas

[+ Adicionar Indicador Realização](#)

[https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/sites/42/2018/07/11114229/manual\\_promotor.pdf](https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/sites/42/2018/07/11114229/manual_promotor.pdf)

Neste exemplo, ao selecionar o indicador de realização “Número de voluntários recrutados”, o promotor deve também introduzir o número de voluntários que estima recrutar com o projeto, e que por sua vez irá contribuir para o indicador de resultado “Percentagem do grupo que demonstra preocupações cívicas”.

- Indicador de Resultado: Cada projeto deve apresentar resultados em, pelo menos, um indicador de realização e um de resultado, caso contrário considera-se que o projeto não atingiu qualquer objetivo. Ao longo da fase de implementação do projeto, o promotor irá, em cada relatório de progresso, apresentar os resultados já alcançados em cada um dos indicadores de realização para os quais contratualizou metas.

Deve ser assim selecionado pelo menos um indicador de resultado neste campo, devendo este corresponder ao indicado no campo anterior.

Voltando ao exemplo anterior, no Eixo 1 o projeto tem de responder ao indicador de resultado “Percentagem do grupo que demonstra preocupações cívicas”.

No entanto, por lapso, o promotor seleciona um outro indicador de resultado. Neste cenário, o sistema iria impedir a submissão da candidatura e gerar o seguinte alerta:

Indicador de Realização *	Quantificação *	Indicador de Resultado Associado
<input checked="" type="radio"/> Número de voluntários recrutados		Percentagem do grupo que demonstra preocupações cívicas

[+ Adicionar Indicador Realização](#)

Indicador de Resultado *	Tomei Conhecimento *	Quantificação
<input checked="" type="radio"/> Número de relatórios baseados em evidências produzidos pelas ONG reportados pelos meios de comunicação	Sim	

Deverá indicar os "Indicadores de Resultado" relacionados com os "Indicadores de Realização" que indicou no quadro 6.2

[+ Adicionar Indicador Resultado](#)

Tal como para os indicadores de resultado, também será necessário quantificar os indicadores de resultado a que o projeto irá dar resposta.

Exceionalmente, tal como descrito na secção 6.7 do Manual do Promotor, existem alguns indicadores de resultado que não permitem a quantificação (Ex. Percentagem do grupo que demonstra preocupações cívicas). Isto significa apenas que esta quantificação terá de ser apurada mais tarde, caso o projeto venha a ser aprovado. Nestes casos, o indicador de resultado pode ser selecionado, mas o campo para quantificação não poderá ser preenchido.

### Resultados da Componente de Capacitação

Tal como descrito na secção 6.6 do Manual do Promotor, a componente de capacitação é obrigatória para projetos dos Eixos 1, 2 e 3. Como tal, nos concursos lançados no âmbito destes três eixos, os formulários irão solicitar resposta aos campos que se seguem.

Recomenda-se a leitura prévia do Manual do Promotor, nomeadamente a secção 6.6 e a secção 6.7 na parte referente ao Eixo 4, em que se explicam estes indicadores.

- A entidade Promotora dispõe de um diagnóstico de necessidades organizacionais e respetivo plano de ação? Este campo só estará disponível em concursos dos Eixos 1, 2 e 3, pelas razões já explicitadas. As respostas possíveis neste campo são “Sim” ou “Não”.

- Descrição da componente de capacitação e da sua relevância para o projeto/ONG: independentemente da resposta no campo anterior, a resposta a este campo é obrigatória. Caso a entidade promotora não disponha de um diagnóstico de necessidades organizacionais e do respetivo plano de ação, deve prever a sua elaboração neste campo. Caso já disponha, deve prever a implementação de medidas definidas no plano de ação.

### A entidade Promotora dispõe de um diagnóstico de necessidades organizacionais e respetivo plano de ação?

☐ Sim ☒ Não

### Descrição da componente de capacitação e da sua relevância para o projeto/ONG \*

(máximo 1500 caracteres)

**Indicador de Realização:** a relação entre os indicadores de realização e de resultado na componente de capacitação funciona da mesma forma que para os indicadores do projeto. No entanto, apenas alguns destes indicadores de realização têm um indicador de resultado associado (“Número de ONG que aderem a plataformas ou redes da sociedade civil no âmbito do projeto”, “Existe parceria entre ONG no âmbito do projeto?” e “Existe parceria com entidades públicas ou privadas no âmbito do projeto?”).

Por exemplo, ao selecionar “Número de ONG que aderem a plataformas ou redes da sociedade civil no âmbito do projeto”, o sistema exige que se selecione um indicador de resultado, que será “Número de iniciativas implementadas através de parcerias entre ONG ou com entidades públicas ou privadas”.

Indicador de Realização *	Quantificação *
<input checked="" type="radio"/> Número de ONG que aderem a plataformas ou a redes da sociedade civil no âmbito do projeto	
<input type="button" value="+ Adicionar Indicador"/>	

Indicador de Resultado	Tomei Conhecimento	Quantificação
Por favor, especifique entre 1 e 1 Indicador Resultado.		
<input type="button" value="+ Adicionar Indicador"/>		

Após a seleção dos indicadores de realização é necessária a sua quantificação. A exceção são os indicadores “Existe parceria entre ONG no âmbito do projeto?” e “Existe parceria com entidades públicas ou privadas no âmbito do projeto?” que só permitem como resposta “1”, uma vez que isto significa, para ambos os casos, que existe a parceria indicada (1 = Sim).

- Indicador de Resultado: na componente de capacitação existe apenas um indicador de resultado associado aos indicadores de realização mencionados no campo anterior. Caso seja selecionado um, ou mais, desses indicadores de realização, deve ser selecionado e quantificado o indicador de resultado “Número de iniciativas implementadas através de parcerias entre ONG ou com entidades públicas ou privadas”, pelo que o promotor deve ter isto em conta na seleção dos indicadores de realização da componente de capacitação do seu projeto. Caso sejam selecionados os indicadores de realização associados, o sistema não irá permitir a submissão da candidatura se o indicador de resultado não for selecionado ou quantificado

### iii. Outros Resultados

Para além das metas ligadas ao Programa, o promotor poderá, se entender relevante, indicar no formulário de candidatura outras metas específicas do projeto – e, em particular, metas ligadas às componentes identificadas no formulário – para permitir um acompanhamento (mais) próximo e concreto das realizações do projeto.

Assim, neste campo, podem ser definidos pelo promotor até mais três indicadores específicos do projeto e respetivas metas de realização. Estes indicadores devem estar associados aos objetivos específicos do projeto e devem, desejavelmente, corresponder à sua realização ao longo do tempo, com ligação direta às atividades levadas a cabo no âmbito do projeto, contempladas nas suas componentes (por exemplo para a atividade “Ação de formação”, possíveis indicadores correspondentes seriam: n.º de dirigentes formados nas ações de formação, nº de formações, etc.).

#### 6.4 Outros resultados a alcançar pelo projeto (quando aplicável)

Indicador *	Quantificação *
<input type="text"/>	<input type="text"/>
<button>+ Adicionar Indicador</button>	

### Secção 7. Cronograma

Deverá ser indicada a data de início e a data de fim do projeto, tendo em conta os limites definidos para a respetiva tipologia de projeto, conforme secção 3.4 do Manual do Promotor.

Caso a duração do projeto seja superior à permitida, o sistema irá impedir a submissão da candidatura e gerar um alerta.

Segue-se, a título de exemplo, um alerta gerado para uma candidatura a um grande projeto:

Data Início Projeto *	Data Fim Projeto *
<input type="text" value="28/06/2018"/>	<input type="text" value="24/12/2024"/>
<div>A duração do projeto não poderá ser superior a 36 meses</div>	

### Secção 8. Orçamento

Recomenda-se a consulta da secção 3.4 do Manual do Promotor, em que constam as definições de custo total, custo total apoiável e custos elegíveis; da secção 4.1, em que é explicada a comparticipação, a contrapartida e o voluntariado; e da secção 4.2, em que são explicitados os custos elegíveis e enumeradas as suas tipologias, incluindo os custos indiretos. Recorda-se que em anexo ao formulário de candidatura deverá ser submetido um orçamento detalhado do projeto, pelo que se recomenda o preenchimento prévio desse anexo e a passagem da informação relevante que aí conste para o formulário de candidatura, de forma a evitar qualquer incoerência entre os orçamentos.

#### Componentes do Projeto

Componente *	Subtotal *
<input type="text"/>	0,00 €
<div>+ Adicionar Componente</div>	

COMPONENTE CAPACITAÇÃO

0,00 €

TOTAL

0,00 €

Nota: A Componente de Capacitação é calculada automaticamente (10% do subtotal ou 5.000€ para projetos inferiores a 50.000€)

- **Componentes do Projeto:** devem ser listadas as componentes do projeto, com o seu valor global para a duração do projeto. A componente de capacitação (para os Eixos 1, 2 e 3) será calculada automaticamente pelo sistema, de acordo

com a secção 6.6.1 do Manual, apresentando um valor fixo de 5.000€ para os pequenos projetos e de 10% do custo total apoiável dos grandes projetos, com um mínimo de 5.000€. Ou seja, se um grande projeto tiver um valor igual ou inferior a 50.000€ o valor da componente de capacitação será de 5.000€. Acima desse valor, a componente corresponderá a 10% do valor do projeto.

Caso o valor total deste campo se encontre fora dos valores balizados para a respetiva tipologia de projeto o sistema irá impedir a submissão da candidatura e gerar um alerta. Segue-se um exemplo de alerta para a tipologia de grandes projetos:

	<b>Subtotal *</b>
	140 000,00 €
	140 000,00 €

## COMPONENTE CAPACITAÇÃO

14 000,00 €

## TOTAL

154 000,00 €

O montante do projeto deverá estar compreendido entre 30.000€ e 150.000€

### Tipos de custos apoiáveis

Tipo Custo *	2018 *	2019 *	2020 *	2021 *	2022 *	Subtotal
o	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

+ Adicionar Tipo Custo

### Tipos de custos apoiáveis (Componente Capacitação)

Tipo Custo *	2018 *	2019 *	2020 *	2021 *	2022 *	Subtotal
o	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

+ Adicionar Tipo Custo

**TOTAL (Tipos de custos apoiáveis incluindo Componente Capacitação)**  
0,00 €

**Tipos de custos apoiáveis:** devem ser quantificados os custos previstos, por tipo de custo apoiável e por ano, pela duração do projeto. Os tipos de custo são os previstos na secção 4.2.1 do Manual

Tipo Custo *	2018 *	2019 *
▼	0,00 €	0,00 €
Recursos humanos Voluntariado Transportes e ajudas de custo Amortização de equipamentos Aquisição de equipamentos Consumíveis e outros fornecimentos Aquisição de serviços a terceiros Custos que surgem dos requisitos diretamente impostos pelo contrato de financiamento Adaptação de instalações Custos indiretos ligados ao projeto		

**Tipos de custos apoiáveis** (Componente Capacitação): Os tipos de custo da componente de capacitação são os mesmos do projeto, tendo apenas a indicação prévia de que são custos específicos da componente de capacitação.

Tanto o subtotal dos tipos de custo do projeto como o dos tipos de custo da componente de capacitação são validados pelo sistema, sendo que este não permite que os valores introduzidos tenham totais divergentes dos valores constantes no campo anterior. Ou seja, se no campo “Componentes do Projeto” a componente de capacitação totalizava 7.000€, o sistema só permitirá a submissão da candidatura se o subtotal do campo “Tipos de custos apoiáveis (Componente Capacitação)” tiver o mesmo valor. O mesmo sucede para o valor do projeto, como se pode constatar no exemplo que se segue. Sublinha-se que o orçamento do formulário de candidatura deve ser coerente com o orçamento detalhado apresentado em anexo.

#### Componentes do Projeto

Componente *	Subtotal *
Componente Formação	120 000,00 €
	120 000,00 €

+ Adicionar Componente

#### COMPONENTE CAPACITAÇÃO

12 000,00 €

#### TOTAL

132 000,00 €

Nota: A Componente de Capacitação é calculada automaticamente (10% do subtotal ou 5.000€ para projetos inferiores a 50.000€)

#### Tipos de custos apoiáveis

Tipo Custo *	2018 *	2019 *	2020 *	2021 *	2022 *	Subtotal
Recursos humanos ▼	0,00 €	110 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	110 000,00 €
	0,00 €	110 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	110 000,00 €

O subtotal do “Tipos Custos Apoiáveis” deverá ser igual ao subtotal dos “Componentes do Projeto”

+ Adicionar Tipo Custo



**Financiamento**

	2018 *	2019 *	2020 *	2021 *	2022 *	Total
☑ Fundos próprios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
☑ Voluntariado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
☑ EEA Grants	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

[+ Adicionar Item](#)**Receitas previstas do projeto**

0,00 €

**Taxa de Participação (%)****Comparticipação EEA Grants**

0,00 €

**Financiamento:** pretende-se a distribuição dos valores orçamentados pela fonte de financiamento, em que os “Fundos próprios” e o “Voluntariado” correspondem à contrapartida do promotor (e parceiros). O sistema irá calcular automaticamente a taxa de participação do projeto, aplicando, como previsto na secção 4.1 do Manual, o valor aproximado por defeito à unidade. No exemplo que se segue, o promotor solicita 120.000€ de participação, para um projeto que apresenta um custo total apoiável de 132.000€. 120.000€ a dividir por 132.000€ dá 0,90909 – o que representa uma taxa de 90,909% que o sistema arredondará de forma automática para 90%. O sistema fará este arredondamento mesmo para casos inferiores a 90%. Por fim, o sistema calcula a participação do projeto, que neste caso será de 118.800€ (132.000€ x 0,9).

**Financiamento**

	2018 *	2019 *	2020 *	2021 *	2022 *	Total
☑ Fundos próprios	0,00 €	1 500,00 €	3 000,00 €	2 000,00 €	0,00 €	6 500,00 €
☑ Voluntariado	0,00 €	1 500,00 €	4 000,00 €	0,00 €	0,00 €	5 500,00 €
☑ EEA Grants	0,00 €	30 000,00 €	70 000,00 €	20 000,00 €	0,00 €	120 000,00 €
	0,00 €	33 000,00 €	77 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €	132 000,00 €

[+ Adicionar Item](#)**Receitas previstas do projeto**

0,00 €

**Taxa de Participação (%)**

90

**Comparticipação EEA Grants**

118 800,00 €

Caso o projeto preveja logo na candidatura vir a gerar receitas durante o projeto, estas devem ser quantificadas neste campo, sem prejuízo das que venham ainda a ser apuradas até final do projeto. Assim, nos casos em que haja receitas, estas serão deduzidas à rubrica “EEA Grants”. Pegando no exemplo anterior, ao prever 2.000€ de receitas no projeto, os “EEA Grants” seriam reduzidos para 118.000€ (por cálculo automático do sistema), o que corresponde a uma taxa de 89,394%, que o sistema arredonda para 89%. A participação deste projeto seria assim de 117.480€.

#### Financiamento

	2018 *	2019 *	2020 *	2021 *	2022 *	Total
• Fundos próprios	0,00 €	1 500,00 €	3 000,00 €	2 000,00 €	0,00 €	6 500,00 €
• Voluntariado	0,00 €	1 500,00 €	4 000,00 €	0,00 €	0,00 €	5 500,00 €
• EEA Grants	0,00 €	30 000,00 €	70 000,00 €	20 000,00 €	0,00 €	120 000,00 €
	0,00 €	33 000,00 €	77 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €	132 000,00 €

+ Adicionar Item

#### Receitas previstas do projeto

2 000,00 €

#### Taxa de Participação (%)

89

#### Comparticipação EEA Grants

117 480,00 €

O sistema não permite que este campo apresente um valor total (neste exemplo, os 132.000€), divergente do total dos custos apoiáveis – “TOTAL (Tipos de custos apoiáveis incluindo Componente Capacitação)”. Não permite igualmente uma taxa de participação acima da prevista para o respetivo concurso, mesmo que o valor total esteja de acordo com os campos anteriores.

- Repartição indicativa do custo total por entidades: distribuição do custo total do projeto, pelas entidades. O sistema irá automaticamente identificar os parceiros com base na designação colocada para cada entidade nos pontos 2 e 3 do formulário. Dado tratar-se da repartição do valor do custo total e não do custo total apoiável, utilizado nos outros campos do Orçamento, estes valores não têm de coincidir, pelo que o sistema não irá validar este total.

Dado que o custo total pode incluir despesas de entidades não elegíveis, o valor deste campo pode ser superior ao valor apresentado nos restantes campos do orçamento. No entanto, não faz sentido que seja aqui apresentado um valor inferior.

#### Repartição indicativa do custo total por entidades

##### Montante Promotor \*

0,00 €

(Promotor)

##### Montante Parceiro Elegível N.º 1 \*

0,00 €

(Parceiro Elegível 1)

##### Montante Parceiro Não Elegível N.º 1 \*

0,00 €

(Parceiro Não Elegível 1)

##### TOTAL

0,00 €

#### NOTAS

**Parceiros / Organizações parceiras**: entidades participantes no projeto, que não sejam o líder do

projeto; organizações empenhadas em contribuir para o resultado do projeto, cuja participação é necessária para alcançar os seus objetivos e que estão ativamente envolvidas na preparação, implementação e/ou avaliação do projeto;

**“Componente”:**

subconjunto coerente e agregado de ações em que se organizam e programam atividades de um projeto, de acordo com um horizonte temporal, com vista a atingir um determinado resultado parcial ou intercalar do projeto;

**“Componente de Capacitação”:**

os projetos do Eixo 1, 2 e 3, devem incluir uma componente de capacitação que engloba a elaboração de diagnósticos das necessidades das organizações, a preparação de planos de ação e, caso estes já existam, a implementação das medidas dos planos de ação;

**Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos.**

in  
Guilherme de Oliveira Martins  
Perfil dos alunos à saída da escolaridade básica

# 3ª Parte

---

## 11. Reflexões prévias às atividades

---

### Conceito de *Cidadania*

---

*Consulta aos associados da APCEP<sup>15</sup>*

*Respostas de associados da APCEP*

*[+Texto fundamentador]*

---

<sup>15</sup> Após aprovação do Projeto pela Gulbenkian procedeu-se a uma consulta acerca do conceito de *cidadania*

## 12. Consulta aos associados da APCEP

*Emails trocados*

Lucilia Salgado <luciliasalgado@gmail.com> Tue, Apr 30, 12:40 PM

To: Alberto, ALDA, Ana, António, Baltazar, Ana, Emília, Carlos, disoeiro, Helena, Liliana, Licínio, maria, Manuel, Paula, Isabel, Rui, Sara, Sílvia, Silvestre, Susana, Vera, mario, Teresa, inacia.santana, Conceição, maria, carla, Isaura, Isabel, Luis, rosanna, Sofia, Armandina, Nelson, ncarvalho, Rosa, Inês, Maria



*O objetivo primordial do Programa é o fortalecimento da sociedade civil e da cidadania ativa e o empoderamento dos grupos vulneráveis em Portugal (Concurso da Gulbenkian)*

Caros/as companheiros/as da APCEP e mais amigos  
Como sabem fizemos uma candidatura ao Programa Cidadãos Ativos da Gulbenkian, ganhámos e conseguimos vencer a fase da resposta a todas as questões que nos colocaram!!! Só a resiliência da Manuela nos conduziu a bom porto!

Agora, já libertas das burocracias e entraves múltiplos, queremos pensar a sério no Projeto e a ajuda de todos é muito importante. Também da vossa experiência de que queremos poder usufruir. Para já, para começar, respondam-nos com o que tiverem na ponta da língua, a estas questões, sim?

A seguir digam no que querem colaborar mais...



Temos a primeira reunião do grupo (APCEP, ALEM, Barafunda, ICreate) no próximo 3 de maio e gostaríamos de levar já os vossos contributos...

## De que falamos quando falamos de cidadania ativa?

O nosso projeto visa formar jovens para o exercício da cidadania através da realização de práticas de intervenção cidadã e de um tratamento pessoal e social com cidadania.

Gostaríamos que cada sócio da APCEP nos ajudasse dizendo quais, para si, os valores que devemos cuidar/ trabalhar com os jovens para que, daqui a dois anos e meio possamos ter mais jovens com vontade e capacidade de intervenção cidadã.

Se cada um disser 3 valores já ficamos com uma grande tarefa, muito valorizada!


Falámos, num primeiro tempo, em valores, em geral.

Depois, cada grupo vai intervir em áreas específicas e com grupos específicos. E estes temas/atores, o que vos desafia nos valores a desenvolver?

Região de Coimbra	Atividades junto de seniores em zonas rurais do interior, muitos no domínio da literacia... <i>Projeto: Letras Pró Vida</i>  <b>Que valores?</b>	Alunos do Ensino Superior de vários cursos da ESEC de Animação Socio-educativa, de gerontologia Social, outros...  <b>Que valores?</b>
		Alunos do Ensino Superior do Curso de Comunicação Social  <b>Que valores nesta área?</b>
Benedita	Atividades na área do ambiente, da economia circular no dia-a-dia, do fazer com as mãos, da descoberta na aprendizagem... <i>Projeto: Mãos com cabeça</i> <b>Que valores?</b>	Adolescentes e jovens do ensino básico através do teatro e do fazer coisas, com os colegas, com as famílias, com as comunidades...  <b>Que valores?</b>
Bairros de Oeiras	Atividades nas comunidades nas áreas da Literacia, para adultos, para crianças, para pais e mães, para a comunidade... <i>Projeto: Literacia Comunitária</i>  <b>Que valores?</b>	Jovens das comunidades, para intervir em comunidades multiculturais...  <b>Que valores?</b>

## 13. Respostas de associados da APCEP

*[+Texto fundador]*

 <p>Ana Benavente</p>	<p>12:51 PM (3 hours ago)</p> <p>30 de abril 2019</p> <p>to me</p> <p>Luci</p> <p>Mergulhada em júris e nada em forma, queria só que tivessem em conta que os valores fazem parte das práticas (Alain Touraine e afins). Daí que, sendo muito importante pôr em evidência os principais valores estes têm que ser coerentes com as actividades (estou a pregar o pai nosso ao vigário!). Para isso, é importante conhecer as actividades e seu contexto.</p> <p>A separação entre práticas e valores é típica do neo-liberalismo (eu sei que sabes) e nada neutra. Onde é a reunião na sexta feira? Se puder ajudar... Beijo</p> <p>Ana</p>	<p>Os valores fazem parte das práticas (Alain Touraine e afins)</p> <p>Daí que, sendo muito importante pôr em evidência os principais valores estes têm que ser coerentes com as actividades</p> <p>Para isso, é importante conhecer as actividades e seu contexto.</p> <p>A separação entre práticas e valores é típica do neo-liberalismo e nada neutra.</p>
--	---	--


Obrigada Aninhas!


Pois. É isso mesmo mas é bom ouvir-te porque sempre ajuda a ter consciência de que estamos no bom caminho.

Dissemos isso mesmo: uma pessoa só se forma para a cidadania se "fizer" cidadania. É na prática que se aprende, fazendo. Por isso o nosso projeto se apresentou com um primeiro ano para fazer actividades com grupos de jovens, para no final desse ano, construírem um protejo que vão implementar no ano seguinte.

(...)

É a primeira reunião de trabalho da equipa. Vamos precisar da tua intervenção em sessões seguintes.

 <p>Sílvia Parreiral</p>	<p>scruzp 3:38 PM (40 minutes ago)</p> <p>Boa tarde a todos e todas.</p> <p>De que falamos quando falamos de cidadania ativa?</p> <p>Considerando o que costume/ procuro trabalhar com os estudantes a nível da sua formação pessoal e social, podemos falar de cidadania ativa quando os motivamos a:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver a identidade;</li> <li>- Promover a autonomia;</li> <li>- Favorecer a aquisição de espírito crítico;</li> <li>- Promover a aquisição de regras de convivência social;</li> <li>- Promover uma auto-estima positiva;</li> <li>- Desenvolver a responsabilidade;</li> <li>- Incutir a ajudar o outro;</li> <li>- Respeitar as diferentes culturas, valores e opiniões;</li> <li>- Ter iniciativa;</li> <li>- Avaliar e refletir;</li> <li>- Ter confiança em si e nos outros.</li> </ul>
---	--	---

	<p>5:24 PM (3 minutes ago)</p> <p>Olá!  Gostaria só de acrescentar "Ganhar consciência da interdependência entre todos os seres que compõem o Planeta e o Universo". Poderemos falar de uma "cidadania cósmica".  Um abraço muito grande e votos de um belíssimo Dia de Maio.  Alberto</p>	<p>Ganhar consciência da interdependência entre todos os seres que compõem o Planeta e o Universo".</p> <p>Poderemos falar de uma "cidadania cósmica".</p>
---	--	--

Logo a seguir o Alberto Melo enviou um texto sobre cidadania que escreveu em 1977:

*Paul Lengrand, figura maior da Educação Permanente em França e no mundo, reconheceu o profundo saber e o enorme trabalho de Mariano Gago nesta matéria e, por isso, o convidou, em finais de 1978, a integrar uma equipa responsável pela definição das "9 áreas de aprendizagem básica à Educação Permanente". Este projecto veio a culminar com a publicação pelo Instituto UNESCO para a Educação, em 1986, de "Areas of Learning Basic to Lifelong Education". (AM) Alberto Melo foi um outro convidado (havia 2 portugueses entre os 9) reconhecido pelo "profundo saber e o enorme trabalho" na área da cidadania.*



"Aqui segue o texto, que é a tradução que eu fiz, em 2010, do artigo que escrevera para o livro do Paul Lengrand, em 1977, em que o Zé Mariano também participou." (Alberto Melo)

### A FORMAÇÃO DO CIDADÃO (Curto ensaio sobre Educação Política)

"Em uníssono, comentadores na comunicação social, investigadores, jornalistas ou representantes de partidos deploram a apatia pública perante a política – excepto, em geral, por altura das eleições, quando o interesse é constantemente estimulado pelos 'media'. Além disso, a informação política atinge todas as casas numa escala inédita, através dos jornais, rádio, televisão ou internet. Não é possível pretender que a política não existe, porque a política está metida em tudo: nas medidas de contenção da despesa pública, no elevado preço da gasolina, nos longos meses de espera para uma simples intervenção cirúrgica, na longa caminhada a pé para casa causada pela greve dos transportes públicos, ... (...)"

[[MAIS](#)] ver no anexo TEXTOS FUNDAMENTADORES



<p>Atividades na área do ambiente, da economia circular no dia-a-dia, do fazer com as mãos, da descoberta na aprendizagem...</p> <p><i>Projeto: Mãos com cabeça</i></p> <p>Que valores?</p>	<p>Adolescentes, jovens e adultos em <b>partilha de conhecimentos-aprendizagens, confiança, abertura, integração.</b></p> <p>A <b>criação</b> como <b>expressão- comunicação</b> – o fazer, com os/as colegas, com as famílias, com as <b>comunidades</b> - nas práticas do vivido: na escola, nas famílias e nos trabalhos do território.</p> <p>O palco da vida (a simulação, o teatro e o real) a criar e recriar <b>empoderamento</b>s – identificar, reconhecer, apreciar/valorizar a <b>saúde</b> (do território do planeta) como parte integrante da cultura .</p>	 <p>Isabel Rufino</p> <p>Que valores? <b>Os que estão sublinhados</b></p>
 <p>Silvestre Aranha</p>	<p>Boa tarde a tod@s,</p> <p>É uma oportunidade muito agradável refletir sobre as dimensões, os pontos de partida , os objectivos, os limites de actuação em que cada um de nós se foca quando encara o tema literacia para a cidadania. Vejo a expressão de imediato, no sentido de : melhorar para fazer intervir.</p> <p>seguem-se perguntas :</p> <p>intervir onde? Sobre o indivíduo - fazendo melhores cidadãos;</p> <p>na sociedade, a que níveis?</p> <p>Do macro ao micro : na política, nas comunidades, nos grupos específicos - sejam vulneráveis ou não; em que sentido? transformar os indivíduos e as estruturas para que se atinjam as melhores condições para o bem estar.</p> <p>Tudo isto implica conhecer o ponto de partida ( enquadramento), perceber os objectivos - do indivíduo como ser social, da e das sociedades ( hoje vivemos à escala cósmica) - e responder aos grandes desafios da humanidade - penso nas alterações climáticas. Também pensar os caminhos - as metodologias - para aumentar a literacia.</p> <p>Chegado a esta nebulosa, sintetizar : literacia para a cidadania é fazer com que cada indivíduo se conheça melhor, intervenha na sociedade e actue de forma a eliminar, transformar ou atenuar os entraves ao desenvolvimento pessoal e colectivo; há aqui duas componentes : motivar e saber. São estes os aspectos que o tema me sugere, bem àquem da clareza que se exige para o operacionalizar em termos de projeto.</p> <p>Resto de bom dia , Silvestre</p>	<p>- melhorar para fazer intervir</p> <p>- Sobre o indivíduo - fazendo melhores cidadãos;</p> <p>- na sociedade, a que níveis?</p> <p>Do macro ao micro : na política, nas comunidades, nos grupos específicos - sejam vulneráveis ou não; em que sentido? transformar os indivíduos e as estruturas para que se atinjam as melhores condições para o bem estar.</p> <p>- Tudo isto implica conhecer o ponto de partida ( enquadramento), perceber os objectivos - do indivíduo como ser social, da e das sociedades ( hoje vivemos à escala cósmica) - e responder aos grandes desafios da humanidade –</p> <p>penso nas alterações climáticas.</p> <p>Também pensar os caminhos - as metodologias - para aumentar a literacia.</p> <p>Literacia para a cidadania é fazer com que cada indivíduo se conheça melhor, intervenha na sociedade e actue de forma a eliminar, transformar ou atenuar os entraves ao desenvolvimento pessoal e colectivo;</p> <p>há aqui duas componentes : motivar e saber.</p>


to Silvestre, bcc: maria, bcc: Manuel, bcc: Alberto, bcc: disoeiro, bcc: Paula, bcc: Sílvia

Obrigada Silveste.

Foi uma forma de fazer um brainstorming para começarmos o projeto com as vozes dos membros da APCEP.

É interessante ver a diferença de todas as pessoas mas como estamos todos no mesmo comprimento de onda!

Esta ideia de formar para intervir e na intervenção como processo de transformação das pessoas e do mundo em que vivemos é fundamental! Lucília

 <p>Dina Soeiro</p>	<p>10:13 PM (6 minutes ago)</p> <p>1º de maio de 2019</p> <p>Olá Lucília, Amigas/os,</p> <p>Feliz Dia da Trabalhadora/ do Trabalhador!</p> <p>Para além dos importantes contributos que foram já enviados, que agradeço e com os quais concordo, saliento:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- a questão da participação de cada um e do colectivo. Cada uma/um contribui/dá e cada uma/um recebe/aprende, desenvolve-se com a/o</li><li>outra/o(s) - reciprocidade: jovens e mais velhos, ensino superior e comunidade, saber académico e saber popular, diálogos entre a tecnologia, a arte, a tradição e a cultura;</li><li>- o valor do conhecimento, do conhecimento co-construído, da partilha;</li><li>- a consciência crítica;</li><li>- intervenção para a qualidade de vida das pessoas e do planeta, o bem-estar, a felicidade;</li><li>- a valorização do contributo de cada uma/um para a cidadania democrática, como ponto de partida, e não o foco no défice de cidadania, de participação, de interesse e consciência política, etc...</li></ul> <p>Agora falando da experiência do Letras Prá</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- a questão da participação de cada um e do colectivo:</li></ul> <p>Cada uma/um contribui/dá e cada uma/um recebe/aprende, desenvolve-se com a/o</p> <p>outra/o(s) - reciprocidade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- jovens e mais velhos,</li><li>- ensino superior e comunidade,</li><li>- saber académico e saber popular,</li><li>- diálogos entre a tecnologia, a arte, a tradição e a cultura;</li></ul> <ul style="list-style-type: none"><li>- o valor do conhecimento, do conhecimento co-construído, da partilha;</li><li>- a consciência crítica;</li><li>- intervenção para a qualidade de vida das pessoas e do planeta, o bem-estar, a felicidade;</li><li>- a valorização do contributo de cada uma/um para a cidadaniademocrática, como ponto de partida, e não o foco no défice de cidadania, de participação, de interesse e consciência política, etc...</li></ul> <div data-bbox="1059 1509 1187 1666"></div> <p>Agora falando da experiência do Letras Prá Vida:</p> <p>tem por base uma lógica participativa, alicerçada nos princípios da Avaliação Empoderadora (Fetterman, 2001).</p> <p>Esta define-se pelo uso de conceitos, técnicas e resultados da avaliação colaborativa para, a partir da participação, melhorar e promover o empoderamento.</p>
--	--	--

	<p>Vida:</p> <p>tem por base uma lógica participativa, alicerçada nos princípios da Avaliação Empoderadora (Fetterman, 2001). Esta define-se pelo uso de conceitos, técnicas e resultados da avaliação colaborativa para, a partir da participação, melhorar e promover o empoderamento.</p> <p>O projeto aplica os princípios da Avaliação Empoderadora no seu próprio desenvolvimento e nas práticas andragógicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. desenvolvimento;</li> <li>2. poder da comunidade;</li> <li>3. inclusão;</li> <li>4. participação democrática;</li> <li>5. justiça social;</li> <li>6. conhecimento da comunidade;</li> <li>7. estratégias baseadas em evidências;</li> <li>8. capacitação;</li> <li>9. aprendizagem organizacional;</li> <li>10. responsabilidade.</li> </ol> <p>À semelhança do Letras, o Literacia para a Democracia podia, se assim considerarem adequado, também apropriar-se destes princípios.</p> <p>Um abraço amigo, Dina.</p>	<p>O projeto aplica os princípios da Avaliação Empoderadora no seu próprio desenvolvimento e nas práticas andragógicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. desenvolvimento;</li> <li>2. poder da comunidade;</li> <li>3. inclusão;</li> <li>4. participação democrática;</li> <li>5. justiça social;</li> <li>6. conhecimento da comunidade;</li> <li>7. estratégias baseadas em evidências;</li> <li>8. capacitação;</li> <li>9. aprendizagem organizacional;</li> <li>10. responsabilidade.</li> </ol> <p>À semelhança do Letras, o Literacia para a Democracia podia, se assim considerarem adequado, também apropriar-se destes princípios.</p>
--	---	--



**Vera Carvalho** (919039819)

From: **Vera Carvalho** <veracarvalho63@icloud.com>

Date: Thu, Jun 13, 2019 at 2:49 AM

Subject: Re: Vamos juntos ...

O texto enviado é um excelente ponto de partida para a democracia participativa.

Gostei especialmente do projeto do Bairro Santiago, nomeadamente aos desafios que procurou dar resposta:

“O projeto procurou responder a três desafios:

- ➔ criar espaços informais de escuta de necessidades e anseios coletivos num bairro da cidade,
- ➔ promover um local de encontro de saberes e competências diversos e
- ➔ estimular a experimentação em torno de projetos com significado na vida das comunidades.

Ao contrário da experiência espanhola, a iniciativa foi feita em regime de voluntariado e sem apoios financeiros institucionais.”

Talvez seja interessante percebermos as expectativas dos jovens relativamente à cidadania e apresentar-lhes os exemplos referidos no texto, entre outros.

No mês passado lembrei-me de colocar as perguntas abaixo a algumas pessoas, partilho as respostas.

Perguntas:

- 1 - De que é que falamos quando falamos em cidadania?
- 2 - Quais são os valores mais importantes da cidadania?
- 3 - Que evento gostaria de implementar (ou que já implementou) e que seria um exemplo de prática de cidadania?

Respostas:

- 1- Falamos sobre o saber estar, ser em sociedade e em particular.  
Respeitar uns aos outros seja em que situação for.
- 2- Respeito, ser integro.
- 3- Já estou a implementar no meu Agrupamento de escolas de Vila Nova de Poiares com o Projecto Eco-escolas. No entanto no dia-a-dia tento, o mais possível, que os meus e eu própria nos cumprimentemo-nos uns aos outros, a todos na escola, e também quando encontram alguém conhecido a rua ou quando entram num café /pastelaria ou outro estabelecimento. Em situação de conflito resolver de imediato a situação sempre a bem e retirar "uma lição sobre o que aconteceu.  
Sexo-feminino  
Anos-58  
Concelho - Vila Nova de Poiares  
Nacionalidade - portuguesa

1. Falamos da prática dos direitos e deveres de todos os cidadãos. Desde a Grécia Antiga até aos dias de hoje, as condições para se formar uma definição exata de cidadania têm variado, mas atualmente pode-se dizer que ser um cidadão, em Portugal, é ter direito à vida, à liberdade e à igualdade perante a lei.

2- Os valores mais importantes da cidadania são, principalmente, o respeito e a igualdade de direitos e deveres. Estes e muitos outros valores são imprescindíveis para se viver numa sociedade saudável.

3- Uma das atividades designadas como prática de cidadania que eu gostava de praticar, era a solidariedade. Ajudar o próximo é algo que faz com que o mundo se torne um lugar muito melhor.

Sexo: feminino  
Idade: 16  
Nacionalidade: portuguesa  
Concelho: Arruda dos Vinhos

1. Falamos do modo de estar em sociedade, dos direitos e deveres de cada um para um bem estar geral

2. Justiça, Igualdade, Educação, Solidariedade, Respeito

3. Ver evento cidadania 2.0 talvez seja interessante. Workshops ambientais ou sobre a relação com o outro/partilha do mesmo espaço, neste caso o mundo. Um evento de cidadania nas escolas, com a apresentação e troca de experiências de várias associações, onde se pudesse divulgar projetos como a [moveong.pt](http://moveong.pt) ou falar sobre voluntariado internacional, por exemplo. Há também um livro muito giro

sobre o Design para a mudança social, onde se fala de projetos que mudaram o mundo de algumas comunidades.

24 anos, feminino, portuguesa, Penacova

1 - Falamos em criar lugares informais para aprender, debater e dialogar sobre a nossa vida em comunidade. Aprender a participar em debates e na construção de projetos que envolvam a solidariedade, o afeto e o respeito pelas ideias contrárias.

2 - Respeitar o ponto de vista do outro, liberdade individual de viver a vida conforme considero melhor para mim, de acordo com as minhas opções de vida, liberdade de expressão, solidariedade com o próximo, respeitar as crianças, os animais e a natureza. Fomentar a autonomia e independência dos idosos.

3 - Um projeto no qual os cidadãos aprendessem a apresentar propostas e implementá-las em conjunto para melhorar a vida na sua localidade, vivendo todo o processo numa lógica de cidadania participativa, levantamento de problemas, debate sobre as prioridades tendo em conta as soluções e a sua exequibilidade, eleição do problema prioritário a ser resolvido, operacionalidade da solução, estratégia para a sua implementação e ação.

Vera Carvalho, 55 anos, Portugal, Vila Nova de Poiares

Outra resposta mais simples:

. No outro dia ia de bicicleta e caí, vai daí um rapaz ajudou-me a levantar, pegou nos meus sacos, acompanhou-me até casa e perguntou se eu precisava de mais alguma coisa, depois foi embora. Acho que isto é cidadania. Cuidarmos uns dos outros.

Sexo F, 22 anos, portuguesa, Berlim

Nesta lógica talvez fosse interessante construirmos um inquérito, fácil de fazer com a ferramenta de questionários das redes sociais, com algumas perguntas sobre o tema. Depois também me parece que seria interessante utilizarmos imagem / vídeo com alguns depoimentos simples em resposta a uma pergunta sobre o tema. As redes sociais (Twitter, Instagram, LinkedIn e Facebook) são importantes para a disseminação do projeto, para isso é necessário construir-se uma estratégia de divulgação.

Ver ainda as notas do debate sobre cidadania na reunião do Grupo responsável em Vila Nova de Poiares	Nota:
--	-------

## Maria Da Conceição Rolo para Lucília Salgado

16 de maio às 11:48

Um bom exemplo



de intervenção democrática!

J O Ã O C A S T R O Arquitecto Paisagista partilhou uma publicação no grupo Plataforma em Defesa das Árvores. 15 de maio às 23:10



Boa noite!

A nossa participação pública só é feita com ética e com cidadania quando dizemos o que pensamos, quando discutimos ouvindo, quando aceitamos a crítica e nunca perdemos a perspectiva de serviço público.

Devemos levantar a voz para defender os propósitos que julgamos serem os mais nobres, no mesmo tom que devemos elogiar os protagonistas da mudança que foram atentos e sensíveis a essa críticas e nos deram razão.

Não há nada mais digno do que mudar uma decisão depois de consciencializar que a primeira não é a melhor! Não há atitude mais nobre do que mudar, quando ouvimos todas as conclusões de um trabalho de equipa na procura de uma solução alternativa, com urbanidade.

A Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa estão de parabéns por terem encontrado alternativa viável para o traçado do saneamento a instalar ou a reparar na área.

Assim, cumpre-me hoje Vos dar a boa notícia que os 8 choupos que iam ser abatidos já vão poder viver mais uns anos, fazendo juz ao alinhamento icónico do Rossio dos Olivais.

Estou mesmo contente!

Pelos choupos, mas também, e sobretudo, pela porta aberta para uma nova perspectiva de cidadania, em que as decisões são participadas por agentes com diversas perspectivas e distintos objetivos..

Foi aprovada uma moção no sentido da salvaguarda dos choupos na Assembleia de Freguesia do Parque das Nações.

Foi assim possível perceber o significado, a hierarquia e a importância de um bom desenho, o protagonismo da unidade formal, de um alinhamento arbóreo, de uma unidade num todo, a importância do vazio, da árvore e da alteração de uma infraestrutura.



Em cidade devemos sempre, mas sempre, ir do global para o particular.

Devemos sempre caminhar do Planeamento, do projecto, à obra e à gestão.

Quando se inverte, geralmente perdemos qualidade.



# 4ª Parte

---

## 14. Dinâmicas de constituição do Grupo Coordenador

---

### Preparação da reunião de 3 de maio 2019

Preparação da reunião de 3 de maio 2019 Criação do <i>Banner</i> (a substituir)	64
Ideias que não se podem perder/ Ideias que teremos de reter	65
Dinâmica de apresentação, valores e expetativas do grupo	69
Power point apresentado e debatido na 1ª reunião	70

## Notas para a primeira reunião do grupo coordenador



### Criação do *banner*

Este *banner* foi criado para a primeira reunião. Muito simples: sobre o *banner* do Cidadão Activ@s do concurso, fomos colocando o que tínhamos das nossas associações, das nossas atividades. Onde coubesse, como conseguissemos. Sem outra arte que não fosse estarmos lá todas com algo que fosse importante para nós.

Sabemos que sob o ponto de vista de design não é facilmente comunicável, nem sequer era muito bonito.

Não era. Mas agora, para muitas, já é. Já nos habituámos e diz-nos algumas coisas.

Mas estamos a mudar e a Arlete, que é designer está a construir um logotipo de forma criativa. Vai chegar...



### Ideias que não se podem perder

## Contrato de Financiamento – Grande Projeto

- ➔ O objetivo primordial do Programa é o fortalecimento da sociedade civil e da cidadania ativa e o empoderamento dos grupos vulneráveis em Portugal
- ➔ O Programa visa também estimular a constituição de parcerias entre as ONG portuguesas, e entre estas e Entidades públicas ou privadas situadas em Portugal, nos Estados Financiadores ou com organizações internacionais e agências subsidiárias
- ➔ Fortalecer a cultura democrática e a consciência cívica
- ➔ Desenvolver a autoeficácia das comunidades na resolução dos seus problemas
  - a. 30 voluntários recrutados;
  - b. 43 iniciativas cívicas, excluindo campanhas implementadas;
  - c. 13 campanhas de sensibilização implementadas;
  - d. 145 pessoas formadas em educação para a cidadania;
  - e. 3 parcerias entre ONG e escolas para promover a educação para a cidadania;
  - f. 4 ONG a realizar um diagnóstico das suas necessidades e a preparar planos de ação no âmbito do projeto;
  - g. Percentagem do grupo-alvo que demonstra preocupações cívicas – A meta deste indicador terá de ser definida até 2 meses<sup>16</sup> após a assinatura do contrato e ficará anexa a este contrato de financiamento

### Artigo 2.º Objetivos

1. O objetivo do Programa é fortalecer a sociedade civil e a cidadania ativa e empoderar os grupos vulneráveis.
2. Para tal, o Programa pretende apoiar projetos que promovam:
  - a. Democracia, cidadania ativa, boa governação e transparência;

<sup>16</sup> Como o projeto só começou em maio e muitos jovens foram partindo ter-se-a que dar mias algum tempo para uma construção que não parece ser fácil.

b. Direitos humanos e igualdade de tratamento através do combate a qualquer forma de discriminação com base na origem racial ou étnica, religião ou crença, género, deficiência, idade, orientação sexual ou identidade de género;

c. Justiça social e inclusão de grupos vulneráveis;

d. Capacitação das ONG.

3. O Programa contribui também para os objetivos gerais dos *EEA Grants* em Portugal e para a concretização da boa governação e do desenvolvimento sustentável.

Sabendo-se hoje que a competência literacia permite o desenvolvimento da autoeficácia conducente ao empoderamento, nomeadamente de participação democrática e tratando-se de comunidades com baixos níveis de literacia, este objetivo prosseguirá através do desenvolvimento da literacia emergente com crianças de idade pré-escolar na prevenção do insucesso escolar, com a presença da literacia funcional nas práticas de crianças e jovens, com a alfabetização de adultos e com o incremento da literacia familiar e comunitária.

Valores como a importância do saber e da cultura democrática, como a importância de defender as causas de terceiros, como o direito à palavra de todas as pessoas, como o respeito pelos outros, qualquer que seja a sua diferença do grupo hegemónico, serão trabalhados em contextos formativos e na análise e preparação de práticas.

Do mesmo modo, a formação para os valores ligados à sustentabilidade serão desenvolvidos do local para o global e vice-versa: partindo das práticas locais nomeadamente nos que se referem às alterações climáticas, à economia circular e à nova cultura da água, integrando o incremento de uma cultura tecnológica e científica.

Do mesmo modo, o acompanhamento e debate das políticas públicas permitirão, a vários níveis, a produção de recomendações adequadas para a tomada de decisão.

A realização de parcerias entre ONG e com os poderes públicos locais e nacionais permitirão enriquecer o tecido social e criar uma maior formação em literacia comunitária. A divulgação social será feita não só nos fóruns próprios, específicos, mas sobretudo, através da internet e das redes sociais recorrendo aos recursos disponíveis nomeadamente os professores e alunos do Curso de Comunicação Social da ESE de Coimbra.

## [Retirado do pedido de candidaturas da Gulbenkian]

l. Educação para a cidadania e formação a nível formal e não-formal

m. Promoção da literacia democrática

n. Sensibilização, informação e envolvimento dos cidadãos sobre a importância da participação ativa na comunidade

o. Ativismo cívico e atividades de mobilização

- p. Promoção do voluntariado e da solidariedade
- q. Reforço da participação social dos jovens, nomeadamente o seu envolvimento na comunidade, de forma a promover a sua participação ativa nos processos de tomada de decisão
- r. Atividades de advocacy
- s. Atividades de monitorização e acompanhamento das políticas públicas, incluindo a implementação de recomendações ou decisões tomadas a nível internacional
- t. Ações de sensibilização, partilha de informação e participação em processos de tomada de decisão relativas a políticas públicas.
- u. Colaboração entre ONG e jornalistas de investigação para assegurar a transparência e combater a corrupção
- v. Parcerias e promoção do diálogo estruturado entre ONG e entidades públicas e privadas para resolver problemas sociais e ambientais.

**A dinamização e organização dos grupos locais, é muito importante para ser formativa.**

Para aí na segunda ou terceira reunião era necessário fixar o grupo.

- a) Cada pessoa no grupo teria uma tarefa específica que era importante para que o grupo funcionasse e tinha mesmo de a realizar, percebendo da sua importância se a fizesse ou não (todos somos importantes num grupo).
- b) Seria importante ter um Jornal de Parede (ou Diário) para cada um ir escrevendo o que se tem de fazer, o que se fez, o que se propõe, como fazer...<sup>17</sup>
- c) As tarefas seriam as que se considerassem necessárias. Mas estas, acho que teriam de ser:
  - registo do que se fez
  - registo do que se disse significativo (decisões, normas...)
  - assegurar a comunicação on line
  - fazer e organizar fotografias
  - estar atento a quem tem ou parece estar com dificuldades
  - organizar/gerir o espaço
  - gerir o tempo
  - gerir os materiais
  - gerir o jornal de parede
  - gerir as presenças e as ausências
  - garantir que todos façam uma dinâmica (não deve durar mais de 15 minutos) no princípio de cada sessão.

---

<sup>17</sup> Vale a pena estreitar as Imagens do Movimento da Escola Moderna. É com crianças mas dá uma ideia.  
[https://www.google.com/search?q=movimento+da+escola+moderna+DIARIO&rlz=1C1CHBD\\_pt-PTPT827PT827&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiWzrTU7f7gAhXIAWMBHZooDesQ\\_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgsrc=fdppx6vHvWgDsM](https://www.google.com/search?q=movimento+da+escola+moderna+DIARIO&rlz=1C1CHBD_pt-PTPT827PT827&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiWzrTU7f7gAhXIAWMBHZooDesQ_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgsrc=fdppx6vHvWgDsM)

Estas atividades terão lugar em cada local e nos encontros dos jovens dos três territórios. Este projeto, pelas suas componentes específicas, integrará uma **equipa de consultores** constituída por especialistas nos diversos domínios, membros da APCEP:

*Alberto Melo* – educação cívica à escala global e local;

*Lucília Salgado* – intervenção comunitária inter-grupos;

*Manuel Lucas Estevão*: sustentabilidade ambiental,

*Paula Guimarães*: diagnósticos de comunidades e grupos;

*Teresa Amal*: conceção de projetos comunitários de educação cívica;

*Mário Montez*: workshops de educação cívica;

*Irina Boteta*: animação socioeducativa e de empowerment juvenil.

## Dinâmica de apresentação, valores e expectativas do grupo

### Literacia para a Democracia

#### FICHA TÉCNICA nº 1

**Título:** Somos uma rede solidária

**Contexto:** 1ª sessão do grupo de coordenação do projeto Literacia para a Democracia

**Destinatários:** elementos dos 4 grupos que formarão a equipa dirigente durante o tempo do projeto

#### Objetivos:

1. Criar espírito de grupo, solidário e capaz de enfrentar as dificuldades com solidariedade;
2. Identificar as pessoas pelas suas potencialidades;
3. Partilhar apreensões de partida procurando soluções

#### Atividade:

1. As pessoas colocam-se em roda, de pé.
2. Uma pessoa envia o novelo para outra qualquer, ficando com uma ponta na mão, dizendo o seu nome e de onde vem; uma característica positiva acerca da sua pessoa; a expressão de uma das suas apreensões ao iniciar este projeto.
3. A pessoa que recebe o novelo diz o mesmo tipo de coisas e passa o novelo a outra.
4. O novelo deverá dar a volta a todas as pessoas.
5. No fim fica uma rede em que cada um segura uma ponta dizendo-se que se procura que seja assim o projeto que iniciamos.

**Materiais:** um novelo de lã, redondo.

**Avaliação:** toda a gente ter percebido o funcionamento e os objetivos do jogo e ter participado ativamente.

Obrigada! 😊

## Power point apresentado e debatido na 1ª reunião

1



Primeira reunião da equipa coordenadora  
3 de maio de 2019

2



O objetivo primordial do Programa é

- da cidadania ativa e
- o fortalecimento da sociedade civil e
- a capacitação de grupos vulneráveis



Iceland  
Liechtenstein  
Norway

Active  
citizens fund

AJP  
CEP

iCreate  
IDEIAS FORA DA CAIXA!

**Programa  
Cidadãos Ativ@s**

ALÉM

Let's  
PRÁ VIDA

BARRO  
INTELIGENTE

Lorenzo Marsili disse:

“O papel das ONG no fortalecimento da cultura democrática”  
Lorenzo Marsili, membro da direção da CIVICUS

1. apoio, ajuda aos outros
2. intervenção nas políticas
3. **educar, formar para a cidadania**

Iceland  
Liechtenstein  
Norway

Active  
citizens fund

AJP

iCreate  
IDEIAS FORA DA CAIXA!

**Programa  
Cidadãos Ativ@s**

ALÉM

Let's  
PRÁ VIDA

BARRO  
INTELIGENTE



... queria só que tivessem em conta que os valores fazem parte das práticas (Alain Touraine e afins).

Daí que, sendo muito importante pôr em evidência os principais valores estes têm que ser coerentes com as actividades (estou a pregar o pai nosso ao vigário!). Para isso, é importante conhecer as actividades e seu contexto.

A separação entre práticas e valores é típica do neo-liberalismo (eu sei que sabes) e nada neutra.

5



The banner for 'Programa Cidadãos Ativ@s' features logos for Iceland, Liechtenstein, Norway, and the Active Citizens Fund. It includes the 'AJP' logo, 'i Create' with the tagline 'IDEIAS FORA DA CAIXA!', and a cartoon hand. The central text 'Programa Cidadãos Ativ@s' is in large blue letters. Below it, there's a photo of a group of people, a 'LIBRAS PRA VIDA' logo, and the word 'ALÉM' in large letters. To the right, there's a photo of a group of people sitting at a table and a cartoon face with the letters 'GO'.

- Só se aprende cidadania se estivermos a ser tra-

ta-

- Desenvolver a identidade;
- Promover a autonomia;
- Favorecer a aquisição de espírito crítico;
- Promover a aquisição de regras de convivência social;
- Promover uma autoestima positiva;
- Desenvolver a responsabilidade;
- Incutir a ajudar o outro;
- Respeitar as diferentes culturas, valores e opiniões;
- Ter iniciativa;
- Avaliar e refletir;
- Ter confiança em si e nos outros ...



6



This banner is identical to the one in slide 5, featuring the same logos, text, and images.

### O que vamos fazer?

Adolescentes, jovens e adultos em **partilha** de Conhecimentos -aprendizagens, confiança, abertura, integração.

A **criação** como **expressão- comunicação** – o fazer, com os/as colegas, com as famílias, com as **comunidades** - nas práticas do vivido: na escola, nas famílias e nos trabalhos do território.

O palco da vida (a simulação, o teatro e o real) a criar e recriar **empoderamentos** – identificar, reconhecer, apreciar/valorizar a **saúde** (do território do planeta) como parte integrante da cultura .





7



### Disse o Silvestre Aranha

É uma oportunidade muito agradável

de refletir sobre as dimensões, os pontos de partida, os objectivos, os limites de actuação em que cada um de nós se foca quando encara o tema literacia para a cidadania. Vejo a expressão, de imediato, no sentido de:

→ melhorar para fazer intervir. Seguem-se perguntas:

→ intervir onde? Sobre o indivíduo - fazendo melhores cidadãos; na sociedade, a que níveis?

Do macro ao micro: na política, nas comunidades, nos grupos específicos - sejam vulneráveis ou não; em que sentido? transformar os indivíduos e as estruturas para que se atinjam as melhores condições para o bem estar.



8



### COMO?

a questão da participação de cada um e do colectivo.

Cada uma/um contribui/dá e cada uma/um recebe/aprende, desenvolve-se com a/o outra/o(s) - reciprocidade:

- jovens e mais velhos,
- ensino superior e comunidade,
- saber académico e saber popular,
- diálogos entre a tecnologia, a arte, a tradição e a cultura;

→ o valor do conhecimento, do conhecimento co-construído, da partilha; a consciência crítica;

→ intervenção para a qualidade de vida das pessoas e do planeta, o bem-estar, a felicidade;

→ a valorização do contributo de cada uma/um para a cidadania democrática, como ponto de partida, e não o foco no défice de cidadania,

→ de participação, de interesse e consciência política, etc...



Iceland  
Liechtenstein  
Norway

Active  
citizens fund

AIP  
CIP

iCreate  
IDEIAS PARA A CRIANÇA

**Programa  
Cidadãos Ativ@s**

Já tem  
PRA VIDA

ALÉM

O projeto aplica os princípios da Avaliação Empoderadora no seu próprio desenvolvimento e nas práticas andragógicas:

1. desenvolvimento;
2. poder da comunidade;
3. inclusão;
4. participação democrática;
5. justiça social;
6. conhecimento da comunidade;
7. estratégias baseadas em evidências;
8. capacitação;
9. aprendizagem organizacional;
10. responsabilidade.



Iceland  
Liechtenstein  
Norway

Active  
citizens fund

AJP  
CEP

iCreate  
IDEIAS FORA DA CAIXA!

**Programa  
Cidadãos Ativ@s**

ALÉM

BARRIO INCLUSIVE

À semelhança do Letras,  
o Literacia para a Democracia podia, se assim  
considerarem adequado, também apropriar-  
se destes princípios.

11



As. **Barafunda da Benedita** irá intervir numa escola com adolescentes envolvendo os pais e a comunidade em processos educativos não formais; alargar-se aos pares e identificar bloqueios para remover. Na relação privilegiada com o Centro *Qualifica* Barafunda envolverá adultos (pais e mães) nas relações com os trajetos escolares dos filhos.

As. **ALEM de Oeiras** contribuirá para desenvolver a educação cívica na construção da aquisição da literacia democrática: ler o mundo e a vida, adquirir autoeficácia na resolução dos seus problemas. Também aqui o C. Qualifica de Oeiras, inserido numa Escola, promoverá a cidadania nestes bairros e adequará os processos de Educação de Adultos às suas necessidades e potencialidades colocando a Escola também ao seu serviço.

As. **iCreate de Poiares através do Letras Prá Vida** permitirá ainda compreender a interação e a formação de estagiários e contribuir para a divulgação junto da Comunicação Social.

12



O ponto principal consiste em, através da relação entre as 4 ONG com características bem diferentes promover a Educação para a cidadania e a Literacia democrática, envolvendo em ações de voluntariado e solidariedade, jovens em situações sociais e comunitárias de natureza diferente.

a) Coimbra: zonas rurais de montanha com idosos maioritariamente em grupos com alfabetização;  
b) uma zona da periferia de uma grande cidade – Oeiras e c) uma zona urbana inserida num meio indiferenciado rureurbano - Benedita .

Trata-se de num **1º ano formar os jovens do grupo-alvo principal para as atividades que irão desenvolver no 2º ano junto de uma determinada comunidade para e com quem fizeram um projeto de intervenção específica**. No 3º ano trata-se de, com eles fazer a avaliação do projeto, sistematizar as aquisições no projeto através focus group/outras formas de recolha de dados, conceber a maneira de os utilizar em ações de formação, produzir o respetivo material e proceder à sua difusão. Uma das maneiras será a de ajudar novos grupos, em novas comunidades, a conceber novos projetos assim como planificar a continuidade do projeto realizado nas comunidades onde se teve oportunidade de intervir.





**Um 1º tempo** consiste em cimentar a equipa das 4 associações e respetivos parceiros refazendo o projeto geral, adequando-o ao momento em que se vai atuar, precisando o diagnóstico e planificando atividades;

segue-se a criação do grupo de jovens cimentando-os em workshops (com práticas específicas de educação para a cidadania, nas suas linguagens entendendo e completando os projetos de trabalho propostos).

O grupo assumirá as responsabilidades, mas cada participante terá uma função específica de acordo com as necessidades (os registos das sessões, manter o espaço web, coligir informações da comunidade, preparar sessões públicas...).

**No 2º ano** cada grupo desenvolverá intervenção na sua comunidade de onde sairão novas propostas de intervenção (continuidade) e conclusões sobre políticas públicas de resolução dos problemas. As reuniões terão, por vezes a forma de assembleias abertas (ou não) à comunidade com existência de atas (ou relatórios) e votações. No 2º ano serão aceites novos membros nos grupos procedendo-se à reorganização e distribuição de tarefas.

**No 3º ano** procede-se à avaliação de produtos e processos redigindo relatórios e materiais para serem usados em novos grupos. O material web será forçosamente privilegiado.

---

# 5ª Parte

---

## Ideias surgidas nas reuniões

15	Percursos educativos certificados	78
16	Dinâmicas comunitárias e contra- tualização do projeto	83
17	Memorandos das reuniões	84

## 15. Percursos educativos certificados



PROPOSTA		Perguntas que coloco a quem souber responder
1.	Uma vez que este projeto tem como objetivo e metodologia a formação de jovens pode (e deve) ter certificado alguma certificação para os jovens, embora diferenciada.	
2.	Para tal pode utilizar-se, em qualquer circunstância, o Passaporte Europeu de Competências – <i>Europass</i> <a href="https://europass.cedefop.europa.eu/pt/documents/european-skills-passport">https://europass.cedefop.europa.eu/pt/documents/european-skills-passport</a>	
3.	No entanto este processo formativo pode oferecer possibilidade de certificação em diferentes contextos oficiais. Embora os objetivos centrais serão sempre os expressos de cidadania ativa e o processo geral de formação seja o expresso no projeto.	
4.	Vale a pena ver as <b>formações modulares</b> mas não se aplicam automaticamente. <a href="http://www.anqep.gov.pt/aaaDefault.aspx?f=1&amp;back=1&amp;codigono=56266236AAAAAAAAAAAAAAAAAAAA">http://www.anqep.gov.pt/aaaDefault.aspx?f=1&amp;back=1&amp;codigono=56266236AAAAAAAAAAAAAAAAAAAA</a>	
5.	Temos dois tipos de públicos claramente definidos e já identificados e não sei se teremos mais. <ul style="list-style-type: none"> <li>Os estudantes que frequentam o Ensino Superior</li> <li>Os ciganos e lusodependentes e outros com a escolaridade obrigatória não completa</li> </ul>	
6.	Os estudantes que frequentam o <u>Ensino Superior</u> : O currículo dos estudantes de Teatro, Música, Gerontologia, Comunicação Social ficaria enriquecido porque muitas vezes acabam a trabalhar nestes domínios.  Podia tentar negociar-se o que fosse necessário na ANQEP ou no IEFP.  Penso que não seria necessários os 3 anos...	
7.	Os jovens que não têm o <u>Ensino Básico ou Secundário</u> poderiam fazer o RVCC respetivo se já tivessem competências adquiridas ao longo da vida. Poderemos motivá-lo com o seguimento para o Curso profissional... Estariamos a enriquecer os jovens e o território...	→ Quem pode preencher ou certificar o <i>Europass</i> ? → Qual é o mínimo de horas de formação que se pode colocar no <i>Europass</i> ? Nota: não devemos perverter os objetivos do projeto à certificação. O objetivo central não é esse... → Como poderão ser aplicadas? → E nos outros grupos que outros públicos específicos haverá que tivessem necessidade de certificações específicas? → Poderiam ver creditas as Unidades de formação dita <i>Sociocultural</i> (exceto <i>Área de Integração</i> ) e algumas da <i>Científica</i> , segundo os casos, enquanto a <i>Técnica, Tecnológica e Prática</i> , seria feita pelas atividades no Projeto. → O sistema permite certificações nestes Cursos? → Seria possível organizar itinerâncias? → Ou como poderia possível fazer isto? → SE houvesse outras pessoas locais que não estivessem envolvidas neste projeto poderia integrar esses grupos do <i>Qualifica</i> .

Acham um sistema destes, possível? O que seria necessário fazermos junto das instituições oficiais? Lembremo-nos que estarão em mudança – para melhor, esperamos, com o PNLA (se avançar)...

## Curso Profissional de Animador Sociocultural

### Plano Curricular

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Anual			
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	Totais
Sociocultural	Português	120	100	100	320
	Língua Estrangeira/Inglês	80	70	70	220
	Área de Integração	76	72	72	220
	Educação Física	50	50	40	140
	T.I.C.	50	50	0	100
Científica	Psicologia	110	60	30	200
	Sociologia	68	69	63	200
	Matemática	64	36	0	100
Técnica, Tecnológica e Prática	Área das Expressões	140	140	140	420
	Área de Estudo da Comunidade	120	120	92	332
	Animação Sociocultural	118	132	100	350
	Formação em Contexto de Trabalho	0	140	460	600
<b>Total Horas de Formação</b>		<b>996</b>	<b>1039</b>	<b>1167</b>	<b>3202</b>

### Perfil de saída

Um/a Animador/a Sociocultural pode exercer as suas funções em locais de trabalho diversificados, sendo que apresentamos em seguida uma lista dos possíveis locais de trabalho deste profissional:

Estabelecimentos e Serviços de Apoio Social, de carácter público e/ou privado com ou sem fins lucrativo; Centros Culturais e/ou Recreativos ou Centros de Atividades de Tempos Livres; Museus e Bibliotecas; Ginásios, Pavilhões e Parques Desportivos; Agências de publicidade e marketing; Autarquias locais (Juntas de Freguesias e Câmaras Municipais); Escolas de Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário; Hotéis; Empresas de Organização de Eventos. Administração Pública; Centros de Apoio Social (Lares, Centros de Dia).

### Saídas profissionais

Animador educativo e sociocultural, de formação generalista, susceptível de responder às necessidades de intervenção e animação em diferentes espaços e instituições

## Debate com responsáveis de *Centros Qualifica* (membros da APCEP)

**Lucilia Salgado** <luciliasalgado@gmail.com> Sat, Jun 1, 9:39 PM

to Manuela

Mon, Jun 3,  
11:16 AM

Obrigadinha

Gostava de saber a relação entre o passaporte Qualifica e o *Europass*.

Bjs

Lucília

**Manuela Esteves** <manuelaesteves.aepa@centroqualifica.gov.pt>

Bom dia, Lucília



Estive em tempos numa reunião, na AMA - agência para a modernização administrativa, Loja do Cidadão, Laranjeiras, para um projeto que visava reunir num só documento -CV- toda a informação relativa ao indivíduo, competências pessoais, sociais, técnicas, profissionais, buscando esses dados numa articulação entre o cartão de cidadão e o SÍGO. O meu papel seria funcionar como uma instituição de teste, o que nunca aconteceu, por outros interesses...que me ultrapassaram. Assim e Através da plataforma Europass, construía-se o CV, o passaporte de línguas, passaporte europeu de competências, buscando à plataforma SÍGO toda a informação aí registada. A linguagem devia de ser comum e inteligível no espaço europeu - níveis de qualificação ( de 1 a 8) e níveis de língua (A1/A2- B1/B2- C1/C2)para efeito de mobilidade.

É tudo o que sei, por enquanto, beijinhos

Segue explicação detalhada fazer Que É o passaporte Qualifica, beijinhos

<https://www.sigo.pt/DisplayFicheiro?id=336235>



**De:** [almelo@sapo.pt](mailto:almelo@sapo.pt) <[almelo@sapo.pt](mailto:almelo@sapo.pt)>  
**Enviada:** 28 de maio de 2019 12:59  
**Para:** Susana Oliveira <[susana.oliveira@epatv.pt](mailto:susana.oliveira@epatv.pt)>  
**Assunto:** Fwd: formação certificada

Olá, Susana.

E a ti que te parece? Seria de facto boa ideia que os jovens que participaram activamente neste novo projecto da APCEP recebessem um certificado, mesmo não oficial. Um beijo grande e que tudo te corra bem - na vida e nos múltiplos outros projectos.  
Alberto

Mensagem encaminhada de Susana Oliveira <[susana.oliveira@epatv.pt](mailto:susana.oliveira@epatv.pt)> -----

Data: Tue, 28 May 2019 15:32:00 +0000

De: Susana Oliveira <[susana.oliveira@epatv.pt](mailto:susana.oliveira@epatv.pt)>

Assunto: RE: formação certificada

Para: [almelo@sapo.pt](mailto:almelo@sapo.pt)

Olá Alberto,



Assim sem uma reflexão ao detalhe, e salvaguardando a diferenciação que pode ocorrer em casa caso, há regras comuns que podem vir a ser consideradas:

- a certificação Europass divide-se em vários formatos, quase todos eles emitidos por entidades formadoras e depois acreditados por um Centro Nacional Europass. No caso do passaporte de competências europass, este é um documento preenchido pelo próprio, que não carece de qualquer validação ou suporte, e pode ser feito online, tal como o CV (ou seja, são a exceção à regra).

Na minha opinião, redunda com o Passaporte Qualifica, esse sim, também regista as competências e qualificações adquiridas, mas numa perspetiva de acreditação potencial (sai do SIGO, a pedido do candidato em qualquer Centro Qualifica).

- A anterior observação leva-me à seguinte: qualquer formação, de qualquer tipo, nos dias de hoje, pode e deve ser registada no SIGO (Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa), com o apoio de um Centro Qualifica ou de uma entidade formadora (a APCEP toda esta diversidade no consórcio). Regista tal como planeou fazer, as horas, os conteúdos, os formadores, o que não pode é dizer que isso atribui

uma qualificação X ou Z, isto é, pode dar nome à formação, mas não pode atribuir uma qualificação formal aos candidatos – por exemplo nomeá-los com uma qualificação existente. Contudo, este processo permite aos aprendentes/ formandos (maiores ou menores de idade) – e muito bem- que tenham um certificado descrito com base em resultados de aprendizagem no final da formação. Alguns desses resultados de aprendizagem darão equivalência – eventualmente – a UFCD – unidades de formação de curta duração. Melhor, para aqueles a quem interessar. Estaremos ainda a contribuir para o preenchimento dos seus Passaportes Qualifica e, se o desejarem, para os seus Passaportes Europass;

Em última análise, para os que forem “elegíveis”, estaremos a adiantar trabalho com vista à certificação escolar ou profissional.

O sistema, ainda que não seja perfeito, permite estas articulações/ flexibilizações que beneficiarão, certamente, a avaliação do projeto posteriormente. Certamente que quem trabalha nos CQ e em entidades formadoras está ao corrente destas possibilidades, é só explorar.

Qualquer coisa, dispõe!

Abraço forte

Susana

## 16. Dinâmicas comunitárias e contratualização do projeto

O problema das dificuldades de criação dos grupos de jovens, permitiu as seguintes reflexões:

1. Desde o primeiro momento que a concepção de uma candidatura feita pelo grupo da APCEP colocou os seguintes problemas: tratando-se de um projeto de formação para a cidadania todas as decisões deveriam ser tomadas colegialmente pelas diferentes associações, e, posteriormente pelos grupos em presença. No entanto, o facto de termos prazos reduzidos para apresentar a candidatura, com formalismos que só a pouco e pouco foram sendo elucidados, obrigou a equipa da APCEP a ter de tomar decisões, sem ter possibilidades de auctuação de todos os pormenores. Sentíamos que estávamos a decidir e a comprometer-nos demasiado correndo o risco de impor procedimentos e calendarização sem auctuação. O facto de toda a gente assinar não significava que fosse possível fazer exatamente tal como tínhamos proposto.
2. O facto de se tratar de associações dispersas pelo país, sem financiamento antes da data de assinar o contrato, levava a que não fosse possível fazer reuniões de construção do projeto. Arriscamos tendo explicitado que este era um problema que tínhamos de ir decidindo correr o risco e ir adaptando à medida que fosse necessário.
3. Um dos problemas que surgiu tem a ver com as características do trabalho comunitário, com problemática e formas de organização bem diferentes das dinâmicas organizacionais a que estávamos habituados (escolas, organizações formais).
4. Foi possível perceber que a calendarização da formação dos grupos de jovens para os meses de julho e setembro não seria possível no início do projeto porque os jovens do ensino superior vão de férias e, verificamos com as reuniões em agosto, que os grupos comunitários tinham dinâmicas diferentes do habitual nestes meses, não marcados pelos ritmos escolares. Verificámos que estaríamos nos bairros mas não compareciam em atividades formais. O estado de espírito era de descontração não facilitando a existência de reuniões. Explicavam que “estavam noutra!”
5. Assim, em reunião, refletimos que não nos poderíamos submeter aos timings previstos, nas propostas para as reuniões. Iríamos fazendo, como possível e de acordo com as dinâmicas locais, justificando sempre as decisões.
6. Assim, para os encontros de jovens terão de ser mantidas as sessões previstas mas em datas propostas nas comunidades, de acordo com os eventos e a melhor qualidade prevista.
7. Do mesmo modo, foi possível entender que as dinâmicas comunitárias não permitem constituir grupos, à partida, de pessoas com características formalmente decididas. Por exemplo, os jovens terem até 30 anos. Encontramos jovens interessados com 29, ou 35 anos. Temos de aproveitar a sua disponibilidade para o projeto e para a mobilização de outros. Queremos constituir *Espaços de Formação*, com as características mais específicas da comunidade, como forem surgindo. Procuraremos agora criar dinâmicas com quem for possível e tiver interesse procurando garantir que, no final do projeto, existam os jovens de menos de 30 anos com que nos comprometemos.
8. O trabalho comunitário tem características e dinâmicas próprias que teremos que respeitar tendo em vista o objetivo do projeto. (cidadania)

## 17. Memoranduns das reuniões de grupo

**Programa Cidadãos Ativ@s / Projeto: Literacia para a Democracia**  
**1ª reunião de Concertação**

**Programa Cidadãos Ativ@s / Projeto: Literacia para a Democracia**  
**2ª reunião de Concertação**

*19 de junho de 2019 – 10:00h-16:30h*

Núcleo de Coimbra

Local: Vila Nova de Poiares

**Programa Cidadãos Ativ@s / Projeto: Literacia para a Democracia**  
**3ª reunião de Concertação**

---

**Programa Cidadãos Ativ@s / Projeto: Literacia para a Democracia**  
**Reunião com o grupo da Benedita**

**Programa Cidadãos Ativ@s / Projeto: Literacia para a Democracia**  
**Reunião com o grupo da Oeiras**

**Programa Cidadãos Ativ@s / Projeto: Literacia para a Democracia**  
**Reunião com o grupo da Coimbra**

---

# 6ª Parte

---

## *Refletir o que será a formação*

Nas reuniões do grupo coordenador foram sendo discutidas as temáticas que seria útil trabalharmos nós e desenvolvermos com os grupos, independentemente daquilo que em cada grupo se decidir tratar.

Nesta 6ª parte vamos dando conta do ponto em que estamos

		página
19	Video Participativo	86
20	MEM Grupo cooperativo - pedagogia do MEM (Movimento da Escola Moderna)	92
21	Formação em cidadania contra o discurso do Ódio.	95
22	APCC – Formação para os direitos Humanos <a href="http://www.apcc.org.pt/formacao/cursosatelies">http://www.apcc.org.pt/formacao/cursosatelies</a>	98
23	Intervenção e atitude Intercultural...	99

## 19. Video participativo

O **Video Participativo** pareceu-nos interessante porque poderia ser realizado pelos jovens inseridos nas suas realidades e partilhados com os outros jovens.

Convidámos o Mário Montez para nos vir apresentar a atividade na reunião de Vila nova de Poiares. Como não lhe foi possível deslocar-se enviou-nos informação e material para visionarmos.

### Convite ao Mário Montez

#### Fwd: Workshop video com grupos da comunidade



**mario montez**

3:49 PM (57 minutes ago)

to me

Olá Lucília,

Vi agora que o email que te enviei logo depois de ter falado contigo - e de ter ficado sem bateria - não seguiu porque enviei para o da ESEC - que pelos vistos já não funciona ou está cheio.

Entretanto há alunos de TE interessados. Como queres fazer? Envio-te os nomes e contactos para voces os contactarem?

Em baixo segue o email que te enviei e que fala também dos workshops de video participativo que posso fazer no projeto.

Beijos,

Mário

----- Forwarded message -----

From: **mario montez** <[montez.mario@gmail.com](mailto:montez.mario@gmail.com)>

Date: Wed, 22 May 2019 at 14:50

Subject: Workshop video com grupos da comunidade

To: [ESEC][lucilia@esec.pt](mailto:lucilia@esec.pt) <[lucilia@esec.pt](mailto:lucilia@esec.pt)>

Olá Lucília,

Fiquei sem bateria, como te disse. Contudo envio-te links para textos sobre o processo de video de que te falei. Estão disponíveis no Researchgate e no meu blogue/portfolio (desatualizado). Em anexo envio as linhas orientadoras do workshop, em Português (traduzido do inglês...)

<https://mamitz.wordpress.com/2012/08/15/clube-dos-filmes-no-bairro-dos-loios/>

<https://mamitz.wordpress.com/2014/05/10/community-video-experience-workshop-warsaw/>

[https://www.researchgate.net/publication/308695511\\_COMVEX -  
\\_Community\\_Video\\_Experience\\_Workshop\\_Guidelines](https://www.researchgate.net/publication/308695511_COMVEX_-_Community_Video_Experience_Workshop_Guidelines)

[https://www.researchgate.net/publication/308995999\\_Participatory\\_Video\\_an\\_empowerment tool for vulnerable groups](https://www.researchgate.net/publication/308995999_Participatory_Video_an_empowerment_tool_for_vulnerable_groups)

<https://mamitz.wordpress.com/2014/10/07/community-video-experience-comvex-workshop-in-hradec-kralove/>

Tenho usado esse processo também com alunas de ASE em Atelier de Análise Social da Educação - gosto muito desta UC; agradecido! Eles têm de mostrar o que aprenderam sobre a Educação e a sua relação com o desenvolvimento social de uma comunidade, considerando as tipologias de Educação, o papel social da Educação, os conceitos de Problemas Sociais, os efeitos de Pigmalão, etc. etc. A maior parte das vezes eles recorrem também ao trabalho que fizeram durante o semestre com base na aula de campo, em que recolhem informação nas ruas - em conversas; proibido fazer entrevistas e questionários!!- sobre os percursos educativos pessoais, educação e aprendizagens que as pessoas valorizam, a relação da cidade e a educação, etc. etc. Enfim, é interessante usar este método para perceber como se apropriam os alunos dos conteúdos (supostamente) ensinados.

Por isso terei muito gosto em fazê-lo no vosso projeto. É uma questão de acertar datas.

Quanto ao resto, amanhã falo com o Leal sobre isso. E tu avança e fala também com ele.

Beijinho e até breve!

Mário

Attachments area

## O que é e como funciona o Video Participativo?

### COMVEX - Community Video Experience: linhas orientadoras para o workshop

Por Mário Montez \*

#### APRESENTAÇÃO:

COMVEX - Community Video Experience ou Comunidade, Vídeo, Experiência é um processo participativo visual, em desenvolvimento, que usa o vídeo de forma simples, divertida e pedagógica, com o objectivo de comunicar e de sensibilizar para os problemas sociais que afetam determinados grupos ou comunidades.

O workshop (ou oficina) COMVEX é particularmente destinada a pessoas da área da intervenção social (profissionais ou estudantes), a fim de capacitá-los a usar o vídeo como uma ferramenta social, em contextos pedagógicos e de lazer. O workshop também pode ser realizado com grupos específicos da comunidade, a fim de capacitá-los a usar o vídeo como ferramenta nas suas próprias comunidades.

#### VALORES:

COMVEX foi desenvolvido para tratar especificamente de questões sociais, utilizando um processo participativo, e combina os principais valores e técnicas dos seguintes três métodos participativos:

a) METAPLAN - ou técnica do cartão: é um método de facilitação de processos participativos sobre a resolução de problemas e tomada de decisão. Baseia-se na ideia de criar relações horizontais em reuniões para resolução de problemas, numa técnica simples que permite a que pessoas num grupo se expressem e participem, sem influência direta de outros. Todos no grupo são convidados a anotar ideias sobre um assunto da seguinte forma: uma ideia num cartão. As ideias não são julgadas nem reivindicadas por aqueles que as escreveram. Depois os cartões são organizados de acordo com categorias.

"Esta técnica de Wolfgang e Eberhard Schnelle pode ser usada como um método de facilitação de grupos e sendo um modelo de comunicação, em que se desenvolvem opiniões, uma compreensão comum é construída; objetivos, recomendações e planos de ação são formulados para focalizar num problema e nas suas soluções possíveis.

"Moderadores" (uma espécie de facilitadores) administram os grupos e garantem que a boa comunicação, cooperação e altos níveis de entendimento são alcançados. O seu objetivo é fornecer o grupo com o tipo certo de ferramentas de comunicação no momento certo. Deste modo, o grupo pode chegar com sucesso e eficazmente ao fundo das questões." (CIPAST - Citizen Participation in Science and Technology - web site: <http://www.cipast.org> - Tradução livre.)

b) VIDEO PARTICIPATIVO: é um método participativo visual usado para comunicar as questões sociais e comunitárias, usando o vídeo como uma ferramenta. O Vídeo Participativo (Participatory Video – PV) foi criado por Donald Snowdon e Colin Low na década de 60 para comunicar a realidade social dura de uma vila de pescadores de Fogo Island, no Canadá, a uma ampla gama de políticos e da sociedade. Desde então o PV tem sido usado como uma ferramenta para comunicar problemas locais ou ideias para os resolver.

As pessoas locais são convidadas a fazer um vídeo que mostra a realidade como elas a vêem como elas a sentem. É um olhar para dentro de uma determinada situação, mais do que qualquer filme documental pode mostrar.

"Se este material é editado em filmes eles podem tornar-se um poderoso recurso que, com o consentimento e envolvimento de quem os criou, pode ser usado por muito tempo após a conclusão do programa. Por exemplo, eles podem ser mostradas durante workshops ou conferências com:

- Formuladores de políticas locais e nacionais para informá-los sobre o trabalho e aumentar a sua compreensão da dinâmica e obstáculos que afectam os grupos marginalizados e sobre o que eles podem fazer para os apoiar.
- Organizações doadoras nacionais e internacionais, para os informar sobre as actividades da sua organização e, acima de tudo, sobre o trabalho inovador a nível da comunidade, incentivando assim os doadores a apoiar a continuação dos projectos.



- As ONGs locais, serviços de extensão, projetos de desenvolvimento, universidades e instituições de formação, como treino e como um exemplo de métodos participativos em ação.

- A audiência global, mostrando os filmes em conferências internacionais, festivais de cinema, cinemas locais, na TV nacional e na internet (tudo depende da obtenção de permissão dos participantes que foram envolvidos na realização dos filmes)." (Introspecções Vídeo Participativo: Um Manual para o campo, por Nick Almoço e Chris Lunch Organização InsightShare de 2006. Tradução livre).

c) NEIGHBOURHOOD FILME CLUB, do Be Kind Rewind Protocol: O Filme Clube do Bairro, desenvolvido pelo diretor de cinema Michel Gondry, é uma forma de criar oportunidades para as pessoas fazerem um filme sem a necessidade de um orçamento, de estar na indústria do cinema, ou até mesmo sem a necessidade equipamentos de sofisticada.

"E se uma câmera - o vídeo ou filme [...] - foi dado a um grupo de vizinhos que mora perto de um dos teatros? Eles iriam filmar aleatória de si mesmos e seus amigos; talvez alguns filmes seria narrativas ficcionais, enquanto outros poderiam ser mais desestruturado. Mas o mais importante, os filmes seriam sobre as pessoas que lhes tiro. [...]"

Mas eu acredito que as pessoas realmente desfrutar destes exames. Não porque os filmes seria nada de especial em termos de valor de entretenimento, mas simplesmente que eles iriam adorar o filme, porque eles estão na mesma. E seus amigos e sua família, e as ruas andam em todos os dias, e assim por diante. Exatamente como um vídeo caseiro, apenas a um vídeo bairro."

(Você vai gostar deste filme, porque você está nele: The Be Kind Rewind Protocol, por Michel Gondry PictureBox de 2008. Tradução livre)

#### **PROCESSO DO WORKSHOP:**

O workshop é desenvolvido em quatro fases e leva até 6 ou 7 horas. É animado por um ou dois animadores com um grupo de 8 a 15 pessoas com habilidades básicas de alfabetização. O equipamento necessário é: um espaço de trabalho (com ligação a instalações ou espaços nos arredores); dispositivos que permitem a captura de imagem (câmera, telefone móvel); cartões de memória; um (pelo menos) do computador; um data show projetor; papel; marcadores; adereços.

#### **Fase 1: Decisão - decidir o que comunicar**

Nesta fase o grupo é orientado a tomar uma decisão sobre a questão de ser comunicar com um filme de vídeo. Usando o METAPLAN, um animador orienta o grupo para decidir sobre os assuntos a serem comunicados através de um filme/vídeo.

O animador dá a cada pessoa uma folha de papel para anotar uma ideia numa ou duas palavras. Cada pessoa escreve um problema social sobre o qual ela acredita ser importante para se comunicar. As ideias são então discutidas e os temas são escolhidos por consenso do grupo. O grupo de participantes podem então ser divididos em grupos mais pequenos – equipas.

#### **Fase 2: Ficção - criar uma história**

Nesta fase cada equipa é solicitada a criar uma história com base nos temas sociais escolhidos antes.

Pretende-se que seja um filme de ficção e não um documentário, mesmo que inspirado em situações reais.

Cada equipa tem que exercitar sua criatividade e, em seguida, criar uma história, personagens e um cenário (*set*). Exercícios de criatividade podem ser desenvolvidos a fim de melhorar a criatividade para a história. O processo é acompanhado pelos animadores da oficina que podem ajudar as equipas na criação da história.

Os participantes usam grandes folhas de papel e marcadores, para que todos no grupo possam acompanhar o que está sendo escrito.

#### **Fase 3: Concepção - estrutura e filmagem do filme**

Nesta fase cada grupo é convidado a estruturar o seu filme e a filmar de acordo com certas instruções. O processo é desenvolvido em três etapas, desde a escolha do tema e escrita da história até à organização das cenas e, em seguida, filmagem do filme. Papel e marcadores e são usados, bem como todos os tipos de objectos que podem ser utilizados como adereços. Uma grelha é usada para estruturar e organizar o enredo do filme. É interessante desenhar um cartaz, se houver tempo (em contexto de comunidade este é um passo importante). Depois de se terem organizado as cenas, os adereços e ter definido o diretor e os actores, a equipa pode passar para a filmagem.

O processo de gravação do filme é muito simples e baseia-se em duas regras de ouro para evitar edição:

Regra um: Filmar em ordem cronológica (como aparece na história).

Regra Dois: Um *take* é um bom *take*.

Não há necessidade de equipamentos especiais; os dispositivos tecnológicos hoje em dia produzem imagens de alta qualidade. Os participantes podem usar telefones móveis e inteligentes ou câmeras de vídeo, mas é importante filmar num formato de arquivo bastante baixo ou normal (não o mais pesado), de modo a que os vídeos possam ser facilmente exibidos em qualquer computador. Os participantes são incentivados a utilizar dispositivos tecnológicos do quotidiano diários, uma vez que a idéia é que qualquer um pode fazer um filme.

#### **Fase Quatro: Seleção - assistir ao vídeo**

Nesta fase os participantes irão inserir o filme num computador - se a filmagem for digital - e vão organizar um espaço para a visualização.

Antes da visualização dos filmes os ficheiros de vídeo têm de ser “editados” num software próprio, se a metragem foi em digital. Software simples e livre deve ser usado, embora seja importante o uso de um computador com capacidade para publicar os filmes bastante rápido e executá-los sem nenhum problema.

Um projetor ou uma grande TV são bons para a visualização.

Enquanto estas tarefas estão a ser feitas os participantes podem descansar um pouco em convívio ou podem preparar o espaço para a visualização, como por exemplo, arrumar a sala, preparar um lanche, criar ambiente, etc.

É importante conhecer o computador e o software que vai ser usado e por isso é imprescindível também tomar algum tempo para esta tarefa. Lidar com a imagem em computadores pode-se tornar um mar de surpresas!

As pessoas da comunidade podem, e devem, ser convidados a assistir aos filmes junto com os participantes.

Ao adaptar o processo a grupos comunitários a visualização é muito importante ser uma atividade aberta, para que as pessoas possam partilhar ideias sobre os problemas sociais abordados pelos filmes. As questões apresentadas podem então ser discutidas junto com os participantes e com o público externo.

#### **NOTA FINAL:**

COMVEX é um processo participativo visual ainda em desenvolvimento. Tem sido experimentada em diferentes países, com diferentes grupos e foi adaptado de acordo com as características do grupo ou do tempo disponível. Sinta-se livre para implementá-lo e entrar em contato comigo para mais informações sobre o processo. Se você o implementar eu ficaria muito feliz em ouvir a sua experiência.

Meus contatos: [montez@esec.pt](mailto:montez@esec.pt) ou [montez.mario@gmail.com](mailto:montez.mario@gmail.com)

Bom trabalho! Aproveite!

### **Currículo do Mário Montez**



Animador Sociocultural/Educativo desde 1996; Docente da ESEC nos cursos de Animação Socioeducativa, Desporto e Lazer e Teatro e Educação; Mestre em Desenvolvimento pelo ISCTE-IUL; Animador sociocultural/Educativo e coordenador de projetos de intervenção social no âmbito do Programa Escolhas, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, entre outros, na área metropolitana de Lisboa. Colaborador/ facilitador de B-learning do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).

Propõe-nos a passagem deste video:

### **Video “Quem se importa?”**

[https://www.youtube.com/watch?v=Mf-MGf\\_E0y0](https://www.youtube.com/watch?v=Mf-MGf_E0y0)

(vale mesmo a pena!)

## 20. Grupo cooperativo – pedagogia do MEM (Movimento da Escola Moderna)

### A Voz do Operário e a classe cooperativa

[http://www.avozdooperario.pt/files/A\\_Voz\\_do\\_Operario\\_e\\_a\\_perspetiva\\_sociocultural.pdf](http://www.avozdooperario.pt/files/A_Voz_do_Operario_e_a_perspetiva_sociocultural.pdf)

#### A Voz do Operário e a perspetiva sociocultural: razões de eleição

##### Voz do operário da graça

Na construção de uma escola democrática a perspetiva sociocultural da educação assume cada vez mais um papel de referência e destaque. Esse destaque deve-se a diversos fatores, entre eles a aceitação generalizada de uma visão dos processos escolares de ensino e aprendizagem apoiada nas teorias socioconstrutivistas. Para estas, a construção do conhecimento é concebida como um processo de co-construção, com um carácter intrinsecamente social, interpessoal e comunicativo, e o ensino como um processo complexo de estruturação e orientação, mediante diversos apoios e suportes dessa construção.

A construção do conhecimento é entendida como um processo de interação social compartilhado entre os diferentes atores. Esta interação dá-se em contextos socialmente definidos, onde a sala de aula é um meio privilegiado para a

participação dos alunos em práticas culturalmente organizadas com ferramentas e conteúdos culturais. A comunicação e a construção de novos conceitos ocorrem em práticas nas quais a linguagem desempenha um papel fundamental. É por meio da linguagem que as versões sobre o conhecimento se constroem e é através dela que se desenvolve o pensamento. Mais informações [aqui](#).

#### Princípios orientadores que regulam a nossa ação educativa:

- A ação educativa centra-se na diferenciação do trabalho de ensino e aprendizagem respeitando as diferenças entre os alunos, os seus interesses, ritmos e estilos de aprendizagem

- A aprendizagem é algo que permanece, que se autonomiza, que se constrói, mas sobretudo é entendida como algo que se interioriza a partir da interação social
- Os alunos intervêm na comunidade educativa como fonte de conhecimento para os seus projetos de estudo
- Cada aluno só alcança os seus objetivos escolares se os restantes colegas atingirem os seus
- O conhecimento constrói-se pela planificação e avaliação do percurso realizado, explicitando para os outros como se fez
- A prática democrática de organização da vida na escola institui-se em Conselho de Cooperação Educativa
- A gestão dos conteúdos a aprender é feita de forma partilhada entre alunos e professores
- As diferentes perspectivas pedagógicas dos trabalhadores da instituição são o motor do desenvolvimento da prática pedagógica reflectida em comunidades de aprendentes
- Organização e gestão cooperada em conselho de cooperação educativa [\[+\]](#)
- 2 - Trabalho de aprendizagem curricular por projectos cooperativos de produção, de pesquisa e de intervenção [\[+\]](#)
- 3 - Modalidades e desenvolvimento do trabalho por projectos [\[+\]](#)
- 4 - Circuitos de Comunicação: formas de difusão e partilha dos produtos culturais do trabalho [\[+\]](#)
- 5 - Trabalho curricular participado pelo grupo e sessões de animação cultural [\[+\]](#)

A construção do conhecimento é concebida como um processo de co-construção, com um carácter intrinsecamente social, interpessoal e comunicativo, e o ensino como um processo complexo de estruturação e orientação, mediante diversos apoios e suportes dessa construção.

A construção do conhecimento é entendida como um processo de interação social compartilhado entre os diferentes atores. Esta interação dá-se em contextos socialmente definidos, onde a sala de aula é um meio privilegiado para a participação dos alunos em práticas culturalmente organizadas com ferramentas e conteúdos culturais. A comunicação e a construção de novos conceitos ocorrem em práticas nas quais a linguagem desempenha um papel fundamental. É por meio da linguagem que as versões sobre o conhecimento se constroem e é através dela que se desenvolve o pensamento.

A pedagogia que constroi a base do processo educativo centra-se no bem-estar da criança, no seu envolvimento no processo de aprendizagem de modo a que a sua motivação seja pessoal assente na sua vontade de realizar e de aprender. A valorização da criatividade encontra-se ligada ao desenvolvimento de valores no grupo – cidadania, justiça, solidariedade sendo esta interação sistémica que se revela formadora.

Construção de ambiente pedagógicos de aprendizagem onde toda a comunidade educativa se encontra envolvida tendo o professor o papel privilegiado de orientador e facilitador interpretando a vontade individual e coletiva e criando espaços de interação dos familiares e outros elementos da comunidade.

## A formação cooperada no MEM

São estes fatores que inserem hoje esta pedagogia no quadro dos contextos educativos formadores para a inserção no mundo atual, para a formação destas crianças para a vida ativa e para a cidadania.

Inspiramos nesta pedagogia para a formação de jovens e para os adultos que com eles trabalham

A interação com o saber de cada criança implica uma pedagogia diferenciada baseada na dinamização com o saber individual de cada criança potenciado com a dinâmica do grupo turma ou projeto.

A aprendizagem desenvolve-se através de produções reais quer a partir de situações de comunicação efetivas quer a partir de construções sociais ou materiais que obrigam à pesquisa na procura de soluções. Este processo conduz ao desenvolvimento das competências programadas sabendo-se que o envolvimento da criança conduz a muitas outras aquisições inesperadas de acordo com a sua personalidade e as suas necessidades sempre desenvolvidas com o potencial da criatividade.

Esta situação possibilita a auto avaliação da criança e a interavaliação de grupo desencadeando sempre novos processos de progresso nas aprendizagens.

Esta pedagogia insere-se num quadro sistémico e coerente onde cada instrumento e instituição interna são portadores de intencionalidade global, das aprendizagens consideradas cognitivas ao desenvolvimento de valores e de aprendizagens sociais portadores de cidadania.

<https://docplayer.com.br/14920602-A-cultura-pedagogica-do-movimento-da-escola-moderna-10-ciclo-eb-sergio-niza.html>



## Grupos de Cooperação Formativa (Grupos Cooperativos)

São espaços privilegiados de formação onde grupos de sócios:

- avaliam e planificam as suas práticas de intervenção escolar;
- constroem e partilham instrumentos de trabalho didático pedagógico;
- realizam a reflexão e o aprofundamento teórico das práticas à luz dos contributos das Ciências da Educação.

### Já falámos com



**Manuela Castro Neves**

<https://www.wook.pt/autor/manuela-castro-veves/9906>



ne-



**Inácia Santana - MEM e Fundação Aga Khan**

<http://www.cnedu.pt/pt/organizacao/conselheiros/1354-maria-inacia-vidigal-santana>



## 21. Formação em Cidadania e contra o Discurso do Ódio

A Manuela Esteves participou numa ação de formação

Movimento Contra o Discurso de Ódio –

Jovens pelos Direitos Humanos online

Trouxe um material específico com que realizámos alguns exercícios numa reunião. Consideramos que seria importante fazer estas atividades com os jovens.

<http://www.maiscidadania.pt/oficina-de-formacao-direitos-humanos/> - esta foi a formação que fiz

Esta formação irá decorrer no IPDJ – Parque das Nações em Moscavide e destina-se a psicólogos, professores, *youthworkers* e outros agentes educativos que trabalham ou queiram vir a trabalhar a temática dos Direitos Humanos com os jovens (idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos).

Este projeto pretende promover a Educação Global junto dos jovens, sensibilizando-os para a vivência de uma cidadania democrática, para a participação, justiça, equidade e cultura de Direitos Humanos.

A formação será dinamizada recorrendo aos materiais do toolkit e usando metodologias de educação não formal. Acreditamos que será um momento de aprendizagem, partilha e reflexão, e no final todos nós teremos novos recursos e ferramentas para utilizar nos <http://www.maiscidadania.pt/oficina-de-formacao-direitos-humanos/nossos-contextos-profissionais>.



1:54 PM (3 hours ago)

**Manuela Esteves**

Informou: Quanto ao material - **Tool Kit**, o acesso via internet está indisponível no link que me indicaram [www.odionao.com.pt](http://www.odionao.com.pt)

Pode-se sempre contactar diretamente a associação e perguntar se disponibilizam o Tool Kit.

<http://www.maiscidadania.pt/geracao-global/>

<https://www.youtube.com/watch?v=n74JknnM2us> (vídeo 1)

<https://www.youtube.com/watch?v=3PzphtZC0hU> - (vídeo 2) este vídeo complementa o anterior



## [Vídeo oficial da Campanha legendado em português](#)

Movimento contra o Discurso de Ódio - Vídeo oficial legendado em português

[www.youtube.com](http://www.youtube.com)



Ver também:

## **Movimento contra o Discurso do Ódio**



<https://www.dge.mec.pt/movimento-contr-o-discurso-de-odio-jovens-pelos-direitos-humanos-online>





## 22. Direitos à solta

APCC <http://www.apcc.org.pt/formacao/cursosseatelies>



O jogo “Direitos à Solta!”, para jovens dos 10 aos 100 anos, visa promover o conhecimento dos direitos humanos em que assenta a democracia portuguesa e desenvolver competências de cidadania. Estes direitos estão agrupados em três dimensões: os direitos civis e políticos (“direitos de liberdade”), permitem, através de comparações entre o “antes” e o “depois” do 25 de Abril, sublinhar a historicidade dos DH; os direitos sociais, económicos e culturais (“direitos de equidade” ou direitos sociais); e os “novos direitos” ou “direitos de solidariedade” que permitem pensar o futuro e suas necessidades numa perspectiva global dum espaço comum que é o nosso mundo.



Entre outros pressupostos (historicidade, permanente incompletude e complementaridade daquelas três dimensões), o jogo assenta ainda no vaivém necessário entre o geral da regra e da lei e o particular da aplicação concreta e quotidiana. Por isso as perguntas remetem não só para o cumprimento em concreto dos direitos mas também incluem questões que visam o desenvolvimento de competências necessárias a uma cidadania consciente - como competências de segurança rodoviária ou capacidades de leitura de imagens e pensamento crítico...

É um jogo de perguntas e respostas, em que estas podem ser verbais e de acção, elaborado por uma equipa constituída por Maria Emília Brederode Santos<sup>18</sup>, Danuta Wojciechowska e Paulo Caramujo e com ilustrações maravilhosas de Danuta W.

**A Lucília utilizou numa aula de Mestrado de formação de professores e funcionou muito bem.**



<sup>18</sup> A Maria Emília Brederode Santos é atualmente Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Viva, Lucília

1 de out de 2019

A ALEM tem esse jogo e já o fez com os adolescentes ciganos, em 2013, na Escola Francisco Arruda.

É muito interessante pois põe-nos a todos a pensar.

A CML tem um projecto muito interessante ligado aos Direitos Humanos.

Trata-se de uma Viagem por diversas salas onde se fazem diferentes actividades.

Têm monitores muito preparados. Foram eles que nos desafiaram. Estivemos lá a semana passada e vamos marcar para as "nossas senhoras".

## 23. Intercultural...

A Conceição Rolo informou que o Tiago Robalo<sup>19</sup> organizava dinâmicas de grupo com objetivos de cidadania.

Soubemos que também sabia criar dilemas de desenvolvimento moral...



---

<sup>19</sup> O Tiago Robalo acabou por ser o gestor do grupo ALEM, em Oeiras.

# 7ª Parte

---

## *Aprofundamento dos temas*

Envolvimento em atividades que facilitaram a capacitação da APCEP para desenvolvimento do Projeto em relação com parceiros associativos e comunitários.

A intervenção posterior dos jovens em comunidades levou-nos a ir aprofundando temas que emergem...

24.	Alfabetização de adultos seniores nas zonas rurais do interior	101
25.	Desenvolvimento e proteção nas zonas rurais do interior	101
26.	Alfabetização de adultos e crianças nos arredores das grandes cidades	101
27.	As crianças de meios de baixas qualificações escolares	102
28.	<u>Dia Internacional da Alfabetização - Literacia</u>	102
29.	Plano Nacional de Literacia dos Adultos	102
30.	A formação de voluntários para a alfabetização no Bairro dos Navegadores	103
31.	Alfabetização de mulheres de ciganas	104
32.	Sustentabilidade ambiental, economia circular, nova cultura da água	104
33.	Comunidades de práticas	105
34.	Trabalho comunitário e orçamento participativo	106

## 24. Alfabetização de adultos seniores nas zonas rurais do interior

*Letras Prá Vida*

<https://www.esec.pt/investigar-transferir/transferencia-de-conhecimento/letras-pra-vida>

<https://www.facebook.com/letraspravida/>



## 25. Desenvolvimento e proteção nas zonas rurais do interior

No *Estado da Educação, 2017*, o Conselho Nacional de Educação publicou 6 artigos sobre a Educação nas zonas rurais do interior.

Um deles Lucília Salgado (2017) Notas para um estudo fundamentador de propostas para o desenvolvimento da educação nas zonas rurais do interior. Refere-se, sobretudo o capítulo II – *Educação/ Formação para as zonas rurais do interior*, pg nº 386

<https://www.spgl.pt/Media/Default/Info/19000/400/30/7/Estado%20da%20Educacao%202017.pdf>

## 26. Alfabetização de adultos e crianças nos arredores das grandes cidades

O Desafio de Ler e Escrever

<https://alemliteratura.wordpress.com/>

ALÉM

Associação Literatura, Literacia e Mediação



Bordados, Alfabetização de adultos e... cidadania

## 27. As crianças de meios de baixas qualificações escolares

“Emilia Ferreiro, psicóloga argentina, propôs um novo olhar sobre a alfabetização. Suas ideias constituem uma nova teoria, intitulada Psicogênese da Língua escrita. Suas pesquisas, realizadas na Argentina e no México, juntamente com Ana Teberosky, foram motivadas pelos altos índices de fracasso escolar apresentados por estes países.”



(...) “Os filhos do analfabetismo são alfabetizáveis; não constituem uma população com uma patologia específica, que deva ser atendida por sistemas especializados de educação; eles têm o direito a serem respeitados, enquanto sujeitos capazes de aprender (EMÍLIA FERREIRO, 1986)”. (...)

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/emilia-ferreira-e-a-psicogenese-da-lingua-escrita/32498>

## 28. Dia Internacional da Alfabetização - Literacia

[www.APCEP.pt](http://www.APCEP.pt) (ver SMAL (brochure na página da APCEP))

## 29. Está em curso a elaboração de um **Plano Nacional de Literacia dos Adultos**.



<https://www.direitodeaprender.com.pt/artigos/apresentacao-do-plano-nacional-de-literacia-de-adultos>

Da APCEP fizeram parte

- a Susana Oliveira, coordenadora do projeto no quadro a EAEA (Associação Europeia de Educação de Adultos).



- A Dina Soeiro e a Sílvia Parreiral facilitadoras do Grupo de Desenvolvimento 2 - *Metodologias e Intervenção com Adultos Seniores*



[http://www.apcep.pt/PNLA/RF\\_DG2.pdf](http://www.apcep.pt/PNLA/RF_DG2.pdf)

- A Lucília Salgado e a Manuela Paulo facilitadoras do Grupo de Desenvolvimento 3 - *Literacia, multiculturalidade e diversidade*



<http://www.apcep.pt/docs/RELATORIO%20FINAL-PNLA.pdf> e

[Grupo de Desenvolvimento n.º 3](#) – Powerpoint

- O Alberto Melo faz parte do grupo de consultores do PNLA e participou no Grupo de Desenvolvimento 1 *A Literacia e o Desenvolvimento Local*.

[Grupo de Desenvolvimento n.º 1](#)



30. **A formação de voluntários para a alfabetização no Bairro dos Navegadores** – Porto Salvo – Oeiras orientada por Manuela Paulo e Lucília Salgado (Dezembro 2018, Janeiro 2019 ). Com Manuela Esteves e Tiago Robalo

**Literacia no Bairro dos Navegadores** [Ver documento powerpoint](#)



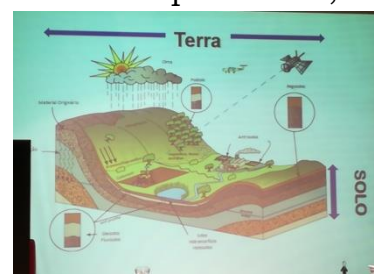
### 31. Alfabetização de mulheres de ciganas



32. A ALEM – Associação Literatura, Literacia e Mediação orienta e acompanha um grupo de senhoras ciganas que aprendem com vontade a escrever e ler. As sessões semanais de alfabetização concretizam o sonho de uma vida. A oficina de Bordados que a ALEM dinamiza, desperta e alimenta a criatividade e o prazer de bordar. Muito do trabalho já realizado, resulta do gosto e empenho de todos os elementos que formam o grupo.

### 33. Sustentabilidade ambiental, economia circular, nova cultura da água

Talvez por a Literacia ser um tema que a APCEP tem vindo a aprofundar, talvez porque o trabalho com seniores no interior tenha vindo a ser desenvolvido pelo *Letras Prá Vida*, talvez por o problema da sustentabilidade ambiental ser mais recente e conhecermos menos, acabámos por procurar saber mais acerca deste tema compreendendo melhor o processo do grupo da Benedita.<sup>20</sup>



<sup>20</sup> Entendemos que a APCEP, enquanto Associação de Cultura e Educação Permanente deve, não só fomentar a aprendizagem dos seus associados como, especificamente neste projeto, criar condições para enriquecer as práticas das associações parceiras na actividade formativa com os jovens e nas comunidades. Nas áreas específicas de cidadania.

Alvito: O Núcleo Regional de Combate à Desertificação do Alentejo está a organizar um ciclo de Debates Temáticos, “Desafios do Combate à Desertificação no Alentejo”.

O primeiro debate terá como tema “O Regadio na Transformação da Paisagem no Alentejo, Riscos e Oportunidades”, focado, não tanto nas questões socioeconómicas mas, principalmente, nos aspetos básicos – solo, água, biodiversidade e nos aspetos integradores – regadio, ecologia e paisagem.



URSA

UNIDADES DE RECIRCULAÇÃO  
DE SUBPRODUTOS DE ALQUEVA

Na Feira de Maio em Moura: David Catita teve oportunidade de apresentar o projeto de economia circular URSA.



Mais tarde, no quadro das *Journées Rurales 2019 Dynamiques des campagnes et adaptation aux enjeux contemporains (Nord et Sud)* FCCH da UNL foi possível visitar uma exploração de economia circular no Alentejo.

Enviámos a informação recolhida à equipa da Benedita que está muito adiantada na formação dos jovens. Ver o seu power point.



“A vida é ciência” Hortas Biológica – Permacultura



3º Escalão, Escolas da Benedita, Alcobaça Relatório: junho 2019

### 34. Comunidade de práticas

A Manuela tem participado no grupo das Comunidades de prática liderado por José Pacheco a partir do Brasil.

“A **Rede Comunidades de Aprendizagem** é um sistema de interações de tipo educativo que se constituiu com o objetivo de contribuir ativamente para a criação de uma nova construção social de aprendizagem (...) no contexto de espaços intimamente ligados à comunidade a que pertencem e dando uma resposta educativa de elevada qualidade.” <https://www.redecomunidadesdeaprendizagem.org/>



## 02 objetivos

<https://www.redecomunidadesdeaprendizagem.org/>

### I

Apoiar a criação de núcleos de projeto, conectando escolas e comunidades envolvidas em processos de transformação educacional sustentável, a nível local;

### II

Conceber novas construções sociais de aprendizagem, que integrem as dimensões escolar, familiar e social, e que contemplem as necessidades sociais contemporâneas, bem como uma participação ativa da comunidade, contribuindo para a coesão social e para um desenvolvimento local sustentável;

### III

Apresentar e vivenciar novas formas de aprendizagem, que propiciem a realização pessoal, profissional e social dos educadores e educandos;

### IV

Apoiar na profunda transformação pessoal e profissional de educadores, visando a reconfiguração da prática pedagógica, através de formação dedicada.

## 35. Trabalho comunitário e Orçamento Participativo

11/06/2019 Construir comunidade | Opinião | PÚBLICO

<https://www.publico.pt/2019/06/11/local/opiniao/construir-comunidade-1875936> 1/4

**José Carlos Mota OPINIÃO**

# Construir comunidade

O nosso país foi pioneiro no lançamento do Orçamento Participativo a nível nacional com duas edições já realizadas, complementadas com o OP Jovem e OP Escolas também

[José Carlos Mota](#)

Opinião

## Construir comunidade

O nosso país foi pioneiro no lançamento do Orçamento Participativo a nível nacional com duas edições já realizadas, complementadas com o OP Jovem e OP Escolas também

11 de Junho de 2019, 7:58

Partilhar notícia

Assistimos a um paradoxo nacional no que toca ao comportamento dos cidadãos face à democracia. Se é verdade que a elevada taxa de abstenção verificada nos últimos atos eleitorais, resultado de um progressivo afastamento e desconfiança face às estruturas e formas de poder instituídas, pode revelar uma crise da democracia representativa, há hoje um conjunto relevante de práticas de democracia participativa que sugerem um interesse acrescido dos cidadãos por causas coletivas. Nesse sentido, parafraseando Mark Twain, poder-se-á dizer que a notícia da morte da democracia em Portugal é manifestamente exagerada.

Portugal tem, no presente momento, cerca de 100 experiências ativas de Orçamento Participativo (OP), de acordo com a informação do projeto Portugal Participa, um número relevante ainda que, na sua grande maioria, de curta longevidade (duração inferior a quatro anos). Ainda neste âmbito, o nosso país foi pioneiro no lançamento do OP a nível nacional com duas edições já realizadas, complementadas com o OP Jovem e OP Escolas também a nível nacional. Para além destas iniciativas, vários municípios desenvolvem processos participativos inovadores e com forte envolvimento cidadão seja em projetos de regeneração urbana (e.g. BIP ZIP em Lisboa), em planos de ordenamento do território (e.g. PDM da Maia) ou em planos ambientais (e.g. Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto). Paralelamente, há hoje uma dinâmica de intervenção relevante promovida por movimentos de cidadania para debater projetos públicos (Martim Moniz em Lisboa, Jardim do Rossio em Aveiro, Fábrica Confiança em Braga), para dialogar sobre a “cidade querida” (e.g. Plataforma Cidades em Aveiro) ou para refletir sobre temas setoriais (a mobilidade sustentável, em particular).

A insatisfação com a forma como a democracia está a ser desenvolvida, tem dado origem a projetos de inovação cidadã por toda a Europa com o objetivo de promover formas mais robustas e consequentes de cidadania. É o caso dos *laboratorios ciudadanos* promovidos pelo MediaLab Prado em Madrid e, mais recentemente, do Lab Cívico de Santiago em Aveiro.

Inspirado na experiência do Programa Experimenta Distrito realizada nos bairros de Madrid, a equipa promotora do laboratório cívico em Aveiro, constituída por pessoas com ligações à universidade, ao tecido associativo e empresarial, identificou como espaço de intervenção o bairro de Santiago, localizado no centro da cidade, paredes meias com a Universidade de Aveiro. O projeto procurou responder a três desafios: criar espaços informais de escuta de necessidades e anseios coletivos num bairro da cidade, promover um local de encontro de saberes e competências diversos e estimular a experimentação em torno de projetos com significado na vida das comunidades. Ao contrário da experiência espanhola, a iniciativa foi feita em regime de voluntariado e sem apoios financeiros institucionais.

Envolvendo mais de sessenta cidadãos, foram idealizados, planeados e concretizados ao longo dos últimos três meses dez projetos cívicos, em modo experimental e de forma colaborativa, abordando temas tão diversos como o sentido de vizinhança, a identidade local e o fotojornalismo, as novas tecnologias e o encontro de gerações, a poluição e a arte, os saberes, sabores e o futebol. Durante esse período, foram realizadas mais de 2.500 horas de trabalho voluntário em torno dos projetos, tendo sido realizados mais de 40 reuniões e 14 eventos públicos. O projeto recebeu recentemente uma palavra de incentivo do Presidente da República e apresentou publicamente os seus resultados ontem, 10 de junho, dia de Portugal, num evento designado «Construir Comunidade».



Retomando a preocupação inicial, há três lições fundamentais que a experiência de

Santiago pode trazer para a reflexão sobre o momento atual da democracia. Em primeiro, o valor do comum, isto é a importância de se conseguir encontrar as motivações, as organizações formais ou informais e os espaços adequados para mobilizar os cidadãos em torno da realização de ações em conjunto em prol do bem comum. Em segundo, o potencial das comunidades de bairro como lugares de recursos relevantes, invisíveis e nem sempre devidamente valorizados, ingredientes fundamentais para serem transformados colaborativamente e de uma forma experimental em ações úteis à comunidade e ao seu quotidiano. Em terceiro, a necessidade de se criarem momentos de experimentação de práticas e de encontro de saberes, dos empíricos aos científicos, eventualmente com algum risco, e de se estudarem os seus resultados para posterior melhoria e replicação noutros contextos.

Em síntese, o caminho para resolver a crise da democracia representativa pode passar por não ter receio de experimentar novas formas de democracia participativa.

*O autor escreve segundo o Acordo Ortográfico*

# 8ª Parte

## Textos e materiais fundadores



**36.** Alberto Melo (1986) A Formação do Cidadão – curto ensaio sobre Educação Política in **Areas of Learning Basic to Lifelong Education, Volume 10**



**37.** Tomás R. Villanueva (2019) Da educação popular às democracias participativas.

### (Rede CIMAS e Prof. Honorífico UCM)

CIMAS é uma rede de profissionais, com formações diversificadas em ciências sociais, comprometidos/as com a transformação social e as democracias participativas.

A Rede tem polos em diferentes países de Europa e da América Latina, unidos pelo objectivo de uma permanente transformação social, em contexto de sustentabilidade e de situar pessoas e comunidades no centro da vida.

Desde 2015, CIMAS organiza cursos de formação contínua sobre os orçamentos participativos no quadro do planeamento participativo. Disponibiliza também uma plataforma on-line, a partir da qual realiza acções de formação em metodologias participativas aplicadas a diversos contextos.

Para mais informações, consultar [www.redcimas.org](http://www.redcimas.org)



**38.** Hélène Bonvalot (2013) Associations et citoyenneté en Europe **L'engagement associatif vecteur de citoyenneté**

**Tribune Fonda N°220**

## Alberto Melo

### 35. Alberto Melo (1986) A Formação do Cidadão – curto ensaio sobre Educação Política in *Areas of Learning Basic to Lifelong Education, Volume 10*

<https://www.elsevier.com/books/areas-of-learning-basic-to-lifelong-education/lengrand/978-0-08-026782-1>



#### Areas of Learning Basic to Lifelong Education, Volume 10

##### 1st Edition

0 star rating Write a review

**Editors:** P. Lengrand

**eBook ISBN:** 9781483294407

**Imprint:** Pergamon

**Published Date:** 1st December 1986

**View all volumes in this series:** [Advances in Lifelong Education...](#)

#### Table of Contents

(partial) Introduction, P Lengrand. Synthesis of the study, P Lengrand. Communication, B Groombridge. The education of corporal man, J M Cagigal. Time and lifelong education, G Pineau. Space, learning and lifelong education, G Saez. The role and importance of art in life: some thoughts on lifelong education conceived as 'learning to be', I Wojnar. The citizen, A Melo. The ethical domain, H Kitagawa. Technology and lifelong education, P Novaes. The scientific spirit, J M Gago. Conclusion. Index.

*Paul Lengrand, figura maior da Educação Permanente em França e no mundo, reconheceu o profundo saber e o enorme trabalho de Mariano Gago nesta matéria e, por isso, o convidou, em finais de 1978, a integrar uma equipa responsável pela definição das “9 áreas de aprendizagem básica à Educação Permanente”.*

*Este projecto veio a culminar com a publicação pelo Instituto UNESCO para a Educação, em 1986, de “Areas of Learning Basic to Lifelong Education”. (AM)*

**Alberto Melo** foi um outro convidado (havia 2 portugueses entre os 9) reconhecido pelo “profundo saber e o enorme trabalho” na área da cidadania.

## A FORMAÇÃO DO CIDADÃO (Curto ensaio sobre Educação Política)

Alberto Melo (1986)

---

Em unísono, comentadores na comunicação social, investigadores, jornalistas ou representantes de partidos deploram a apatia pública perante a política – excepto, em geral, por altura das eleições, quando o interesse é constantemente estimulado pelos ‘media’. Além disso, a informação política atinge todas as casas numa escala inédita, através dos jornais, rádio, televisão ou internet. Não é possível pretender que a política não existe, porque a política está metida em tudo: nas medidas de contenção da despesa pública, no elevado preço da gasolina, nos longos meses de espera para uma simples intervenção cirúrgica, na longa caminhada a pé para casa causada pela greve dos transportes públicos, ...

Perante um novo e sério problema a enfrentar, tal como a forte subida no preço da gasolina, a contenção do crédito bancário ou o aumento do desemprego, a reacção das pessoas não é, via de regra, de apatia. Reagem e as suas reacções (na maioria das vezes, apenas verbais) diferem bastante, tanto no tom como no conteúdo: “No tempo do Salazar não era assim; nunca devíamos ter perdido as colónias!”; “As grandes empresas é que levam o lucro todo!”; “Quando é que chega o automóvel eléctrico?”; “Ora, ora, oxalá que o próximo aumento de ordenado chegue para cobrir este aumento”; “Mas porque razão o governo não reduz o imposto sobre combustíveis?”; “Boicotem-se todas as importações de petróleo, já! Regressemos às bicicletas!”...Ou então: “Eles não querem é trabalhar”, “O governo que crie 500.000 empregos já!”, “Nacionalize-se a banca”...

Todas estas reacções se baseiam em informação. Pode até assumir-se que todas as pessoas que fizeram estes comentários tinham acesso às mesmas informações, ao mesmo tipo de *conhecimento político* sobre os mercados financeiros, o petróleo ou o emprego. Contudo, fizeram as suas opções pessoais, ao seleccionar, a partir da informação original, o factor específico mais capaz de expressar os seus próprios sentimentos. Para mais, nem será possível distinguir aqui entre reacções *correctas* e reacções *erradas*. Alguns comentários poderão ser objecto de uma condenação moral e é sempre possível procurar avaliá-los em função do respectivo grau de *realismo* político ou classificá-los por categorias psicológicas, mas não se podem invocar argumentos sólidos para separar o falso do verdadeiro.

É possível retirar desde já algumas conclusões que conduzam gradualmente a uma clarificação do conceito de “pessoa como cidadão”. Uma delas refere-se à “opinião política”, um assunto do maior interesse, não só para os que organizam sondagens de opinião, mas também para aqueles políticos que consideram a manipulação das opiniões pessoais como uma parte essencial da sua missão. As opiniões não precisam de ser cientificamente substantiadas; reflectem a ideologia ou filosofia de vida daqueles que as expressam. Ter opiniões e ser capaz de as articular é uma necessidade muito largamente sentida pela população adulta. E isto exige, para além de uma aptidão geral para fazer um discurso lúcido, a capacidade de definir problemas nos seus diferentes

aspectos, identificar e seleccionar toda a informação relevante e combinar dados externos e valores internos numa opinião coerente que revele com fidelidade o *ego político* de cada pessoa. A realização de um *ego político* integrado – isto é, um conhecimento fundamentado de como se age em sociedade, de como se pensam e se sentem os problemas sociais, de como se expressam ideias e se procura influenciar pessoas e acontecimentos – pode, pois, ser sugerido como o objectivo principal de um qualquer programa de educação política.

Obviamente, a vida política não se limita a ser um fórum de opiniões. Embora as opiniões possam ser etiquetadas como perigosas ou subversivas pelos regimes autoritários, uma opinião expressa nunca será mais, nem menos, do que palavras; se se pretender que tenha um impacto social, terá que ser seguida por qualquer tipo de acção, desde levantar o braço para apoiar uma moção até mobilizar ou acompanhar uma multidão para apoiar uma causa. A *acção política* é, portanto, o passo seguinte no desenvolvimento de uma pessoa como cidadão. Esta já não se limita a formular uma opinião sobre um problema social e sobre as soluções políticas apresentadas para o resolver; passa a fazer qualquer coisa sobre isso. Mesmo para sociedades em que existe liberdade de expressão, o domínio da acção política implica controlos bastante restritivos. Em regra, as opiniões não prejudicam as outras pessoas nem afectam a sua liberdade; mas já as acções o poderão fazer: “A minha liberdade termina onde começa a liberdade do outro”.

Foram até aqui referidas três formas diferentes de relacionamento com a política, que definem outras tantas áreas de interesse para o educador político: conhecimento político, opinião política e acção política. Estes três aspectos podem ser inteiramente independentes uns dos outros; uma pessoa pode expressar uma opinião sem conhecer grande coisa sobre o assunto ou pode agir politicamente todos os dias sem sequer o saber nem exprimir opiniões. Será até oportuno acrescentar uma quarta dimensão a esta lista: a *sensibilidade política*. Para além do que é conhecido, dito e feito, uma pessoa experimenta em geral sentimentos sobre as questões de sociedade. A política pode, por conseguinte, tornar-se um conceito abrangente. Se “o ser humano é um animal político”, que vive em sociedade e não pode sobreviver fora dela, e se considerarmos a política como um campo e uma noção que integram o que sentimos, sabemos, dizemos e fazemos relativamente a questões de sociedade, então não haverá muito mais que caia fora dos seus limites. Estamos aqui perante uma noção muito mais alargada que o conceito técnico adoptado em expressões como “ciência política” ou “actividade política”, em que o domínio da política está em grande parte circunscrito à finalidade de conquistar e de conservar as ‘rédeas do poder’ na sociedade. Este último significado da política, que Machiavelli tão bem descreveu, está entregue aos especialistas e à pequena minoria que luta pelo poder governativo dentro de qualquer sociedade. Contudo, para a maioria das pessoas é esta última ideia de política, e esta apenas, que se torna responsável pela falta de interesse – se não mesmo abjecção – que exprimem relativamente à política. O importante para o educador é, pois, apreender que, mesmo quando expressam tais opiniões ou reagem da forma mais passiva, as pessoas estão a ser ‘políticas’ no sentido mais lato anteriormente descrito. Para efeitos de uma educação global, este significado alargado é bastante mais relevante. A política, assim entendida, diz respeito a qualquer pessoa e ajuda a revelar a personalidade intrínseca; pode, portanto, tornar-se um “conceito-formador” e potenciar um forte contributo para o desenvolvimento pessoal.

A percepção deste conceito lato de política deve facilitar a realização de uma personalidade social coerente, ou um *ego político* que seja capaz de integrar conhecimentos, sentimentos, opiniões e acções. Em seguida, se ser político significa estar em sociedade, com outros, então uma pessoa não é apenas ‘política’ quando fala de política, se junta a uma manifestação ou faz campanha por um candidato local; também a atitude para com os outros – em família, no trabalho, num jogo de futebol, num restaurante, num hospital, etc. – representa a expressão vivenciada da personalidade política de cada um. Todos conhecemos casos de militantes políticos que constantemente dão a conhecer as suas opiniões sobre a necessidade do progresso social e da libertação de todos os oprimidos, mas cujas relações sociais (com o outro sexo, com crianças, com ‘inferiores’ hierárquicos, etc.) reproduzem as piores facetas da desigualdade e injustiça social. Esta situação não invalida as suas opiniões; tais indivíduos estão apenas a manifestar, no seu comportamento, as contradições inerentes à sociedade em que vivem e à sua própria personalidade. É, contudo, uma das finalidades da educação política, como aliás da educação no seu todo, contribuir para o desenvolvimento de pessoas bem equilibradas, pessoas cujas ideias, opiniões e acções se tornem cada vez mais coerentes.

Consideremos agora a família como um microcosmos político, onde a gama completa de regimes políticos pode encontrar a sua expressão, desde o fascista ao libertário. Imagine-se a seguinte cena: a filha quer ver um determinado programa televisivo e o pai, na mesma altura, prefere outro canal. Eis algumas das reacções possíveis: “Está bem, querida, vê lá o teu programa favorito”, “Sou eu que pago as facturas da televisão, posso ver o que eu quiser”, “Muda para o meu canal e bico calado ou ainda levas um par de estalos!”, “Não faças fita que eu logo compro-te um gelado”, “Deixa-me ver o meu programa hoje e amanhã é a tua vez de escolheres o que quiseres ver”... Cada uma destas respostas revela uma estrutura diferente do “regime político” que se vive no interior da família, cuja análise poderá constituir um tema introdutório muito pertinente em actividades de educação política com adultos. Quem toma decisões no seio da família? Como se tomam essas decisões? Todos os que serão afectados pela decisão são consultados? Como se resolvem ou minimizam os inevitáveis conflitos de interesses; de forma mais autocrática ou mais democrática? Com participações reais ou “de faz de conta”? Pela coerção ou pela persuasão? Existe acesso livre ou secretismo quanto à informação (por exemplo, a quanto monta e como é distribuído o orçamento familiar)? Existe uma pressão parental muito forte sobre os filhos ou estes sentem-se livres para desenvolver os seus próprios interesses e aptidões?

Até aqui, este artigo revelou um acentuado pendor para o lado subjectivo da política. Ao posicionar-se cada indivíduo como um foco de interesses, sentimentos, conhecimentos e actos políticos, coloca-se ao mesmo tempo nos seus ombros uma pesada carga de responsabilidade. Será realmente um indivíduo singular uma unidade significativa do comportamento político? Em que medida são autónomos os seus actos sociais? Em que medida pode um indivíduo qualquer destacar-se da família e do respectivo contexto social, nacional, étnico e histórico? Esta questão é suficientemente relevante para exigir uma justificação para o enfoque que até agora se deu ao indivíduo. De facto, em política, um indivíduo é estatisticamente irrelevante. As estratégias nucleares até são quantificadas e avaliadas na base da probabilidade de um primeiro ataque implicar a morte de mais, ou de menos, que 20 milhões de pessoas. Qual é então o sentido de tornar um vigésimo milionésimo de cálculo estratégico num centro de preocupações? Uma razão será a crença de que a educação, a fim de ser pertinente, deve ser subversiva, no sentido de contrabalançar as tendências sociais hegemónicas e de facilitar uma leitura crítica da realidade. Deve, a meu ver, sublinhar a natureza social dos seres humanos quando a ideologia prevalecente der toda a prioridade ao indivíduo, tal como terá que salvaguardar o indivíduo quando



a ideologia dominadora, assente em pretensas leis históricas ou económicas, pretender eliminá-lo das construções teóricas e do fundamento das medidas políticas. Para mais, o presente estudo ocupa-se de educação política, e não de política. Ora, sem o reconhecimento e a representação do indivíduo (mesmo que seja considerado principalmente como um produto de forças sociais e biológicas) não pode haver educação. Pode haver propaganda, doutrinação e instrução, mas a educação exige uma preocupação incessante com o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa, com a sua auto-realização (*"self-actualisation"*, para utilizar o famoso conceito de Abraham Maslow).

Para melhor definir um programa de educação política, não seria muito apropriado organizar um inquérito em que os adultos definissem os seus problemas políticos, dado que as pessoas não olham geralmente para os seus problemas imediatos como problemas políticos. Por exemplo, "Tenho medo de morrer", "Não consigo estabelecer uma relação estável com uma mulher / um homem", "Não consigo equilibrar o orçamento familiar até ao fim do mês", "O meu filho é infeliz na escola", "Não vamos aguentar isto por muito tempo, sete pessoas metidas num T2". Além disso, a resposta à pergunta sobre a utilidade de uma educação política para adultos seria muito provavelmente: "Aulas de política? Que as frequentem os políticos ou os candidatos a políticos, que não eu!" Perguntar às pessoas o que lhes faz falta como conhecimento, o que a escola lhes deveria ter dado, pressupõe em cada adulto uma percepção profunda e vasta do que é possível e desejável saber. Antes de as necessidades educativas poderem ser melhor definidas, cada um deve ter atingido um certo patamar de consciência e conhecimentos; e, para que isso suceda, algumas actividades de natureza cultural e educativa deverão ter ocorrido previamente.

Um primeiro requisito parece ser, por conseguinte, sentir-se a necessidade, a falta de qualquer coisa que saibamos existir e que deveria estar acessível. A consciência da necessidade emerge da insatisfação. Contudo, para que seja sentida e para que se procure a correspondente satisfação, as pessoas têm que acreditar que a resposta se encontra dentro das fronteiras da sua realidade, dentro do horizonte do seu possível. A apatia brota do sentimento (ou do conhecimento) de que nada há a fazer relativamente a tais necessidades. Para que serve tentar aprender mais sobre um certo assunto quando o resultado mais provável é a revelação de que muitos outros assuntos estão também relacionados e todos eles se encontram para lá do nosso próprio controlo? As nossas dificuldades actuais foram provocadas pelas hipotecas "sub-prime" americanas de 2007 e estas pelo mecanismo inerente ao mercado financeiro globalizado, onde impera a busca do máximo lucro no mínimo espaço de tempo. Podemos saber isto; e depois? Como vamos alterar o comportamento dos investidores internacionais? Dentro da nossa esfera de acção, será possível coarctar o poder dos "donos do mundo"? Sim, se soubermos reduzir a nossa "pegada monetária": produzindo uma quota maior daquilo que consumimos, trocando directamente serviços e produtos, deixando de recorrer a empréstimos bancários... A onnipotência de quem controla o dinheiro é directamente proporcional à dependência que as pessoas desenvolvem relativamente a esse dinheiro.

De uma maneira geral, as pessoas adultas estão realmente motivadas para compreender melhor como funciona a sociedade, movidas decerto por uma impulsão para saber mais, ou por acreditarem que se pode fazer alguma coisa, por mais limitado que seja o seu alcance, para corrigir o que lhes parece estar errado ou para realizar o que lhes parece ser correcto. Um interesse crescente pode ser sempre induzido pelos educadores de

adultos que conseguirem dar asas àquilo a que C. Wright Mills chamou *imaginação sociológica*, ao tratarem de temas convencionalmente cobertos por outras disciplinas. Com efeito, qualquer iniciativa cultural ou educativa pode, facilmente mas com imaginação, tornar-se numa introdução à política. Logo que o adulto se sente motivado para compreender melhor a sociedade em que vive e o papel que nela desempenha, emergem necessidades de saber mais, que dão origem a muitas questões, tais como: Porque é que a sociedade evoluiu desta forma e não de outra? O que leva a sociedade a funcionar como funciona? Qual é o meu papel no meio disto tudo? O que poderia eu alterar caso quisesse? Como seria uma sociedade ideal?

Tudo isto nos faz regressar aos parágrafos iniciais deste texto, onde as necessidades educativas foram situadas na relação com o que cada um sente, sabe, diz ou faz a respeito da sociedade (sensibilidade política, conhecimento político, opiniões políticas, actividade política), em suma, com a personalidade política ou, uma vez mais, com “a pessoa como cidadão”.

Um ponto de partida útil para qualquer adulto é tentar compreender-se melhor, examinando o modo como se relaciona com os outros. O que é que eu sinto para com a minha família? Os meus amigos? Os meus concidadãos? O resto da Humanidade? A restante Biosfera? Encontro-me aqui para dar, para receber ou para procurar um equilíbrio entre estes dois pólos? Sinto-me mais feliz a servir ou a ser servido? Com que intensidade sinto a injustiça? Em relação a mim, em relação aos outros. Penso que qualquer desigualdade social resulta sempre de uma injustiça? Considero a desigualdade social como natural e inevitável ou como produto dos próprios seres humanos e, por isso, susceptível de alteração? Há pessoas que nasceram para mandar e outras para ser mandadas? Quem deveria beneficiar de mais privilégios sociais: artistas, cientistas, militares, enfermeiros, professores, polícias, camponeses, operários manuais? Vejo a vida social como uma permanente luta onde só sobrevivem os mais capazes? Deve sacrificar-se o indivíduo à sociedade ou cada pessoa possui direitos inatos que justificam reivindicações constantes visando o bem-estar pessoal? Acredito no lema “A minha pátria acima de tudo, com razão ou sem ela”? Acredito que nasci superior ao resto da Humanidade, ou pelo menos àqueles que têm uma epiderme mais escura?

Não têm fim os temas que podemos encontrar para suscitar e conduzir debates em grupos de adultos. Tentando, desde o início, evitar a constituição de uma opinião maioritária automática, o educador pode, efectivamente, encorajar a honestidade por parte de todos os participantes; sem sorrisos de aprovação, sem paternalismo, sem indignação moral. Tão só com uma preocupação, singela e verdadeira, para com as opiniões manifestadas, e um entusiasmo contagiante para compreender a razão porque existem opiniões diferentes e as circunstâncias que levaram cada pessoa a adoptar uma determinada filosofia social. Será que esta depende invariavelmente da respectiva história de vida, contexto familiar, estatuto social ou nível de rendimento?

Já se conceberam e realizaram testes para avaliar a personalidade política<sup>21</sup>, normalmente em termos de *direita* e *esquerda*, por exemplo, descrevendo situações em fotografias onde os “maus da fita” e os “bons da fita”

---

<sup>21</sup> Procurar no Google “political personality tests”.

Por exemplo: [http://www.iop.harvard.edu/extension/forms/research\\_political\\_personality\\_test.php](http://www.iop.harvard.edu/extension/forms/research_political_personality_test.php)

poderão ser avaliados diferentemente consoante as preferências pessoais. Resultam destes testes inúmeras surpresas, com pessoas que antes tinham manifestado fortes opiniões de *esquerda* a serem por fim etiquetadas como de *direita* (e vice-versa). Por isso, os resultados devem ser bem analisados e discutidos à exaustão: “Os testes serão apropriados?” ou “Tentei levar as pessoas a acreditar que sou diferente daquilo que sou na realidade?”. A tomada de consciência de alguma incongruência entre o sentimento e a opinião pode actuar como um “trampolim” para garantir avanços qualitativos em direcção a uma personalidade política mais coerente. Nos casos em que sentimentos e opiniões coincidem em grande medida, seguem-se de imediato outras perguntas: “E o que vai fazer em seguida? Será que as suas atitudes e actos sociais também se encontram alinhados com as ideias que manifestou e com os seus sentimentos? Se não, porque não?” Um motivo para que a acção não se realize pode ser, obviamente, o medo da repressão, se a pessoa viver em regime ditatorial ou então sentir-se tão frustrado com a sociedade em que vive, que nada, a não ser o recurso à violência, lhe parece satisfatório fazer. Também pode suceder que um adulto concretize a sua necessidade de intervenção aplicando as suas ideias, conhecimentos e sentimentos em pequena escala, a saber, no seu clube ou associação, na comunidade local, na família, etc. E isso é igualmente uma via para fazer política no dia-a-dia.

O impulso para agir dentro dos limites dos possíveis efeitos, ou até o impulso para expandir esses limites, conduzirá normalmente a pessoa adulta a procurar uma melhor compreensão das estruturas e das dinâmicas sociais. Um primeiro choque será o confronto com o volume colossal de informação disponível, muita da qual perfeitamente obscura. Compreender a sociedade exige a exploração de diferentes categorias de informação. O “explorador” precisa, em primeiro lugar, de saber como evoluiu a sociedade, a sua própria sociedade e outras; em segundo lugar, o que é que pensadores e escritores conceberam, ao longo de séculos, como sendo o estado ideal para as sociedades humanas; em terceiro lugar, como é que hoje as sociedades se estruturam e quais são as suas características sociais, económicas, legais e políticas mais importantes; por fim, que filosofias políticas contemporâneas desenham futuros desejáveis para as nossas sociedades.

É deveras importante para qualquer pessoa adulta ser capaz, primeiro, de aceitar a inevitável (e muito enriquecedora) existência de valores neste campo da política e, seguidamente, de distinguir claramente entre áreas onde os valores têm uma extrema pertinência e áreas onde uma procura objectiva de factos é a abordagem mais válida e útil (mesmo quando se revele frustrante e difícil). Atinge-se um nível superior de consciência política quando se é capaz de identificar os valores políticos que inspiraram uma (e não outra) selecção, interpretação e apresentação de factos políticos, aparentemente isentos de valores. É uma tarefa essencial para o educador de adultos desenvolver, nos participantes dos seus grupos, uma capacidade de análise crítica da informação disponível nos jornais e em outros meios de comunicação social, em discursos, livros (técnicos ou de ficção) e revistas (gerais ou especializadas). Uma rápida leitura inicial revelará a inclinação particular do autor. Depois disso, torna-se necessário fazer uma análise mais aprofundada daquilo que foi por ele omitido, ou reforçado, para se completar uma leitura crítica. No que se refere à informação política, é também muito importante para os adultos interessados saber como e onde encontrar a documentação mais útil sobre os assuntos que os preocupam. Devem fazer-se listas das fontes básicas de informação e, sempre que possível, torná-las acessíveis. Sempre que possível, deverão os educadores de adultos elaborar dossiers em que as fontes primárias se encontram descritas e resumidas.

Uma proporção considerável dos adultos que sentem a necessidade de uma melhor educação fazem-no porque se sentem em desvantagem quando procuram expressar as suas opiniões em público. Um discurso articulado e uma argumentação lógica são geralmente reconhecidos como as marcas distintivas de uma ‘pessoa culta’. Os educadores devem, portanto, encorajar os debates, pois não só promovem um clima de tolerância recíproca e de *relativismo político*, mas também ajudam a construir a auto-confiança em que assenta qualquer apresentação oral bem articulada. Os debates devem concentrar-se nas principais questões do dia e alternar com sessões de investigação. Como modo de avaliar o progresso de indivíduos e grupos, devem ser feitas comparações entre os debates do início e os seguintes. A questão mais importante a levantar durante estes exercícios de avaliação é, sem dúvida, saber se um conhecimento mais completo alterou de facto as anteriores opiniões pessoais intuitivas (e, caso afirmativo, em que sentido). Há que acentuar o facto de a finalidade de um debate não ser de ganhar mas sim de se atingir um degrau superior de compreensão sobre o problema, graças aos contributos que lançaram mais luz sobre as suas diferentes facetas. Um exercício útil consiste na utilização do debate para chegar a um consenso mínimo, mas ainda assim suficientemente operativo para permitir algum tipo de acção comum.

Chegamos assim ao que acima se chamou a área da *actividade política*. A actividade política realiza-se dentro de enquadramentos bem distintos: partidos políticos, sindicatos, cooperativas, associações, e ainda (se aceitarmos o significado lato de política que vimos sugerindo) no emprego, em casa, etc. No interior de um grupo de adultos que já passaram pelas três fases de examinar sentimentos, aprender mais e falar de forma mais eficaz, a actividade política já se concretizou, inevitavelmente, e o grupo por esta altura já terá plena consciência disso. Analisando-se as dinâmicas internas dentro do grupo, é possível avaliar se este conseguiu ou não construir o objectivo comum e o ímpeto necessários para se lançar numa qualquer actividade de natureza política no exterior. Esta não terá de ser o objectivo inicial da educação política para adultos, mas também não poderá ficar preliminarmente excluída. Uma carta ao director de um jornal local ou nacional, um boletim comunitário, uma peça de teatro ou teatro de rua, uma exposição de documentos políticos sobre assuntos de interesse local, um jornal periódico, o lançamento de uma campanha, a produção de um filme / vídeo, a organização de um seminário aberto, a escolha de um candidato às eleições locais, etc. Existem, efectivamente, inúmeras formas para a actividade política de um grupo já bem estruturado. Aliás, mesmo quando um grupo se encontra já intensamente envolvido numa certa linha de acção, é importante fazer um esforço constante para manter viva a *dimensão educativa*. Um ou dois membros do grupo, a quem se reconheça uma maior propensão para a investigação, podem ser nomeados como “think tank”, cujo trabalho de análise e busca de factos irá decorrer em paralelo com as actividades entretanto iniciadas (embora, idealmente, se deva adoptar a rotatividade nas diferentes tarefas do grupo). Sessões regulares, inteiramente dedicadas a uma reflexão crítica a partir de um *certo distanciamento*, devem também alternar com períodos de trabalho de intervenção. Para além de um balanço geral do trabalho em curso, que pode ser feito nestas sessões, os activistas dentro do grupo poderão avaliar a validade da informação e das técnicas que adquiriram durante as etapas teóricas iniciais e pedir informações complementares que considerem indispensáveis para os projectos políticos em curso.

É de sublinhar que, pelo simples facto de se organizarem entre si para desenvolverem uma acção social dirigida à melhoria de condições sociais opressivas e nocivas à aprendizagem, os adultos ficam desde logo envolvidos numa situação educativa. Não será despidiendo referir que esta foi a opinião partilhada pelos representantes de mais de 140 Estados Membros da UNESCO quando adoptaram unanimemente a Recomendação para o

Desenvolvimento da Educação de Adultos, em 26 de Novembro de 1976. O parágrafo 3 (i) deste documento estipula, efectivamente, que a educação de adultos *deve reconhecer como uma parte integrante do processo educativo as formas de organização colectiva constituídas pelas pessoas adultas tendo em vista a resolução dos seus problemas quotidianos*.

Até aqui tem-se evitado a questão de definir a política. Procurar, num primeiro momento, uma definição válida não teria sido particularmente útil. A abordagem terá que ser, portanto, de aproximações graduais, procurando fixar fronteiras neste fenómeno tão complexo que, apesar disso, não deixa de estar presente em toda a vida social. Um dos exemplos apresentados mais acima referia-se ao petróleo, um outro ao *direito* a visionar um programa específico de televisão. Temos aqui, de facto, uma noção largamente aceite de política, que está relacionada com a distribuição de recursos raros, isto é, como gestão societal. Em qualquer sociedade, há que tomar decisões sobre a distribuição de recursos disponíveis, evitando assim que domine a lei da selva. Como tomar estas decisões e por quem? E nem é apenas a distribuição que está em jogo. Quais são as necessidades (reais ou manipuladas) dos membros da comunidade? O quê e quanto se deve produzir para satisfazer essas necessidades? Como devem ser produzidos e distribuídos recursos, produtos e serviços? A gestão societal é um dos conceitos da política mais adoptado e tratado pelos autores contemporâneos. É uma ideia moderna, característica de uma era em que predomina a preocupação com a economia, com o possuir e utilizar artefactos.

Na educação política deverá começar por se descrever (ou pedir aos participantes que as descrevam) situações que são familiares a todos. Por exemplo, as refeições na escola dos filhos. Levante-se a hipótese de, num certo dia, a comida na cantina escolar não ser suficiente para todos. “O que fazer então?”. “Quem chegar primeiro é que é servido”, algum dirá certamente. E então, se o mais ‘brutamontes’ da turma chegar em último à fila, quem o controla? E o que fazer se tal situação durar semanas ou meses? “Sobem-se os preços e come quem puder pagar” ou deverá dar-se prioridade aos melhores alunos? Ou, pelo contrário, proceder a exames médicos sobre a condição física de cada criança e, em função dos resultados, alimentar os mais fracos... ou os mais fortes? Ou então alimentar todos, com doses iguais, arriscando uma subnutrição generalizada? E porque não considerar o que está por detrás desta falta de comida? Não se poderá fazer nada para aumentar o fornecimento da alimentação ou a produção alimentar? Não deveriam os professores e alunos, em conjunto, cessar as aulas por um tempo e dedicar-se à produção de bens alimentares complementares? Serão sugeridas decisões alternativas em resultado das diferentes opiniões expressas neste debate. E quanto mais opiniões melhor, maior será a gama de opções e mais probabilidades de se chegar a uma boa solução. Ao encorajar-se uma liberdade absoluta de expressão, irão surgir dentro do grupo muitas opiniões de impossível conciliação. Qual escolher então? “O educador que decida”, “Todos os formadores devem votar”, “Toda a gente deve votar”. E quando se chegar a uma dada decisão, quais os passos necessários para a concretizar?

Logo que se tenham discutido exaustivamente algumas questões políticas centrais, tomando sempre como ponto de partida uma situação familiar e tentando relacioná-la com interesses pessoais, locais, nacionais ou mundiais, um jogo como o “*Descubra onde está a política*” pode ser uma actividade útil e motivadora. Procure adivinhar-se o que um grupo de adultos considera como questões políticas fundamentais: “Organizar a sociedade a fim de produzir tudo aquilo que satisfaça as necessidades comuns das pessoas”, “Distribuir tudo o que

se produz da maneira mais justa”, “Tornar o poder na sociedade acessível a todos”, “Reduzir os riscos de uma guerra nuclear total”, “Levar os governos a cooperarem em campanhas de interesse geral para a humanidade”, “Impor um imposto internacional sobre a especulação financeira”, por exemplo. Depois, pega-se num jornal e lêem-se alguns artigos à luz das questões seleccionadas. Como e em que medida os factos cobertos por estes artigos tocam aquelas questões? Qual a via de intervenção que o autor parece defender? Este exercício pode ser feito com qualquer tema de noticiário de interesse geral.

Os jogos de simulação também podem desempenhar um papel relevante na aprendizagem de factos políticos e no desenvolvimento de atitudes políticas. Um acontecimento importante que atraia, no momento, a atenção geral pode ser simulado no grupo, distribuindo os participantes pelos diferentes centros de interesses envolvidos na questão. No caso de uma greve, por exemplo, podem formar-se grupos que representem os trabalhadores, as famílias, os sindicatos, os patrões, o governo, os utentes, os reformados, os desempregados, etc. A relação entre a especulação financeira e o desemprego, os problemas de habitação a nível local, um novo sistema fiscal, o respeito pelos direitos humanos a nível internacional e inúmeros outros assuntos podem alimentar jogos de simulação bem animados, onde se poderá reconstituir o funcionamento de uma assembleia municipal, de um parlamento nacional, de uma Assembleia Geral das Nações Unidas ou dos mercados internacionais, entre outros.

Um comentário final sobre este tema da educação política de adultos. É óbvio que não existe *uma só resposta correcta* às questões políticas. Não há uma filosofia *correcta*, uma ideologia *cientificamente fundamentada*. O papel do educador não é, portanto, o de empurrar o grupo para a aceitação incondicional de uma solução, senão para tornar os participantes conscientes das alternativas e ajudá-los a escolher as que lhes parecerem mais adequadas, à luz dos valores, dos interesses, da personalidade política de cada um. É sem dúvida importante relacionar as opções ideológicas com os interesses próprios de cada pessoa, para que as escolhas se não façam de forma ligeira e com base num entusiasmo fugaz. Todavia, o interesse próprio também não pode fornecer o exclusivo e derradeiro quadro de referência. A actividade política não pode ser usada (e não o é, em geral) com o propósito único de prosseguir os interesses próprios e imediatos de cada um mas também, e sobretudo, o *bem comum*.

Embora o educador de adultos deva tentar excluir qualquer ideia de verdade absoluta em matéria de objectivos ou regimes políticos, não deixam de existir umas quantas directivas de natureza processual que devem ser respeitadas nos debates, exercícios e outras actividades práticas. São directivas referentes a uma procura incessante pela tolerância mútua, liberdade individual e do grupo, respeito pela verdade e pela lisura. Há ainda a acrescentar uma dimensão ética à educação política para que esta não perca a sua componente educativa e não se arrisque a tornar-se um simples curso de formação em técnicas de manipulação.

Alberto Melo

## 36. Tomás R. Villasante

Tomás R. Villasante (2019) Da educação popular às democracias participativas.

(Rede CIMAS e Prof. Honorífico UCM)

CIMAS é uma rede de profissionais, com formações diversificadas em ciências sociais, comprometidos/as com a transformação social e as democracias participativas.

A Rede tem polos em diferentes países de Europa e da América Latina, unidos pelo objectivo de uma permanente transformação social, em contexto de sustentabilidade e de situar pessoas e comunidades no centro da vida.

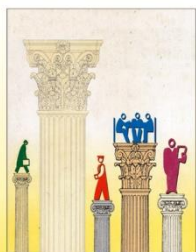
Desde 2015, CIMAS organiza cursos de formação contínua sobre os orçamentos participativos no quadro do planeamento participativo. Disponibiliza também uma plataforma on-line, a partir da qual realiza acções de formação em metodologias participativas aplicadas a diversos contextos.

Para mais informações, consultar [www.redcimas.org](http://www.redcimas.org)

### Democracias Transformadoras

*Experiencias emergentes y alternativas desde los comunes*

Tomás R. Villasante



¿Para qué sirven los movimientos sociales? ¿En qué punto están ahora movimientos como el 15M o las “mareas” de indignados? ¿Volverán las movilizaciones? ¿Qué puede hacer el municipalismo en campo propio y ajeno? ¿Quién tiene capacidad para hacer las transformaciones sociales y políticas? ¿Qué características tienen y cómo funcionan los movimientos sociales? ¿Se consigue democratizar los sistemas donde operan? y ¿qué ventajas e inconvenientes muestran? ¿Cómo se pueden aprovechar para

una mejor democracia y para unas formas mejores de vida cotidiana de las personas del común? **Democracias Transformadoras. Experiencias emergentes y alternativas desde los comunes**, el último libro de Tomás R. Villasante, afronta esas y muchas otras preguntas y, para responderlas con rigor, aporta experiencias emergentes, metodologías participativas, y nuevos caminos para las democracias participativas.



Así, en *Democracias transformadoras* se parte de experiencias internacionales, las movilizaciones indignadas y la comparación de dichos movimientos. Se debate el papel de los movimientos sociales, sus contradicciones, sus potencialidades, las estrategias telemáticas, y las motivaciones de los liderazgos y los grupos motores. Y se pasa a una crítica de los juegos de poderes y a las estrategias transformadoras y desbordes socio-políticos, con poderes paralelos y transiciones hacia de-

mocracias de iniciativas.

El libro termina presentando modelos de gestión colaborativa, planificación y presupuestos participativos, e incluyendo errores frecuentes que se pueden superar en ámbitos como el estudiado.



**El autor: Tomás R. Villasante** es Doctor en Ciencias Políticas, Económicas y Comerciales, cofundador de la Red Cimas (Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medioambiente Sustentable) y, desde 2008, Profesor Emérito en la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid. Además es escritor y colaborador habitual del [Periódico Diagonal](#) ha sido activista de los movimientos vecinales y ecologistas, e impulsor de procesos por las democracias participativas en varios países. En sus trabajos de investigación-acción ha desarrollado aportaciones innovadoras a las metodologías sociales. Con El Viejo Topo ha publicado [La investigación social participativa. Construyendo ciudadanía](#) (Parte I y Parte II).

Vídeo de Tomás R. Villasante (sociólogo Red CIMAS) sobre el uso de herramientas digitales en procesos de participación ciudadana. Foro Social Mundial de Madrid (19/06/2015):  
<https://www.elviejotopo.com/libro/democracias-transformadoras/>

## Da educação popular às democracias participativas

Tomás R. Villasante (Rede CIMAS e Prof. Honorífico UCM)

*“¿Como é possível que os homens lutem pela sua servidão como se se tratasse da sua liberdade?” (Baruch Spinoza).*

*“... que tais necessidades tenham como origem o estômago ou a fantasia não muda em nada as coisas e o desejo implica a necessidade: é o apetite do espírito, tão natural como é a fome para o corpo, e é daí que a maioria das coisas extrai o seu valor” (Karl Marx,)*

[https://www.google.pt/search?q=Da+educa%C3%A7%C3%A3o+popular+%C3%A0s+democracias+participativas++Tom%C3%A1s+R.+Villasante+\(Rede+CIMAS+e+Prof.+Honorífico+UCM\)&tbm=isch&source=iu&ictx=1&ir=Oc9h4sjd99hmKM%253A%252C\\_\\_CgBRhjoUvn3M%252C\\_\\_&vet=1&usg=AI4\\_-kSA47mW7\\_Rkezmu-lf2Y9hskubl5w&sa=X&ved=2ahUKEwjD8tuS7P3jAhXpz4UKHXcNDGkQ9QEwAHoECAkQBg#imgsrc=Oc9h4sjd99hmKM:&vet=1](https://www.google.pt/search?q=Da+educa%C3%A7%C3%A3o+popular+%C3%A0s+democracias+participativas++Tom%C3%A1s+R.+Villasante+(Rede+CIMAS+e+Prof.+Honorífico+UCM)&tbm=isch&source=iu&ictx=1&ir=Oc9h4sjd99hmKM%253A%252C__CgBRhjoUvn3M%252C__&vet=1&usg=AI4_-kSA47mW7_Rkezmu-lf2Y9hskubl5w&sa=X&ved=2ahUKEwjD8tuS7P3jAhXpz4UKHXcNDGkQ9QEwAHoECAkQBg#imgsrc=Oc9h4sjd99hmKM:&vet=1)

### 1. - **Problemas com as perguntas** dos educadores e activistas nos movimentos sociais.

Nestes primeiros meses de 2019 tive oportunidade de **debater com vários colectivos** de educadores e activistas, procurando responder às suas perguntas e também às minhas próprias, em dois seminários com o Colectivo Freinet das Ilhas Canárias e mais recentemente com uma publicação do Instituto Paulo Freire (Corella et al. 2019) que recolhe as suas perguntas e os debates com Antonia de Vita y David Abril sobre “o tempo do medo” (pg. 15) e a educação permanente.

Estes debates inspiraram-me para escrever sobre os movimentos sociais e a construção democrática.

A publicação destes debates coincide com o 50º aniversário da publicação de “A pedagogia do oprimido”, facto que também me animou a apresentar novas considerações sobre o que teremos avançado desde então. Estou preocupado, mas não tanto pelo medo de as políticas mais reaccionárias estarem de volta, mas sim porque as perguntas que agora nos fazemos se encontram encerradas num círculo sem saída, em debates teóricos pouco operacionais, ou em respostas simples com que nos manipulam através dos meios de comunicação dominantes. Vou agora seguir as questões levantadas no livro do Instituto Paulo Freire para discutir e dar o meu contributo quanto às estratégias a seguir e como as construir.

Perguntava-se, nos debates, a razão de ser dos feminismos ou da actual crítica da economia neoliberal e dos **avanços da extrema-direita e do seu descaramento**, e também o que se poderá fazer na educação. Há 50 anos, quando Paulo Freire escreveu aquele famoso texto, havia ditaduras no Brasil e em vários outros países e a situação era pior que a actual. Estaremos bem agora se aprendermos com aqueles anos e actualizarmos as estratégias com os movimentos actuais de resistência e resiliência. Não é mau sinal que haja facções que reajam, defendendo o capital e o patriarcado como tal, e as forças conservadoras se dividam. Não há decerto uma via tão simples como apoiar o voto útil ou filiar-se em partidos, ou procurar consciencializar as pessoas. Mesmo que possa ser necessário votar no menos mau ou até implicar-se em plataformas cidadãos, mas a educação popular pode e deve ir mais fundo no sentido da transformação social. A pedagogia não pode ficar encerrada no que os educadores já sabem, desde a escola primária até à universidade sénior. A motivação para não abandonar (nem os educadores nem os educandos) deve ir mais além das rotinas em que está instalada. Qualquer mudança de fundo não se fará pela via fácil, são necessárias estratégias que tenham em conta, tanto os “desejos” como as “necessidades” da gente comum.

No livro citado (p. 53) David Abril faz as suas primeiras perguntas: “O que mudou nestes 50 anos? Vereis que vou levantando perguntas para as quais não temos respostas. Esta é uma das incertezas que fazem com que nos sintamos ainda mais inseguros, como cidadãos e como professores”... E prossegue (p. 68-69): “E diz outra vez Boaventura Sousa Santos: “vivemos num tempo em que há perguntas fortes e respostas débeis”... De novo David Abril: “Todas e todos somos, em determinado momento ou circunstância, opressores; é preciso que tenhamos consciência disso e que descolonizemos a nossa maneira de entender o mundo...”, “...porque fomos criados numa sociedade patriarcal, capitalista, etnocêntrica, o que faz com que continuemos a olhar para os outros com superioridade, especialmente se vierem do Sul”... **A auto-reflexão (se for possível de forma colectiva) pode ser uma primeira pergunta.** Porém, é diferente fazermos essa pergunta sobre as teorias, sobre experiências exóticas, sobre vivências pessoais ou sobre “críticas exacerbadas”. De facto, podemos ficar fechados em debates sobre cada ideologia ou autor de referência, sem ver o que pode ter de operativo para a situação concreta; ou assistir a comunicações sobre experiências de outros lugares que não consideramos viáveis no nosso caso; ou lamentarmo-nos das vivências pessoais. Melhor será

a reflexão sobre “críticas **concretas**” (acções provocadoras) para nos aproximarmos das motivações das pessoas que fazem coisas de interesse.

No citado texto, Antonia de Vita toma como referência um estudo de “Grounded theory” e um esquema de Lucia Betrell (p. 202) sobre as motivações da “economia diversa” (acções da economia alternativa). No final, coloca quatro elementos motivadores: Rendimentos-rentabilidade, Intercâmbio, Relações de utilidade, Viver em simplicidade. Mostra-nos assim que se deve começar por perguntar às pessoas quais são as suas motivações e, também, que as pessoas sabem articular aspectos muito diversos e até contraditórios. Que não há uma motivação única, mas sim articulações complexas. O analista da “economia diversa” é um caso interessante, mas esta “Grounded theory” não passa de uma análise qualitativa, faltando-lhe a primeira peça do processo no seu esquema de conclusões: a rejeição preliminar do trabalho assalariado e da vida alienada (o que é citado noutras partes do estudo: “insatisfação com o trabalho anterior ou por um desejo de encontrar no trabalho algo significativo...”). De facto, o segundo esquema da mesma página parte da “escolha do trabalho” como uma reflexão conceptual. Para a tomada de decisões, **está primeiro a reflexão ou a acção crítica?** Trata-se de consciencializar ou de experimentar? Esta é uma pergunta fundamental para a educação popular. Noutros trechos, o próprio relatório coloca em primeiro lugar a experiência alienante do trabalho que se rejeita, em vez da escolha de outras formas da “expressão de si mesmo”. Tudo está interligado, mas os processos geram as suas próprias perguntas e estas autoras retiram as suas consequências na ausência das próprias pessoas. Parece-nos melhor aplicar a investigação-acção-participativa ou a socio-praxis do que as avaliações qualitativas não contrastadas em “sessões de devolução criativa”. Mais adiante vamos propor algumas formas concretas de construir estas estratégias participativas.

Vamos analisar agora um “pentalema” (Galtung, 2004) a partir do debate em grupos e das conclusões do livro que estamos a comentar. Podem superar-se dilemas, que se manifestam em muitas pessoas, e estar atentos às variadas propostas que aparecem. Recolhendo as diversas posições, podemos organizar um debate muito criativo, que vai além do dar opiniões, depois de se efectuar uma “**devolução criativa**”, como a que propomos. Um eixo poderá estar entre apresentar-se como um “projecto de vida”, um “modelo” a que aspirar, enfrentando o facto de a educação não deixar de ser um “bálsamo ou aconchego”, um “desabafo”, como diziam uns e outras. Podemos, no entanto, colocar outro eixo, que também foi referido, entre uma educação que parte de muita burocracia e autocensura, onde cada qual tem o seu discurso, face a outras possibilidades. Algumas pessoas falaram da importância de “escutar” para chegar a um “diálogo de saberes”. Desta forma, “vai-se fazendo”, segundo a “margem de manobra” de cada situação. Inclusivamente, podemos recuperar opiniões que apontavam para a construção de “projectos comuns”, para além da aula ou até com movimentos sociais. Efectivamente, quando organizamos uma “oficina de criatividade social”, abrimos os debates sobre as causas e as propostas de acção possíveis, como na escada que sobe (de baixo à esquerda até acima à direita). É uma forma de superar o qualitativo com um “pentalema”, que desconstrói mais profundamente os dilemas e abre novos caminhos, a partir do que dizem as próprias pessoas. Uma posição minoritária pode converter-se numa construção colaborativa geral, a partir do participativo e não a partir do educador ou do activista:

Um modelo?	Actuar com movimentos?
Um projecto de vida?	Projectos comuns?
	Margem de manobra?
	Vai-se fazendo
	Diálogo de saberes?
	Escutar apenas?
Burocracia	
Autocensura	Bálsamo e aconchego?
Cada qual o seu discurso?	Desabafo....?

Fala-se muito de consciencializar, mas não foi isso que defendeu Paulo Freire, pelo menos como forma de explicar a outra pessoa as razões que deve ter e defender. E, quando já se aceita que não se trata de consciencializar, mas de provocar espaços, passamos a falar de “diálogo de saberes”, ao menos para nos podermos entender dentro da multiculturalidade de que partimos. É então falando que as pessoas se entendem? É decerto um passo acertado podermos escutar e entender as outras pessoas, mas temo que cada qual guarde apenas o que é seu, na maior parte dos casos. Segundo o dito popular: “obras são amores e não boas razões”. Será possível avançar e não parar na solidão do professor/a ou activista que se mantém isolados, como incompreendidos? Tentaremos neste texto trazer algo sobre o que significa “transduzir”, quer dizer, avançar aos saltos desde a **acção-compreensão**, para além dos diálogos bem-intencionados. Como poderemos abrir práticas colaborativas sem respostas fechadas, para construir em cada situação concreta? Destes debates retiramos algumas sugestões que, para nós, fazem sentido e vamos pô-las em relação com a metodologia que queremos aqui apresentar (“socio-praxis”), para que possam articular-se algumas estratégias transformadoras.

Para começar, vou recolher de David Abril (p. 22): “Pensar para além da escola. Aprender com as experiências de resistência e de mobilidade social... uma pedagogia elaborada com os oprimidos e não para eles...”. E prossegue: “Aprender com as pessoas mais velhas. Por exemplo, com os “Yayo-flautas”, que foram dos poucos colectivos mobilizados que sobreviveram à dissolução do 15M (15 de Maio) e que voltaram, recentemente, a desfraldar a bandeira da dignidade, com a defesa do crescimento das pensões de reforma face à mensagem de que o sistema de pensões é inviável. Em muitos casos, nem estão a lutar pelas suas pensões, que já as terão asseguradas, mas estão em todo o caso a lutar pelas nossas”... “especialmente das mulheres que se têm dedicado a cuidar dos filhos e dos netos nestes anos de crise, neste bastião de humanidade que são os cuidados, como actividade principal de produção de vida...” ... “aprender com a luta feminista que enfrenta o machismo mais descomplexado da história contemporânea post-sufragista” ... “unir mulheres das mais diversas condições sociais em todo o mundo, a partir da convocatória de greve mundial feminista do passado 8 de Março”...“deveríamos aprender: a constância, a resiliência, a irmandade, os cuidados e a alegria, apesar de persistirem os assassinatos de mulheres...” E continua com referências a outros movimentos sociais actuais, acções que vão muito para lá da aula.

## 2.- A criatividade social: “Porque o fazem?”

A investigação citada por Antonia de Vita (p. 38), perguntando a “trabalhadoras e trabalhadores das economias diversas” (“porque o fazem?”) é muito parecida com a pergunta de investigação que eu fiz no virar do século, na América Latina e em Madrid: “Porque fazem o que fazem?”; neste caso, sobre actividades sociais em geral. O que me levou a escrever um livro sobre o que pode ser a “criatividade social” e as “metodologias participativas” (Villasante, 2006). Recupero agora daquele vasto texto apenas a **estranheza das pessoas à minha pergunta**. Em suma, a gente mais criativa nunca se tinha colocado tal questão ou não o tinha feito com profundidade, embora realizasse coisas criativas sem muito debate sobre o porquê intelectual. No capítulo 5 sobre “criatividade social” afirmava então: “Não há uns seres mais criativos que outros, o que há são situações mais ou menos propícias para que surjam criatividade e modos de saber abordá-las... “Ao perguntar às pessoas porque faziam o que faziam, primeiro ficavam admiradas, com a atitude de quem nunca se tinha posto tal questão. E só depois de algum tempo é que começavam a elaborar algumas razões, muitas das quais, como já dissemos, relacionadas com experiências de família ou de adolescentes. Recorrendo à antropologia, poderíamos falar de “ritos de passagem”, e não só pelo significado simbólico, mas também pela “encarnação”, mais corporal que outra coisa, das relações e vínculos vividos e a forma e estilo de o fazer.

Naquele livro relacionava-se esta posição de base empírica com as justificações teóricas de Maturana e Varela, Illich e Freire, Piaget e Vigotsky, o debate de Jung com Freud, de Pichon-Rivière e Guattari, do eco-feminismo de Fox Keller e de Ibáñez, etc. Passo a resumir onde tudo isto nos conduz com uma frase de Paulo Freire: “O importante é fazer ver que a reflexão não é suficiente para o processo de libertação. Necessitamos da praxis ou, por outras palavras, necessitamos de transformar a realidade em que nos encontramos.” No final do capítulo, para sermos coerentes com estas reflexões, propunham-se três **acções concretas**: a) “escutar os corpos”, porque há sempre “duplas linguagens” e o não verbal diz-nos muito mais coisas que o verbal, é mais profundo e significativo nos grupos; b) “dramas com grupos”, desde a lógica dos “grupos operativos”, para desbloquear situações e desinibir-se; c) “sair à rua”, como os situacionistas, para construir situações. Por isso, chamamos “socio-praxis” ao que fazemos, porque damos muito mais importância à praxis (acção-reflexão-acção) do que ao “diálogo de saberes” (sobretudo quando este se limita a um debate de conceitos) que apenas se relacionam com “analistas”, factos ou provocações, que nos indiquem causas concretas, movimentos ou caminhos abertos.

Regressando ao debate de Xátiva (pp. 38 e 39) é de insistir no **valor da criatividade prática**: “autoritas, ser autores/autoridade social...”... “uma relação estreita entre modalidades de criação de valor específicas... e a geração de formas de resiliência criativa, individual e colectiva”... “para se sentirem orgulhosos de si mesmo e do seu próprio ser, do seu próprio saber fazer...” Aquilo a que L. Bertell chama: “praticabilidade da vida e, com esta, do trabalho, mediante acções quotidianas realizadas com certa autonomia, em que os sujeitos praticam a nível do terreno algo que desejam e a partir da sua pertença à vida<sup>22</sup>”. Antonia de Vita repete-o em várias ocasiões: “criação de valor” (p. 27, no título da sua comunicação), “a ideia de autonomia que Ivan Illich definiria como aquela propensão que “habilita à existência” (2005), uma postura generativa possível num horizonte da

---

<sup>22</sup> Eu diria “...a partir do seu sentido de pertença à vida.”

pedagogia da criação social” (p. 44). E citando o pedagogo japonês Makiguchi (p. 108): “a própria vida é um processo de criação de valor e a educação, com as suas metodologias, deveria conduzir-nos até esse fim...” ... “a capacidade criativa”..., “a pedagogia é o primeiro caminho para criar valor, não é a economia”. Creio que se entende o que é “valor de uso”, embora o neoliberalismo procure fazê-lo passar por “valor de troca”. A. de Vita (151): “O capitalismo alimenta-se das diferenças, porque todos os dias tem de pôr em movimento outros valores; e o que é um valor?; a diferença; e quem faz a diferença?; as diferentes subjectividades... produzem valor. Toda esta perspectiva produz valor e o mercado observa-o e apropria-se dele...”.

Onde se criam os valores e o que se passa com eles? Como aparece a criatividade social e como a usam umas ou outras estratégias? Não é uma questão linear, mas sim complexa, porque “a cidade não é uma árvore”, como argumentou Ch. Alexandre (1965). Não existe uma única razão que possa explicar, fora das próprias vivências, porque somos todos parte do mesmo sistema que observamos. Félix Guattari usa a metáfora do “rizoma”, para indicar a complexidade das conexões vinculares em que nos educamos e crescemos. Outras autoras, como Cristina Carrasco (2016), usam a metáfora do “iceberg”, para indicar tudo o que se encontra por baixo da economia convencional. Depois de ter vivido na América Latina, prefiro a metáfora dos “**mangais**”, porque junta a complexidade das relações com o facto de se não ver a realidade subjacente. Além do mangal, pode fazer-se referência às “estruturas vinculares” (Pichón-Rivière, 1987, 1989), não só aos “interesses” (de uma classe, de género, etc.), como “essências objectivas” que possam ter as mulheres ou os assalariados por si próprios. Não procuramos aqui as essências de nada, apenas as relações que nos estão construindo, mais as “cartografias” situacionistas que possam ser operativas para nós do que as “arqueologias” do ser ou alguma ontologia filosófica.

Se quisermos aproximar-nos de como se constrói a realidade da nossa compreensão e dos nossos comportamentos, podemos começar pelo subsolo, pela terra onde se enraízam os manguezais Isto é, no nosso caso, pelo corpo biológico com os seus **mecanismos relacionais celulares** (aqueles de que não estamos conscientes e que actuam sem que o saibamos). Por exemplo, as relações das bactérias activas que transportamos com a alimentação diária no aparelho digestivo, ou o funcionamento do nosso sistema imunológico que nos está defendendo durante as 24 horas do dia, etc. Ou então as conexões que se produzem no cérebro, entre os neurónios da parte mais “reptiliana” e os do “neocortex”, ou com o resto dos terminais nervosos em todo o corpo. Há uma grande criatividade celular por conta própria, herdeira dos processos evolutivos, de que não temos consciência (salvo pelos estudos neurológicos) e que trabalha para se manter e ser criativa perante os avatares da vida. Esta é a primeira criatividade vital com a qual há que aprender.

Destes impulsos em nada conscientes, que mantêm a nossa vida, podemos passar aos inconscientes, que se reflectem, por exemplo, nos sonhos e que depois de Freud podemos tentar entender algo das suas linguagens codificadas. É como mergulhar na água entre os mangais, não é o lodo de que só vemos a sua superfície (como o nosso corpo), mas sim a beleza dos troncos retorcidos e os peixes variados que ali habitam. Aí emergem os desejos inconscientes, influenciados pelas relações familiares e sociais em que vivemos e fomos educados. Há pulsões sem controlo, de afectos e **desejos**, que vão para além das crenças de cada um de nós (que o que costumam conseguir é reprimir melhor aquelas maquinações). Estamos aqui na “**intra-estructura**”, como lhe chamou Paul

Virilio e retoma A. Lans (2018). Embora a psicanálise se tenha ocupado de redireccionar estas pulsões, não há acordo sobre como o fazer e só sabemos que emergem criativas e nadam pela sua própria conta. A nossa mente continua a ser uma grande desconhecida, porém, muito intuitiva.

Se sairmos da água para o ar, com os mangais, podemos instalar-nos nos **pre-conscientes** mentais. Isto é, numa série de condutas rotineiras que apenas pensamos e que nos constroem naquilo que fazemos e influenciam a nossa consciência. Praticamos uma série de ritos e costumes sociais, que ao converterem-se em hábitos de rotina nos vão construindo no que somos, configurando os interesses comuns que defendemos. Os interesses de género, idade, classe, cultura, não são elaborados por cada pessoa, isoladamente, mas nascem do que vivemos nas nossas práticas, nas nossas relações quotidianas. Confianças e medos que brotam destes “instintos” pré-conscientes, tanto para lutar pela nossa classe social ou pelo nosso país, por exemplo. Pelo menos nesta atmosfera mental (de tormentas ou de mar calmo) podemos tentar nomear todos estes processos, como uma “infraestrutura” de **interesses** em jogo.

A parte consciente dos mangais é a que iluminam o sol ou a lua, o que se pode ver e conhecer de relance, por cima dos entrançados complexos que já assinalámos. Religiões e **ideologias tratam de pôr ordem** nesta realidade tão emergente de desejos e interesses, tão complexa. É o “consciente discursivo”, ou seja, são os “esquemas conceptuais” que Pichón-Rivière analisa com o que denomina o E.C.R.O. Todos temos e usamos “esquemas conceptuais referenciais operativos”. E nem sequer estamos conscientes de que temos estes pre-conceitos, muitas vezes, com que ponderamos o que devemos fazer. Estas são as justificações com que argumentamos para o nosso comportamento social, ético e político. Mesmo assim não é que estejamos absolutamente condicionados, pois podemos ser do sol ou da lua, aproveitar uma tormenta ou dançar com os pássaros, reprimir os desejos ou libertá-los, defender os nossos interesses ou ocultá-los, pois existem muitas formas em que podemos fazer escolhas de acordo com o nosso contexto (que pode ser constituído por “conjuntos de acção” muito variáveis e articuláveis entre si).

Há uma grande variedade de justificações possíveis, pensamos que as adoptamos de forma livre, mas “a partir de baixo” estamos influenciados pela biologia e a ecologia, de que a nossa vida depende tanto como da infraestrutura (interesses) e da intra-estrutura (desejos) de que partimos, embora não estejamos conscientes. Além disso, “a partir de cima”, pesa-nos o clima (sol, nuvens, lua, ventos), a família e os meios de comunicação com que nos educamos e vivemos. Chamamos-lhes “**Equivalentes Gerais de Valor**”, o que significa que esses valores são como o “super-ego” que nos está a julgar e que sentimos ao agir (desde o pai, o professor ou o chefe). Um mandato cultural, para ser “o ganhador”, o triunfador sobre o perdedor, o orgulho da família e da comunidade, frente aos demais, como se estivéssemos numa luta de morte pela “sobre-vivência”. Dentro do que é possível, temos de escolher. Por exemplo, no debate de Xátiva: “...nos pré-adolescentes, o facto de ser rapaz ou rapariga, está muito ligado a uma norma de género; quer dizer que o género é muito normativo. Que significa ser o rapaz perfeito? Que significa ser a rapariga perfeita?”...“retorno do patriarcado e crise do patriarcado”... Acrescentava Dolors Monferrer (pp. 165-6) que também os homens sofrem o patriarcado: “Porque da mesma forma que tive nas aulas mulheres maltratadas e sei que são pessoas com muita dor, com muitas carências e com muitos problemas...; eles são homens com muita dor, com muitas carências e com muitos problemas. Vi o mesmo numas e noutros. E é quando vejo que o



patriarcado é horrível, é castrador, é violento e faz com que as pessoas vivam mal e se prejudiquem uns aos outros.”

Neste debate do Instituto P. Feire, uma mãe leu um texto de Claudio Naranjo (p. 182): “a educação é para haver trabalhadores; não é para haver o desenvolvimento humano... para que a gente obedeça a ordens e para que não pense muito por si mesmo. Impõe a conformidade. Bourdieu, um sociólogo francês, cunhou o termo “sistema reprodutivo”... “a verdade é que o problema do mundo louco somos nós. Nós criamos o mundo louco e não reconhecemos a nossa loucura; tal como os loucos, em geral, não reconhecem a sua loucura.”... “E esse “como todos somos” chamo eu a mente patriarcal. Uma mente voraz. Queremos mais, queremos crescer, queremos dominar...”. O que nos leva a relacionar **patriarcado e relações operativas**, que levam a que a família e a escola ensinem relações de autoridade, mais do que teorias... para interiorizar a normalidade hegemónica (o que também revela a psicologia social de Pichon-Rivière ou o esquiço-análise de Guattari, etc.), ou seja, um sistema reprodutivo mais baseado em relações do que em conceitos.

Algumas feministas adoptaram as siglas do BBVA como crítica ao modelo de Burguês, Branco, Varão, Adulto, que criticam como sendo um referencial do que oprime da mesma forma trabalhadores, outras etnias e cores, mulheres, crianças e velhos/as. Haveria ainda que acrescentar CB (Caixa Bank) como “Consumista e Borde”, por exemplo. Porque o que se está criticando é o estilo à James Bond, Berlusconi, Trump, Bolsonaro, etc. e tantos outros BBVA e CB que há por esse mundo e que se apresentam como Equivalentes Gerais de Valor e têm muitos seguidores. Este modelo baseia-se na família de tipo patriarcal, triangular e normativa (embora seja muito cínica e hipócrita na realidade), em que se educaram desde há séculos meninos e meninas, onde apenas se tratam as diferenças, se regulam os desejos e os interesses, se reprimem as diferenças e as diversidades. Quem se afastar do modelo é um “perdedor” ou uma “perdedora”, não tem possibilidades de triunfar, de ter êxito na vida. Por isso, construir a partir da diversidade das pessoas que não querem ser BBVA e CB, que desde as nossas experiências vitais aspiramos a ser **criativos de valor de vida**, de uso (trabalhadores, não brancos, mulheres, não machistas, crianças, idosos, não consumistas, nem bordes) é uma oportunidade de abrir outras formas de vida, demonstrar que se pode viver com dignidade e provocar “certa inveja” ética e decente, nas comunidades cuidadoras sem acumular desperdício, violência e explorações

### **3.- Construir “ritos de passagem” através das R.O.C.E. (Relações Operativas e Conceitos Eficientes)**

Comparados com outros mamíferos, que já nascem com a faculdade de se valerem a si próprios, nós, os humanos, vimos ao mundo numa situação de grande vulnerabilidade e necessidade de interdependência. O desenvolvimento do nosso cérebro é lento e processa-se na relação com a mãe, com os jogos e com a ambiência alimentar e social que nos cabe viver. Por isso vivemos, desde a infância, contínuos desafios e ritos de passagem que nos permitem ir superando etapas e, nessa medida, construímo-nos através do que fazemos. Cada um de nós não toma decisões por si próprio, mas no quadro de vivências e relações determinadas, com uma margem de manobra que nos vai acompanhando, não determinista, ainda que tenhamos, externa e internamente, muitas condicionantes.

Não estamos condenados pelos “Equivalentes Gerais de Valor” que nos dominam, nem pelos interesses e desejos que mais intimamente nos (en)formam. Há muitos momentos nas nossas vidas em que temos de tomar decisões, tendo em conta as condicionantes assinaladas que nos rodeiam. Pertencemos sempre a alguma rede – familiar, laboral, cultural, de aldeia ou bairro, etc., mas também mudamos em vários momentos da vida. Aprendemos que os “esquemas conceptuais” podem ir mudando de acordo com as “relações operativas” e não o contrário. Que aquilo que fazemos deixa uma pegada muito maior do que aquilo que dizemos. Os conceitos são mais eficientes na medida em que correspondem a relações vividas. Assim, podemos ver, no quadro seguinte, como existem “Relações Operativas” ao longo da vida (baseadas nos desejos e nos interesses), nas quais há que tomar atitudes diferentes (nos “conjuntos de acção em que vivemos, como veremos), e, a partir delas, justificar “Conceitos Eficientes” mais adequados:

Esquema do “ciclo vital” e das “relações operativas”:

	Mudanças Biológicas	Relações Operativas	Conceitos Eficientes
Infância	Teta-cara e movimentos	Mamar e brincar Pais e escolas	Seguranças Medo/obediência
Adolescência e Juventude	Crescimento Hormonas e mais força	Ritos de passagem Grupos Aventuras	Recusas e Identificações (fechadas/abertas)
Procriação e Profissões	Capacidade laboral Ter filhos/filhas	Trabalhar, alimentar, Educar, etc.	Responsabilidade Perante os outros
Maturidade	Primeiros achques	Rotinas/conflitos Mandar/Julgar	Autoridade Cepticismo
Velhice	Sem forças, mas com experiência	Reconhecimento Mediação	Misturas e assuntos pendentos

Por exemplo, a infância em família marca para toda a vida. Mas, tal como a escola ou as relações de vizinhança, a família pode ser diferente de muitas maneiras. Dependendo de como forem as **relações (mais do que os conceitos), verificar-se-á uma certa segurança** ou situações de medos e inseguranças, uma apetência para a criatividade – desde logo, nas brincadeiras -, ou receios dos mais velhos. Uma vez que as criaturas humanas nascem muito desprotegidas, a obediência pode fazer todo o sentido durante os primeiros anos. No entanto, esta relação pode ser construída com base no temor ou na responsabilidade e através da experimentação partilhada. Não insistiremos aqui nas muitas análises, sobejamente conhecidas, de Piaget, Vigotsky ou Freire.

Vem a propósito, porém, insistir na fase da adolescência, na qual costumam ocorrer as recusas ao [meio] familiar mais próximo, bem assim como a construção das “**identificações**” que podem marcar as etapas posteriores da vida. Nos sectores progressistas não é habitualmente muito claro quais as políticas mais convenientes a adoptar nestas idades. Existe, nos programas muito

racionalistas, uma certa desconfiança fase à emergência dos desejos, que costumam ocorrer de forma alterada e contraditória; acontece que se dá mais atenção aos ritos de passagem nos sectores mais reaccionários (o militar e machista, desportos mais viris, a pornografia, as aventuras com estimulantes levadas ao limite, etc.). Poderá haver, no entanto, aventuras que passem pela solidariedade – com base nos grupos - greves nas escolas por causas justas, desportos que requerem mais colaboração entre os participantes, sexo mais responsável, desfrutar das festas que contemplem a diversidade de comportamentos, etc.

As identificações costumam ser passageiras, tal como os ritos de passagem, mas deixam marcas. É possível reconhecer, em todos os países, algumas **gerações** que as identificam através de acontecimentos vividos a partir dos desejos e práticas criativas de colaboração. E não é porque tenham existido teorias especiais que provocassem esses acontecimentos, mas sim o contrário. Com base no que aconteceu em 1968 ou nos anos 90, ou em 2011, etc., é evidente que esses ritos de passagem determinaram outra(s) forma(s) de entender a vida, assim como as respectivas consequências sociopolíticas. Há identificações muito restritas como, por exemplo, com ideologias ou religiões adstritas a uma igreja ou partido, em que a hierarquia está estabelecida de antemão, o que leva a que se possa estar a favor ou contra – os próprios ou os estranhos. Mas podem verificar-se outros **acontecimentos** que sirvam de rituais de passagem para posições mais abertas e criativas, não tão hierarquizadas, não tão patriarcais.

Nem tudo pode ser “matar o pai” e ficar destroçado, como Édipo, com todos e consigo próprio. Há outras possibilidades, como Telémaco (esperar que chegue Ulisses, de acordo com Recalcati, 2014), ou mesmo prescindir da família (como a formação de Leonardo, numa oficina de artesãos). “Esquecer” a família de sangue e de origem pressupõe todo um desafio, e trata-se de algo, na formação pedagógica, que ainda não está totalmente construído para as idades adolescentes. O facto de actualmente estarmos em trânsito para uma nova situação de muitas famílias variáveis, diferentes e “desejadas” pode ser uma oportunidade para democratizar as relações, tendo por base as idades e o género. O patriarcado foi denunciado pelas mulheres, mas deve ser também re-equacionado pelos adolescentes (masculinos e femininos), uma vez que contempla práticas repressivas sobre as **diversidades**, sobre as grandes possibilidades de criatividade social nessa etapa de emergência dos desejos.

Nas etapas de procriação-profissões, maturidade e velhice podem produzir-se também novas experiências ao nível dos rituais de passagem (tipos de trabalho cooperativo ou hierarquizado, lutas por melhorias sociais, vanguardismos elitistas, etc.). Como se pode comprovar, não estamos a pôr a tónica tanto nos conteúdos ideológicos como nas formas de **articular “vínculos”** e nas relações operativas. Porque, aquilo que verificámos é que poder mudar as “relações operativas”, na prática, é uma base muito mais transformadora do que os debates sobre “esquemas conceptuais”. Se num processo prático e vivencial pudermos, por exemplo, cooperar, as noções comuns são mais fáceis de encontrar. É costume as questões conceptuais, ideológicas e de protagonismo dividirem-nos. Fica-nos muito mal apelar aos “egos” quando discutimos, mas disfarçamo-lo com justificações teóricas. Quando se ultrapassam as rivalidades pessoais e se coopera para um objectivo concreto, é mais factível construir as criatividades sociais possíveis.

Antigamente, os mais velhos, os avós, os que já não são apenas pais ou mães, morriam mal acabava o seu percurso laboral; agora podem ser novos **ativos potenciais**. Já não têm o mesmo peso [social], mas é possível reconhecer a experiência acumulada nos [seus] corpos e espíritos. Enquanto reformados, mais do que assalariados, já não têm chefes (excepto o Estado), e isso “sociopolitiza-os” mais facilmente. Agora podem dedicar-se a coisas que estavam pendentes, mais artesanais e mais criativas, a novas amizades mais abertas e menos dogmáticas, o que lhes pode dar um papel na mediação de conflitos familiares ou sociais. Trata-se de novos rituais de passagem muito menos patriarcais que é possível considerar, uma vez que têm muito pouco a perder e muito a dar – na medida em que, na nossa sociedade, aumenta a esperança de vida.

#### 4.- Estratégias participativas com os “conjuntos de acção”.

Nestes debates no Instituto Paulo Freire põem-se igualmente questões como “Quem são os oprimidos?” ou “Com quem construímos e com quem não o podemos fazer?” Contempla-se “unir relações”, mas perguntamo-nos se isso se faz com “empatia” ou “compatia”<sup>23</sup>, por exemplo. Ou talvez com “simpatia”? Outro exemplo desse tipo de “diálogo de saberes” que nos separa mais do que nos une. Ainda bem que David Alegre (pág. 147) critica o facto de “exigirmos demasiado” do tipo de relações a estabelecer, seja na educação ou nos movimentos sociais. No entanto, o debate continua em aberto, dado que, quais são os limites e como olhamos os outros? Pep Aparicio, por exemplo, considera que “escutar é sempre produtivo”, mas (pág. 223) recupera a ideia de “**transduzir**”... que lhe parece mais adequada do que a de “considerar-pensar-etiquetar... os outros como vítimas, o que os despolitiza, despolitiza e desmobiliza as práticas educativas, socioculturais... de liberdade e, sobretudo, obstaculiza-neutraliza qualquer confiança-resistência singular e comum...”. Estamos de acordo quanto a não etiquetar, mas, escutar para quê? Aqui entram, então, os “mapas estratégicos” que desde há anos vimos fazendo com os movimentos sociais, nos processos participativos, a partir dos “grupos motores” que veremos mais adiante.

Aprendemos os “**mapas estratégicos**” com Paulo Freire (2008), mas, através das nossas práticas em todo o tipo de processos participativos, damos-lhes uma aplicação muito mais ampla e operativa. É uma forma de reconhecer os grupos sociais nas suas classes e subclasses, além da sua pertença ideológica, organizativa e emotiva. As ideologias são tidas em conta, não como um todo coerente em cada sector ou grupo, mas como elementos contraditórios com várias faces, de acordo com as “relações operativas” em que se constroem. Como poderemos ver, as relações marcam mais do que os conceitos, mais do que as ideologias que justificam as práticas. Trata-se de relações não deterministas muito complexas, que podem estar a mudar mais do que os pré-conceitos em que cada qual tenha sido educado, como veremos nas secções seguintes. O gráfico que apresentaremos deveria estar sulcado por relações emaranhadas, aparentemente caóticas, como se fosse um mangal ou um rizoma, nos quais as “tramas” de relações obedecem a muitas variáveis e não apenas à de classes sociais deterministas. Para simplificar, situamos os “conjuntos de acção” apenas entre um eixo

---

<sup>23</sup> Inspirado por simpatia.

esquerda/mobilização e direita/imobilizações, e outro eixo vertical entre os activistas e os passivos, isto de acordo com a posição de comunicação que ocupam (pode ver-se uma versão prévia na Rede CIMAS, 2015, embora aqui surja como uma versão mais aplicada à comunicação).

Propomos, através destes “mapeamentos estratégicos”, um gráfico daquilo que nos está a acontecer, e como o podemos analisar e ultrapassar. Acima de todas as pessoas e grupos estão os “Equivalentes de Valor”, dominantes, que se transmitem sobretudo através dos media (TV, medo das pessoas, mortes e catástrofes, preocupe-se com o sexo e o futebol, vejam os comentadores a guerrear-se), e tudo isso pode ser comentado através das redes sociais, como uma votação permanente e controlada. Na coluna da direita da imagem, aparece o campo ao qual **as perguntas chegam assinaladas**, as agendas preparadas e as possibilidades de debater com alguém que vos insulta quase nulas. À esquerda do esquema podem ver-se as percentagens de “activistas”, “apoiantes”, e “**nós retransmissores**”, até chegar à grande “maioria silenciosa” (e o seu apêndice mais passivo). Estas percentagens podem ser comprovadas através das grandes mobilizações, das votações, etc., da mesma forma que no bairro, no trabalho ou nas amizades. Todos estamos em várias destas “tramas” e são elas que nos constituem como actores sociais.

### O campo dos “conjuntos de acção”

#### *Equivalentes gerais de valores dominantes:*

(0,1%) mortes <u>activistas</u>	Crítica	<b>Negociadores</b> mediadores	<b><u>Populistas</u></b> grandes eventos e trolls que polarizam as pós-verdades	futebol mortes TV Sexo comentadores
(1-2%) <u>apoiantes</u>				Clientelas
(25-30%) Nós retransmissores		Movimentos de “cuidadores”		Redes Sociais
(50-60%) Maiorias silenciosas	Queixas basistas	Desencantados flutuantes		Medos e Ausências
(10-20%) <u>passivos/as</u>	mobilizações?	imobilizações?		

No gráfico aparece, a título de exemplo, um “mapeamento estratégico” no qual se assinalaram os três “**conjuntos de acção**” mais habituais. Nele podemos identificar os grupos activistas de crítica-crítica (marxistas, feministas, ecologistas, etc.), mais ou menos conflituantes entre si, cada um com o seu manifesto e o seu programa diferencial. Apenas em alguns casos (de implicação e escuta) se ligam a alguns movimentos de **cuidadores** (quer dizer, aqueles que contam com percentagens de “apoiantes” e “retransmissores”). “Apoiantes” são aqueles que vão uma ou duas vezes por ano a uma reunião ampla (100 pessoas numa população de 10.000, por exemplo, em que os activistas serão uns 10 quanto muito). No entanto, a chave para a mobilização das pessoas está muito mais nos “retransmissores” que não vão às reuniões, mas que se encarregam da tarefa de comentar, nas suas redes de vida quotidiana, os temas que se quiser. A escuta activa é a que se preocupa com estar atenta a tudo isto e aprende com o que vem destas bases. Há outros “conjuntos de acção” no gráfico. Podemos identificar os grupos e famílias com perfil mediador, os “**negociadores**”, porque se encarregam de negociar pelas pessoas, sem que estas participem nas tarefas ou mobilizações, uma vez que são os seus representantes. Isto significa que podem colher de todos os lados, de acordo com as conjunturas, mas também têm debaixo de si uma massa de posições flutuantes, que se vão desentendendo umas com as outras. Flutuantes que por vezes se situam em movimentos sociais, outras vezes votam com os populistas de diversas índoles, e outras ainda não apoiam nada. Depende de como se articulam as variáveis em cada momento. Mas aparecem também os conjuntos de acção de tipo “**populista**”, que se podem apoiar no que se repete nos media e através das redes sociais, relativamente ao que mais se polariza. Muita gente não quer aventuras, mas sim que lhe “seja dada” alguma segurança (pode ser de mudança ou de manter as tradições). As “pós-verdades” muito repetidas podem ser uma realidade para muitos “nós retransmissores”, e isto é decisivo no senso comum construído.

Para transformar o mundo (o nosso, geral) é bom ter uma ideologia e um programa, mas, muito mais decisivo é dispor das forças necessárias para a mudança. Na verdade, não podemos ficar isolados a repetir as nossas verdades, mas sós. As forças podem agrupar-se ouvindo e **articulando acções** com os conjuntos de acção mais próximos, dividindo os conjuntos opostos em função das suas contradições, construindo a segurança de um programa com as pessoas de base (as queixas dos desencantados). Por isso, a ideologia tem de estar aberta à escuta da diversidade (de acções e de senso comum) e poder criar, de forma cooperativa, mobilizações e organizações capazes de transformar as explorações e as opressões, bem assim como os “equivalentes gerais de valor”. Não se trata apenas de um dia votar num programa, mas antes criar os grupos motores com os movimentos (associações, círculos) que utilizem estratégias inclusivas no quotidiano.

Não me parece que estes comentários possam alterar a posição ideológica, nem parece lógico pretendê-lo. Se queremos vencer as forças que nos exploram e oprimem, o que se pretende é poder agir de forma coordenada. Para isso, é necessário conciliar estratégias apropriadas a partir da diversidade. Os métodos democrático-participativos podem ajudar a **ultrapassar sectarismos**. Por exemplo, nas eleições autárquicas de 2015, em Espanha, puseram-se em marcha vários processos de base que apresentaram candidaturas bem-sucedidas. No entanto, para as eleições de 2019, alguns partidos e lideranças organizaram-se a partir de cima, o que vai gerar muitas divisões e menos entusiasmo em baixo. Pelos vistos, parece que não somos capazes de aprender, nem com os nossos

erros, nem com os nossos sucessos. Em Espanha, não é necessário conhecer o dirigente ou líder dos reformados ou das feministas para participar nas suas campanhas de mobilização ou exigências face ao Estado. Têm-se registado fortes mobilizações, mas ninguém conhece os ou as líderes, nem parece que isso faça muita falta. Podemos aprender com as suas formas de organização, que nos ensinam a democracia de base, a democracia participativa?

##### 5.- Os grupos motores “de cuidadores” e as suas práticas participativas.

No esquema dos “conjuntos de acção” que apresentámos, utilizámos o adjectivo “cuidadores” para caracterizar alguns movimentos sociais; isso acontece porque, embora muitos possam ser de cidadãos, nem todos o fazem com “cuidados”. Trata-se de um adjectivo que algumas feministas utilizam para mostrar as diferenças que fazem com que os estilos sociopolíticos possam ser menos patriarcais, menos hierarquizados e competitivos. Outras falam em como “feminizar a política”, evitando competições entre “machos-alfa” ou “egos” excessivos. Trata-se de **cuidar dos grupos e dos processos**, e não de competir para ser “o chefe”. Nos casos que acompanhamos há mulheres, jovens, idosos, etc., mas o mais notável é a existência de “grupos motores”, ou seja, colectivos informais que se juntam para levar a cabo alguma tarefa concreta, durante um tempo variável, mais do que por afinidades ideológicas ou visando uma organização fechada. No debate que nos serve de exemplo, no Instituto Paulo Freire, Dolors Monferrer comentava que há (pág. 128) “mulheres analfabetas e sem meios económicos, mas que têm um sentido colectivo, de comunidade, uma interdependência entre elas e uma admirável capacidade de criar. Aprendo com elas.” Este tipo de pessoas, numa relação de apoio mútuo com profissionais comprometidos, podem formar parte dos grupos motores de que falámos. E assim se constroem experiências que nos vão treinando para as “democracias construídas a partir de baixo.”

Um comentário final de Pep Aparicio no mesmo debate (pág. 220) resgata a “transdução” e a “superação”: “Uma genuína superação e abertura para a dimensão actuante e ético-política da educação... acontece através de vínculos, afectos, relações e mediações, funcionando sempre a partir de uma dinâmica ético-política *in acto* e... mobilizando os corpos, rompendo isolamentos – reais e fictícios... Organizar-se para dar vida a novos acontecimentos”... “que não dê respostas, mas que questione,...” ... “com diferentes e diversas porosidades trespassa/deixa-se trespassar/trespasa-se, de maneira “transdutiva” e praxica...” Trata-se de conceitos que utilizamos na socio-práxis para reflectir os analisadores (provocações) nos processos em que estamos comprometidos. **Não gostamos do papel de “vanguardas”** consciencializadoras, mas de criar espaços de criatividade social, a partir dos cuidados de um grupo motor misto, heterogéneo, até que seja possível influenciar conjuntos de acção mais alargados.

Tal como assistimos, nos partidos políticos, a uma competição interna permanente para se ser líder e a competições externas para que [os partidos] sejam mais representativos, nestes “grupos motores” há formas de estar mais de “**rectaguarda**”. Fazem parte mais de experiências daquilo a que se convencionou chamar movimentos sociais ou democracias participativas, do que democracias representativas. A forma de funcionar é mais afectuosa, isto é, uma pessoa pode ser mais conhecida ou a que fala melhor, mas é outra que trata do bom relacionamento e do ambiente interno, assim



como outra pode encarregar-se de dar conta das resoluções e de relembrar as tarefas, ou outra ainda de algumas actividades que é capaz de fazer melhor do que os outros, etc. Além disso, não é para sempre, trata-se apenas de criar bom ambiente durante o tempo que dura o processo, porque, se não for assim, anda-se a contragosto e tudo pode ruir.

Alguns exemplos de métodos que vimos pôr em prática indicam que há novas formas de ser “cuidador” e de construir **democracias participativas**. Por exemplo, quando se dá início a um processo de implicação, muita gente se adianta a fazer as suas propostas, que julga serem as mais justas. Mas, antes disso, haveria que ter em conta os “critérios” comuns que permitem que tal processo tenha uma certa unidade de fundo, que se detectem as principais carências, os obstáculos a superar e, depois, poder-se-á ver se cada proposta corresponde às necessidades colectivas. Parece bastante lógico, mas é costume fazer-se pouco. Queremos ocupar-nos mais dos processos democráticos, mas logo nos engalfinhamos porque “a minha solução é a melhor”, quase sem termos ouvido outras razões, ou os critérios comuns que permitiriam valorizar cada uma das soluções propostas – em função de acordos previamente estabelecidos. Numa ilha na qual havia uma verba disponibilizada pelo governo para ser utilizada num processo participativo, perguntaram-nos como deviam fazê-lo. Dissemos para reunirem os interessados e que, a partir de experiências anteriores, fossem acordados critérios comuns, o que seria tornado público através de uma convocatória para apresentação dos projectos. Todos foram muito solidários no momento de **propor os critérios**. Em contrapartida, quando os projectos foram apresentados, cada um defendia o seu. Tratava-se das mesmas pessoas e associações; no que tocava ao diagnóstico e aos critérios eram o mais solidários possível, mas, quando se tratava de lutar pelos projectos, sobressaía a veia da rivalidade. Não se trata de as pessoas serem boas ou más, trata-se de os procedimentos nos fazerem mais competitivos, se para isso nos impelem, ou mais solidários, conforme as circunstâncias, como neste caso.

Os debates e as decisões são-nos habitualmente apresentados sob a forma de dilemas, e somos coagidos a tomar partido por uma ou outra solução de entre as mais populares, nas redes sociais ou entre os comentadores televisivos. No entanto, por trás de cada dilema há uma pergunta ardilosa que nos obriga a decidir entre duas coisas que não têm de ser do nosso agrado. E que costuma esconder outras posições possíveis, que não se citam ou se tomam como não viáveis. Por exemplo, o trabalho com os migrantes ou com os autóctones de cada sítio. Mas depende também dos trabalhos que uns fazem melhor do que outros, para além da sua origem, talvez por serem jovens ou idosos, terem competências ou não, terem experiência ou não, etc. Para que se possa tomar uma boa decisão, costumamos, nas nossas práticas, **devolver a informação** às pessoas. Mas fazemo-lo apenas depois de termos ouvido cinco ou seis posturas diferentes, entre as quais pode haver várias “inclusivas”, não excludentes. Trata-se daquilo a que chamamos “pentalemas” ou “multi-lemas”, que ultrapassam os dilemas.

Há pessoas que se dizem defensoras das assembleias, acrescentando que é o melhor método democrático, mas há que ter “cuidado” com o que se faz. Há um **tipo de assembleias** nas quais a informação é propriedade só de alguns; isto faz com que se transformem em “plebiscitos” em que não cabem mais posições do que aquelas que nos são transmitidas. É bom que todas as pessoas que querem assistir livremente a uma assembleia sejam consultadas uma ou duas vezes por ano, mas a informação deve ser previamente preparada por grupos que saibam do que se está a tratar,

contemplando a diversidade de posições possíveis, e não apenas dilemas ou se se vai apoiar este dirigente ou aquele. Para que uma assembleia seja participativa toda a gente deveria poder dar a sua opinião, e isso só é possível se as pessoas forem divididas em pequenos grupos, durante um certo tempo ou em momentos que antecedam a reunião. Costumamos organizar debates e reuniões ao longo do ano, dando informação diversa e elementos comparativos e, quando chega a assembleia também se podem organizar pequenos grupos que, durante um certo tempo, podem discutir de forma aleatória.

E também não é forçoso que se vote numa solução contra outras. Pode-se **repartir os pontos**, como se fossem moedas ou grãos [de bico], e que cada um possa distribuí-los entre as várias alternativas apresentadas. A uma pode atribuir-lhe 5 pontos, a outra 3 e a outra nenhum, por exemplo. Ou ainda organizar outro tipo de distribuição, de forma que cada um, além de ver e defender a sua proposta, veja e conheça as outras possíveis que se tenham apresentado – e que não têm de ser incompatíveis com a sua. E que, inclusivamente, podem acrescentar-se ou encaixar-se após os resultados da votação. Na verdade, o que costumamos fazer, depois do escrutínio dos pontos atribuídos pelos participantes, é tentar que as propostas mais estruturadas possam ser consideradas e articuladas através de um diálogo aberto. Uma vez que as pessoas já puderam ver que algumas propostas foram pouco pontuadas e outras recolheram muitos apoios, com base nestas valorizações prévias o consenso torna-se mais fácil.

Até agora não houve necessidade de “representantes”, pois é possível construir os auto-diagnósticos e as ponderações apenas com “grupos motores” e com alguém a desempenhar o papel de facilitador ou cuidador. Como, nestes processos com democracias participativas as pessoas se vão conhecendo, vê-se quem se interessa e o que sabe sobre esta ou aquela área, quem é mais cuidador, quem fala com desenvoltura em público, quem faz a mediação e facilita nas reuniões, quem é sistemático a tomar notas de acordos e decisões, quem se preocupa em lembrar as tarefas, etc. De tal forma que pode haver uma **distribuição de funções**, incluindo o papel de porta-voz para umas ou outras coisas (não tem de ser a mesma pessoa para tudo). O facto de se distribuírem as tarefas e os papéis e que, além disso, possam ser rotativos, de acordo com o que se vai experimentando, pode ser uma grande escola democrática. Contrariamente, o que se costuma fazer em primeiro lugar é a escolha do responsável e, em seguida, o para quê. Ou seja, em nossa opinião, começa-se a construir a casa pelo telhado.

Um factor muito importante consiste na possibilidade de se ter um “**observatório**”, e organizar sessões com regularidade, para que sejam atempadamente detectados desvios dos critérios iniciais ou das formas de cuidar do processo. Há quem afirme que a democracia participativa consiste em controlar o poder, mas isso pressupõe que já existe um poder distante que é preciso controlar, e que isto se faz imediatamente após alguém ter exercido o seu poder. Não é mau que se controlem os poderes existentes, mas é muito melhor que se possa prever aquilo que não gostamos que venha a acontecer. Um observador ou um observatório permitem-nos desenvolver um tipo de “coerenciómetro” em vez de termos de controlar os poderes – próprios ou alheios. Isto quer dizer, por exemplo, um quadro de dupla entrada no qual se inscrevem os critérios ou os objectivos definidos colectivamente à partida, cruzando-os com as actividades que se vão realmente levar a cabo – ou já se realizaram –, para que sejam visíveis as prioridades ou os desvios.

Não é assim tão complicado habilitarmo-nos para estas práticas de democracia participativa e utilizar estas pedagogias transformadoras, estes rituais de passagem para uma construção um pouco mais colaborativa. Não estamos a “consciencializar” ninguém da nossa ideologia ou religião. Pelo contrário, estamos a respeitar o facto de cada um partir dos seus princípios sempre que não os queira impor aos outros. E, através **da prática de construção colaborativa** vamo-nos dando conta do quão interessante pode ser cada posição das que vamos conhecendo. É a partir da diversidade que se pode exercer este tipo de criatividade, e não a partir da uniformidade de posições em que nos querem doutrinar. Na medida em que possamos tornar “habitual” este tipo de práticas e de processos, que vão construindo uma cultura de “cuidadismo”<sup>24</sup>, de não delegar nos “espertos”, nos “melhores”, etc., mas antes confiar nas próprias forças colaborativas, nas capacidades que vamos apurando, é assim que podemos ir ultrapassando os desânimos em que nos foram deixando aqueles que nos faziam tantas promessas, que nos consciencializavam.

Há pessoas que aderem à servidão voluntária quando lhes falhámos pelo estômago e pelas fantasias, que embarcam noutras fantasias com a esperança de que essas outras pessoas não nos falhem. Talvez alguém tenha prometido o socialismo e se tenha ficado pelo pouco que a “globalização neoliberal” o deixou fazer; inclusive alguns “compagnons de route” se deixaram tentar pela cobiça ou pelo clientelismo. Não é a primeira vez que acontece, e as pessoas experimentam com outros, a ver se sim, se são estes os que “nos representam” e nos dão mais “segurança”. Mas, aquilo que estamos a tentar expor é que só através de experiências que se constroem para além de umas quantas pessoas-responsáveis - que se constroem com base noutras práticas colectivas, não tão delegadas -, é possível evitar as tentações do poder. Todos somos humanos, e se nos põem numa corrida para ver quem é mais experto e com quem devemos competir, é evidente que tudo corre pior, ao passo que, se nos exercitarmos noutros tipos de **processos mais co-labor-ativos de base**, é verdade que vêm ao de cima os aspectos mais solidários e criativos. Pelo menos nos sectores populares, é o que nos parece ser aquilo de que necessitamos.

## Bibliografia

ALEXANDER, Ch. **La ciudad no es un árbol**. *Architectural Forum*, nº 1, volumen 122. 1965

BARTRA, R. **Antropología del cerebro**. Ed. Pre-textos. Valencia, 2006.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: acerca de la fragilidad de los vínculos humanos**. FCE. Madrid, 2005.

BOURDIEU, P. **La dominación masculina**. Anagrama. Barcelona, 2005.

BRAIDOTTI, R. **Transposiciones. Sobre la ética nómada**. Ed. Gedisa. Barcelona, 2006.

CARRASCO, C. **Sostenibilidad de la vida y ceguera patriarcal. Una reflexión necesaria**. Atlánticas – Revista Internacional de Estudios Feministas, 2016.

---

<sup>24</sup> De “cuidador”.

CORELLA, I., BOROX, P., APARICIO, P. **Nueva educación permanente: saber, emancipación y practicabilidad de la vida.** Instituto Paulo Freire España. Xativa (Valencia). 2019.

DAMASIO, A. **Y el cerebro creo al hombre.** Ed. Destino. Barcelona, 2010.

DELEUZE, G. y GUATTARI, F. **El Anti-Edipo. Capitalismo y esquizofrenia.** Paidós. Barcelona, 1985.

De VITA, A. El trabajo en las economías diversas como aprendizaje que crea valor. En Corella et al. **Nueva educación permanente.** Instituto Paulo Freire. Xativa (Valencia) 2019

DEBORD, G. **La sociedad del espectáculo.** Castellote Ed. Madrid, 1976.

ERIKSON, E. **El ciclo vital completado.** Ed. Paidós. Barcelona, 2000.

FANON, F. **Los condenados de la tierra.** Txalaparta. Tafalla, 1999.

FOUCAULT, M. et alii. **Espacios de poder.** Ed. La Piqueta. Madrid, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido.** Siglo XXI. México. 1970

FREIRE, P. y SHOR, I. **Miedo y osadía. La cotidianeidad del profesor.** Ed. CREC e Instituto Paulo Freire España. Xátiva (Valencia) 2008.

GALTUNG, J. **Transcender y transformar.** Quimera Ed. México, 2004.

GAY, G. **Las piedras falaces de Marrakech - penúltimas reflexiones sobre historia natural.** Ed. Crítica. Barcelona, 2001.

GRANOVETTER, M. La fuerza de los vínculos débiles. **Revista Análisis de Redes Sociales, Política y Sociedad** (nº 33). Universidad Complutense de Madrid, 2000.

GUATTARI, F. **Psicoanálisis y transversalidad.** Siglo XXI. Buenos Aires, 1976.

GUTIÉRREZ, R. Políticas en femenino: transformaciones y subversiones no centradas en el estado. **Revista Contrapunto** (n.º 7). UDELAR. Montevideo, 2015.

HARVEY, D. **Espacios de esperanza.** Ed. Akal. Madrid, 2000.

IBÁÑEZ, J. **Por una sociología de la vida cotidiana.** Siglo XXI. Madrid, 1994.

LANS, A. **Una Clínica Esquizoanalítica.** Imaginante Ed. Argentina, 2018.

LAVAL, Ch. y DARDOT, P. **Común. Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. Ed. Gedisa. Barcelona, 2015.

MATURANA, H. **Del ser al hacer**. Comunicaciones Noreste. Santiago, 2008.

PICHON-RIVIÈRE, E. **El proceso creador**, ed. Nueva Visión, Buenos Aires, 1987.

PICHON-RIVIÈRE, E. **El proceso grupal**, ed. Nueva Visión, Buenos Aires, 1999.

RECALCATI, M. **El complejo de Telémaco**. Padres e hijos tras el ocaso del progenitor. Ed. Anagrama. Barcelona, 2014.

RED CIMAS. **Metodologías participativas: sociopraxis para la creatividad social**. Ed. Dextra. Madrid, 2015.

RIVERA, S. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Revista Temas Sociales** (n.º 11) IDIS-UMSA. La Paz, 1987.

OROZCO, A. **Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Ed. Traficantes de Sueños. Madrid, 2014.

SAMPEDRO, V. **Dietética digital: para adelgazar al gran hermano**. Icaria Ed. Barcelona, 2018.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Ed. Txalaparta. Tafalla, 2003.

VARELA, F. **Conocer. Las ciencias cognitivas: tendencias y perspectivas**. Ed. Gedisa. Barcelona, 1998.

VILLASANTE, T. **Desbordes creativos**. La Catarata. Madrid, 2006.

VILLASANTE, T. **Redes de vida desbordantes; fundamentos para el cambio desde la vida cotidiana**. Ed. La Catarata. Madrid, 2014.

VILLASANTE, T. **Democracias transformadoras: experiencias emergentes y alternativas desde los comunes**. El Viejo Topo. Barcelona, 2017.

ZIBECHI, R. **Movimientos sociales en América Latina. El “mundo otro” en movimiento**. Zambra. Málaga, 2018.

---

*Tradução da língua espanhola por  
Manuel Soares e Alberto Melo ((Junho de 2019)*



## 38.L'engagement associatif vecteur de citoyenneté ?

[Tribune Fonda N°220](#) - Associations et citoyenneté en Europe - Décembre 2013



Hélène Bonvalot  
Décembre 2013

Cet article a été rédigé à partir des contributions du séminaire « De l'engagement à la citoyenneté, quel rôle pour les associations aujourd'hui en Europe ? », qui a été organisé le 14 juin 2013 par la Fonda, Pour la Solidarité, la Maison de l'Europe de Paris et la Mairie de Paris.

Vingt ans après sa création par le Traité de Maastricht, la citoyenneté de l'Union européenne reste méconnue et peu lisible. Sur le plan juridique, elle découle de la nationalité d'un État membre et octroie le droit de circuler et de séjourner librement en Europe. Sur le plan politique, elle peine à dépasser le stade de « coquille vide » et à susciter un sentiment d'appartenance à un projet collectif. Souvent réservés aux euro-spécialistes, les débats européens ne mobilisent qu'une minorité avertie des cinq cent millions de personnes qui vivent en Europe.

Comment les associations participent-elles au développement de la citoyenneté européenne ? Quelle est leur contribution au dialogue civil en Europe ? Leur implication se limite-t-elle à la défense d'intérêts au sein de plateformes de lobbying bruxelloises ? L'espace européen peut-il proposer une alternative au faisceau de contraintes réglementaires liées à la mise en œuvre d'une économie de marché ? Comment revenir aux valeurs fondatrices d'égalité des droits, de solidarité et de liberté qui sont au cœur du projet européen ?

En donnant la parole à des acteurs associatifs non spécialistes de l'Europe, voire éloignés des questions européennes, nous avons souhaité envisager les moteurs de l'engagement citoyen au niveau européen et valoriser la contribution des associations à la construction d'une Europe proche des citoyens et de leurs réalités.

## *Être citoyen par l'affirmation des différences et des spécificités*

*Cette partie a été rédigée à partir de l'intervention de Françoise Coré, membre du bureau politique d'AtD Quart Monde France : [www.atd-quartmonde.fr/](http://www.atd-quartmonde.fr/)*

La citoyenneté est inscrite dans les gènes d'ATD Quart Monde. Créé en 1957 par le père Josef Wresinski, ce mouvement a pour finalité de rassembler les citoyens à l'échelle mondiale dans le but d'éradiquer la pauvreté. Initialement baptisée « Aide à toute détresse », cette association française deviendra le mouvement international « Agir tous pour la dignité » (en anglais *All together for dignity*). Outre une vocation européenne et mondiale, ATD Quart Monde privilégie la rencontre entre des citoyens en situation de pauvreté et des personnes solidaires qui s'engagent dans la lutte contre la grande pauvreté. Cette rencontre permet d'établir ensemble les conditions d'une véritable participation citoyenne pour se libérer de la misère et participer à un processus d'émancipation.

Organisées tous les deux ans à Bruxelles, les universités populaires Quart Monde sont une action emblématique du mouvement. Hébergées par le Comité économique et social européen, ces universités réunissent des personnes en situation de grande pauvreté, des citoyens solidaires et des experts thématiques. En faisant dialoguer citoyens et techniciens, en favorisant les échanges transnationaux sur des réalités communes, cette enceinte permet d'expérimenter le sentiment d'appartenance à une même Europe. De ce dialogue (constructif ou qualifié parfois de dialogue de sourd...) naît la conscience d'appartenir à une grande communauté européenne.

La citoyenneté est un concept qui s'expérimente et qui évolue. Nous sommes citoyens dans la relation aux autres. C'est en affirmant nos différences et nos spécificités que nous exerçons pleinement notre citoyenneté. L'Europe est un espace à investir, qui doit garantir l'accès aux droits fondamentaux (santé, éducation, logement, travail, justice...) et permettre une réelle participation démocratique. **C'est en participant à la vie publique, en prenant la parole, en débattant, en contribuant à la définition, la mise en œuvre et l'évaluation des politiques publiques que nous donnons corps au concept de citoyenneté européenne.**

### **D'accord avec l'idée européenne mais contre la réalité européenne**

*Cette partie a été rédigée à partir de l'intervention de Jean Hurstel, président-fondateur de Banlieues d'Europe : [www.banlieues-europe.com/](http://www.banlieues-europe.com/)*

Le réseau Banlieues d'Europe a été créé en 1980 en Lorraine à la frontière franco-allemande. Né à la périphérie des deux pays, il rassemble des projets culturels participatifs et innovants ancrés dans les banlieues des villes européennes. Sa dénomination est en elle-même révélatrice de la diversité européenne, le concept de banlieue renvoyant à des réalités différentes selon les pays. Tandis que l'imaginaire français renvoie à une concentration des difficultés économiques et sociales (chômage des jeunes, familles monoparentales, délinquance, trafic de drogue, fondamentalisme religieux...) voire à un « enfer concentrationnaire », le concept de banlieue est associé aux quartiers huppés dans des pays tels que la Belgique ou l'Angleterre.

Les quartiers populaires sont les premières victimes de la montée des partis extrémistes, nationalistes et xénophobes en Europe. Or, le fantasme de la haine de l'autre ne peut être déconstruit que par l'action artistique et culturelle. Contrairement aux idées reçues, les habitants des quartiers populaires font preuve d'une grande créativité et utilisent la culture comme levier pour promouvoir la citoyenneté et le vivre-ensemble. De nombreuses expériences montrent que l'imaginaire et le symbolique peuvent



conduire à une expérience de démocratie directe. Un défilé intercommunautaire privilégiant l'expression musicale est ainsi organisé chaque année dans les rues de Belfast, pour contrer les manifestations identitaires catholiques ou orangistes. De même, la participation d'habitants des quartiers défavorisés à des manifestations culturelles dans le centre de Lyon permet de dépasser leur posture d'exclus et d'ancrer leur appartenance à la ville.

Pour les habitants des quartiers marginalisés, l'Europe n'existe pas. Et pourtant, installés dans des quartiers à forte mixité ethnique, ils évoluent au quotidien dans un imaginaire transnational. Ils sont paradoxalement d'accord avec l'idée européenne, mais contre sa réalité économique et son approche utilitariste. En résumant la construction européenne à des arguments rationnels dénués de toute épaisseur sentimentale, les décideurs européens ont fait un contre-sens majeur, à l'origine du fossé qui sépare les citoyens des institutions. Or, **la citoyenneté européenne se construira par la culture**, c'est-à-dire par la consolidation de valeurs et de représentations communes en Europe.

## **Redonner une légitimité aux citoyens face aux experts**

*Cette partie a été rédigée à partir de l'intervention de Bérénice Jond, présidente d'Animafac :*  
[www.animafac.net](http://www.animafac.net)

Créé en 1996, Animafac est un réseau national d'associations étudiantes qui vise à promouvoir l'engagement des jeunes et à faire (re)connaître la vitalité du monde associatif étudiant pour rompre avec les clichés négatifs véhiculés par les médias. Alors que l'engagement citoyen est au cœur de son projet associatif, Animafac s'est intéressé récemment à la dimension européenne de la citoyenneté. Cette réflexion est née d'une expérience de démocratie participative initiée dans le contexte électoral français de 2012.

Partant du principe que chaque citoyen peut être force de proposition s'il est correctement informé, La Fabrique Citoyenne visait à faire entendre la parole des jeunes, à favoriser leur implication dans des dynamiques collectives et à promouvoir une démocratie interactive au-delà du geste électoral. Quarante jeunes âgés de 16 à 30 ans ont ainsi participé à deux sessions de trois jours de travail, durant lesquelles ils ont formulé un projet de société pour demain et envisagé des actions concrètes dans trois domaines : éducation, économie et Europe. Ils ont ensuite présenté leurs propositions aux différents candidats à l'élection présidentielle.

À l'initiative de la [Fondation Evens](#), ces jeunes ont partagé leur expérience avec des homologues européens engagés dans des dynamiques citoyennes. Réunis au sein du projet *I am Europe*, vingt-cinq jeunes ont ainsi dialogué, échangé des bonnes pratiques et partagé leurs interrogations sur l'Europe. Tous ne sont pas des euro-geeks. Beaucoup s'interrogent sur leur adhésion au projet européen. La moitié des participants a toutefois accepté de renouveler l'expérience. C'est en créant des espaces de dialogue entre pairs, en redonnant une légitimité aux citoyens face aux experts que l'on favorise l'implication citoyenne. Le passage d'une construction économique à une union politique découlera de la rencontre entre Européens et de l'articulation entre les différents niveaux d'exercice de la citoyenneté. L'Europe ne peut demeurer l'apanage des euro-convaincus.

## Quelques enseignements pour reconquérir la citoyenneté européenne

Parmi les principaux enseignements qui ressortent de ces témoignages, il est important de donner la parole aux sans-voix (les pauvres, les jeunes, les exclus, les populations marginalisées et éloignées des centres de décision...) et d'entendre ceux qui s'interrogent sur l'Europe pour redonner une légitimité à l'espace politique européen. L'Europe ne peut se limiter à un club d'euro-convaincus. Partant de la conviction que tout citoyen peut être force de proposition s'il est correctement informé, il est urgent d'ouvrir les barrières socio-culturelles qui existent à l'intérieur de l'Europe et d'écouter ceux qui sont classiquement éloignés des enceintes médiatiques.

La citoyenneté ne peut être décrétée d'en haut. C'est une construction qui émane du terrain, du partage d'opinions, de l'affirmation des différences et des spécificités de chacun. Être citoyen européen ne signifie pas renoncer à son identité. Au contraire, la citoyenneté naît de l'affirmation de chacun, l'expression artistique et culturelle étant un terrain particulièrement fécond pour libérer l'imaginaire individuel et collectif.

C'est en favorisant la rencontre entre citoyens européens, hors du cadre institutionnel et du microcosme bruxellois, que se créent des espaces propices à la consolidation de valeurs et de représentations communes. C'est en redonnant une légitimité aux citoyens face aux technocrates et en privilégiant les relations transnationales que la citoyenneté européenne pourra prendre corps.

Enfin, il serait illusoire d'envisager la citoyenneté européenne sans la replacer dans un contexte global. À l'heure de la mondialisation, l'Europe ne peut limiter son horizon aux frontières de ses États membres. Être citoyen aujourd'hui se conjugue au pluriel, la citoyenneté européenne n'étant qu'un échelon parmi d'autres. Ouverts sur le monde, de par leur origine ou leur tissu de sociabilité, de nombreux citoyens sont peu réceptifs à la dimension européenne. Pourtant, ils évoluent au quotidien dans un environnement interculturel et participent à la création de communautés plurinationales, virtuelles et réelles. Et si finalement l'ouverture mondiale était un moyen de reconquérir la citoyenneté européenne ?

Lorsqu'on évoque le rôle des associations en Europe, la tentation est parfois grande de limiter leur implication aux plateformes de lobbying basées à Bruxelles ou de se perdre dans les méandres de sujets aussi techniques que les services sociaux d'intérêt général. Or, de nouveaux modes de participation au dialogue civil émergent au niveau européen, liés à l'apparition de collectifs informels pour la défense d'intérêts communs ou à la création de dynamiques transnationales indépendantes des logiques institutionnelles bruxelloises.

Le monde associatif possède des atouts indéniables pour promouvoir le dialogue interculturel et favoriser la rencontre entre citoyens au niveau européen. Son positionnement au plus près des acteurs et réalités du terrain, sa vocation à rassembler, sa capacité à faire éclore la créativité et son ancrage territorial en font un acteur incontournable du dialogue citoyen européen. Les associations, plus que les institutions, sont aujourd'hui susceptibles de favoriser le rassemblement des citoyens européens autour des valeurs fondatrices de solidarité, d'égalité des droits et de liberté. Et si l'Europe de demain reposait sur un vaste maillage associatif ?

# 9ª Parte

---

## *Dinâmicas associativas*

39.	Objetivos do Projeto comuns com Objetivos da APCEP	145
40.	Academias Gulbenkian do Conhecimento	146
41.	Conferência na Gulbenkian ( 2 de maio) com Lorenzo Marsili com desafio à candidatura de pequenos projetos.	147
42.	Alargar a base de cidadania aumentando e enriquecendo a rede de Cidadania dos parceiros da APCEP.	148
43.	Colaboração com a <b>ACTIVAR</b> : Cidadania no desenvolvimento das Regiões do interior Centro	149
44.	Colaboração com a <b>IHUMANUS</b> Jovens e adultos na prevenção do insucesso escolar com crianças pequenas	151



### 39.Objetivos do Projeto comuns com Objetivos da APCEP

Promover a sustentabilidade e a capacidade das ONG a longo prazo, fortalecendo o seu papel na promoção da participação democrática, da cidadania ativa e dos direitos humanos.

o Programa procura apoiar projetos que promovam

- a democracia, a cidadania ativa, a boa governação e a transparência;
- os direitos humanos e a igualdade de tratamento, através do combate a quaisquer formas de discriminação
- a justiça social e a inclusão de grupos vulneráveis;
- a capacitação das ONG

- Envolver a sua atividade com associações parceiras no sentido da formação de jovens para a cidadania.
- Aprofundar o conhecimento sobre cidadania mobilizando a capacitação das associações parceiras incluindo a APCEP.

## 40. Academias Gulbenkian do Conhecimento

<https://gulbenkian.pt/grant/academias-gulbenkian-do-conhecimento/>

Do regulamento da Gulbenkian:

- Período de tempo (entre 9 a 36 meses)
- Este concurso destina-se a apoiar projetos que pretendam promover as seguintes competências sociais e emocionais em
- crianças e jovens até aos 25 anos
- adaptabilidade, autorregulação, comunicação, pensamento criativo, resiliência e/ou resolução de problemas.
- Os projetos utilizam uma Metodologia de Referência, que se concretiza em atividades nos domínios artístico, científico, comunitário, cultural, desportivo, educativo, da saúde, da solidariedade ou tecnológico.

A APCEP acrescenta:

- Crianças e/ou jovens oriundos de famílias de baixas qualificações escolares
- Desenvolvimento (ou aquisição!) da competência Literacia (incluída nas outras)
- Envolvimento das famílias
- Envolvimento da respetiva comunidade
- Este projeto tenderia a criar um C3 (Centro Comunitário de Conhecimento, Cidadania e Criatividade) isto é, uma *Academia do Conhecimento*..

O Projeto deveria consistir na realização de algo útil para os destinatários, que consistisse na conceção e realização de um projeto. Eles deveriam definir os objetivos, planificar, agendar, realizar as ações, avaliar, reformular... Sem formalismos, iam escrevendo e lendo pelo meio, iam vendo os resultados... Deveria ter-se apenas atenção a que todos, cada um, participasse, ninguém ficar para trás...

Exemplos: i) fazer um filme de algo ligado ao património da comunidade, ii) preparar um passeio para uma visita com pessoas da comunidade, iii) preparar um desfile de carnaval, iv) organizar um stande para uma feira local....

### FORMAS DE PARTICIPAR

- Cada grupo ou associação poderia candidatar-se individualmente referindo a APCEP como parceira. (esta seria a melhor hipótese!)
- Se o grupo não quisesse, por alguma razão, candidatar-se sozinho poderia ser incluído na proposta da APCEP.

Poderíamos fazer assim uma rede de Academias do Conhecimento.

Teríamos de agir rapidamente porque o prazo é muito curto e a candidatura fácil de fazer.

## 41. Conferência na Gulbenkian

2 de maio 2019



Participação no encontro na Fundação Calouste Gulbenkian com a presença do italiano Lorenzo Marsili.<sup>25</sup>

A sua conferência enquadra a atualidade e relevância dos novos concursos de 2019 dirigidos a ONG portuguesas que promovam **pequenos projetos** (até 18 meses) para **fortalecer a cultura democrática e a consciência cívica**, bem como **grandes projetos** (até 30 meses) para **reforçar a capacidade e sustentabilidade da sociedade civil**.

3 nível de envolvimento:

→ apoio, ajuda aos outros

→ intervenção nas políticas

→ educar, formar para a cidadania

ver também Desenvolvimento Moral (Kohlberg) fase pós convencional

Lorenzo Marsili é investigador principal da EA UK. É diretor executivo e co-fundador da European Alternatives.

Supervisiona as três principais áreas de trabalho da EA, artes e cultura, participação e campanhas, e é também o porta-voz da Iniciativa de Cidadania Europeia sobre Liberdade de Mídia.

Coordena ainda um programa plurianual de intercâmbio de artes entre inovadores culturais no Brasil, China e Europa, com foco na promoção da cooperação Sul-Sul.

Anteriormente, trabalhou como diretor de arte do Festival Transeuropa e foi editor da revista Naked Punch.

É formado em filosofia, sociologia e estudos chineses pela Universidade de Londres.

Lorenzo Marsili é um comentarista activo e orador público e participou em painéis em toda a Europa e para além dela, recentemente como orador principal na reunião anual da Rede de Educação Cívica da Europa (NECE) em Haia.

Foi convidado para uma sessão na Conferência de Imprensa Livre anual nos EUA sobre Advocacia Global pela Mídia Livre em abril de 2013, e falou no 5º Festival Subversivo em Zagreb (julho de 2012) sobre a transformação e difusão da soberania.

<https://transsol.eu/people/consortium/european-alternatives/>

<sup>25</sup> orador convidado para falar sobre o papel das ONG no fortalecimento da cultura democrática, que estará em Lisboa enquanto membro da direção da CIVICUS, plataforma global que congrega organizações da sociedade civil e ativistas de todo o mundo.

## 42.Objetivo: Alargar a base de cidadania aumentando e enriquecendo a rede de Cidadania dos parceiros da APCEP

Informar/convidar a participar, oferecer ajuda às associações nossas parceiras:

- *Activar, Dueceira, Adiber*: cidadania dos jovens nas zonas rurais de interior.
- *Oikos* – Leiria
- *Letras Nómadas* – ciganos
- ADCM – Associação de Desenvolvimento de Moura
- IHumanus (Coimbra) jovens e seniores na prevenção da iliteracia.
  1. Com este objetivo foram enviados emails a estas Associações, propondo-lhes a candidatura a esta fase de pequenos projetos de Cidadãos Ativos.
  2. Foi realizada uma reunião com a ACTIVAR na Lousã e outra com a IHumanus em Coimbra.
  3. Foi feito um rascunho para ajudar a escrever o ponto 5. Das respetivas candidaturas que apresentamos seguidamente.

Nota: Ver também em Textos Fundamentadores

[Tribune Fonda N°220](#) - Associations et citoyenneté en Europe - Décembre 2013

L'engagement associatif vecteur de citoyenneté ?

Hélène Bonvalot

## 43.Colaboração com a ACTIVAR

### Cidadania no desenvolvimento das Regiões do interior centro

Ponto 5 (do formulário decandidatura)

#### Objetivos do Projeto:

Objetivo geral: Criar condições, através da formação de jovens, para o desenvolvimento de uma cidadania responsável perante as situações específicas das regiões do interior centro.

Objetivos específicos: formação de um grupo de jovens capaz de atuar na região, atuando junto das várias Associações locais; desenvolver uma cultura específica de desenvolvimento das zonas rurais do interior junto das populações locais com vários níveis de qualificações escolares e diversidade de grupos etários; criar, com apoio dos especialistas, técnicos e populações locais conteúdos necessários da sobrevivência ao desenvolvimento das zonas rurais de interior; experimentar e difundir metodologias de intervenção junto dos vários grupos-tipo específicos.

#### Descrição do projeto e articulação entre as suas componentes:

Os problemas ocorridos nos últimos anos na Região Centro obrigam a uma resposta cidadã daqueles que aí residem e dos que a venham a procurar para aí se instalarem ou para usufruto de lazer. Os problemas referidos revelam que as várias respostas oferecidas a estes territórios implicariam especificidades que, não tendo existido, sem respeitarem a sua diferença, criou a situação de catástrofe vivenciada. Torna-se pois necessário pensar, com os locais, as respostas cidadãs, de acordo com as características de cada local, que permitam viver e desenvolver estes territórios com uma cultura de sustentabilidade, instalada na prática de solidariedades locais.

A necessidade de formação geral da população para dar estas respostas implica uma intervenção formativa específica em todos os níveis etários e em todos os grupos sociais. No entanto, as respostas educativas, de matriz centralizada, não têm permitido as formas de resolução adequadas. Os docentes que atuam nestas regiões têm uma formação de padrão único, para todo o país e a instabilidade profissional nos primeiros anos de formação, não lhes permite adquirirem o saber necessário para formarem os mais jovens, desde crianças, para conhecerem, viverem, usufruírem, partilharem, desenvolverem estes territórios, sobretudo nas suas componentes florestais. Também estas aprendizagens, processando-se localmente, permitiriam criar redes de solidariedade que envolvessem crianças, jovens e adultos, sobretudo seniores, na procura de respostas à resolução de problemas concretos, muitas vezes de âmbito comunitário.

*[completar com algo retirado da Metodologia pois está com carateres a mais]*



## Metodologia proposta para a implementação do projeto

Este projeto procura formar atores locais para conhecerem, intervirem e se protegerem a si e aos forasteiros nas suas vivências nos territórios. Procura-se desenvolver um projeto em duas fases submetendo apenas a primeira neste projeto.

Assim, numa primeira fase – pequeno projeto de 18 meses – procurava a ACTIVAR b) construir as metodologias de intervenção e a) definir os conteúdos – mensagens que é preciso dominar e saber transmitir – assim como c) proceder à formação do primeiro grupo de jovens oriundos de vários concelhos da Região Centro.

Numa segunda fase – projeto grande – em parceria com as associações da Região, sobretudo Associações de Desenvolvimento Local (ADL) alargava-se o projeto a um espaço mais extenso da Região Centro à semelhança do que já se fez há 10 anos com o projeto *Região Solidária* <http://www.minhaterra.pt/regiao-solidaria-a-hora-da-controversia.T10150.php> envolvendo 8 associações (ADL) da região precisamente com objetivos de cidadania, dirigindo-se agora a uma nova população jovem com objetivos centrados na proteção e desenvolvimento das regiões montanhosas do interior.

- a) A construção de metodologias de intervenção específica seria realizada através da intervenção junto desses grupos de acordo com as suas potencialidades e contextos – relação com os locais comunitários, relação com grupos de visitantes, das crianças do pré-escolar aos vários graus do secundário, desenvolvimento de vocações para viver e trabalhar na região. Cada jovem ou grupo, para além de aprofundar os conteúdos a desenvolver estudaria as metodologias específicas de intervenção junto de cada grupo- tipo através da intervenção que realizasse num processo de investigação-ação.
- b) Criação de um grupo de jovens formados nas problemáticas em jogo e nas intervenções comunitárias que permitiria, numa segunda fase (novo projeto) difundir pelas várias ações e atores parceiros da região.

[em construção]

02-07-2019

[https://mail.google.com/mail/u/0/#advanced-search/to=geral%40activar.org&subset=all&within=1d&sizeoperator=s\\_sl&sizeunit=s\\_smb&query=to%20](https://mail.google.com/mail/u/0/#advanced-search/to=geral%40activar.org&subset=all&within=1d&sizeoperator=s_sl&sizeunit=s_smb&query=to%20)

Salgado, Lucília (2018): Notas para um estudo fundamentador de propostas para o desenvolvimento da educação nas zonas rurais do interior in *Estado da Educação 2017*. Lx: Conselho Nacional da Educação- pg 380-390

*NOTA: [faltam aqui as especificidades dos recursos locais que entretanto perdi. Se for necessário reescrevo]*

[O projeto não chegou a ser apresentado porque foi num período de muito trabalho que não permiti-tu dispendir o tempo necessário para a elaboração do projeto]. ☹

## 44.Colaboração com a IHUMANUS

### Jovens e adultos na prevenção do insucesso escolar com crianças pequenas

#### 1. Designação do Projeto (título do projeto) \*

Designação

Temos de arranjar um nome para o projeto...

Tens ideias? Eu não?

Más hipóteses: Todos pela literacia; Literacia e cidadania; Todos pela literacia e cidadania; Literacia para a cidadania... Claro que não gosto de nenhum; 😊 procuram-se ideias geneais!

#### 3. Identificação dos Parceiros

Este é um pequeno projeto e não precisa formalmente de parceiros mas pode colocar-se ESEC, APCEP e CM de Coimbra??? Ou Escolas do concelho de Coimbra.... Não sei vejam lá...

#### 5. Âmbito geográfico do projeto

Região Centro

##### Grupo-alvo Principal do Projeto

Jovens que frequentam o Ensino Superior na licenciatura em Animação Socioeducativa e seniores da Escola de Educação Senior da IHumanus. Procura atingir-se 10 jovens devidamente formados durante os 18 meses de formação embora sejam sensibilizados para o problema cerca de 50 do mesmo curso (**António, vê lá se queres precisar melhor os jovens**). Os seniores que irão estar envolvidos serão igualmente um ponto de partida fundamental para posteriormente alargar o projeto a todo o país.

##### Outros Grupos-alvo do Projeto

Crianças em idade pré-escolar oriundas de meios sociais de baixas qualificações escolares que frequentam centros de Coimbra (**Vejam lá, não sei bem...**) e respetivas famílias. Dá-se prioridade às que entrarão em 2021 no 1º Ciclo do Ensino Básico. Procura-se “até 2030, garantir que todas as raparigas e rapazes tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo a que estejam preparados para o primeiro ciclo do ensino básico;” AGNU Agenda 2030 | Para uma educação de qualidade.

1-Justificação do Projeto (diagnóstico de necessidades e análise dos grupos-alvo a abranger): deve ser indicada a problemática a que o projeto irá dar resposta bem como as necessidades do grupo-alvo a que irá responder, demonstrando assim a pertinência do projeto. Quais as necessidades existentes que irão ser colmatas com o projeto? Qual a situação dos grupos-alvo a abranger e qual a garantia do seu envolvimento no projeto? Deve

ser descrita a situação de partida e o que se pretende melhorar. Este diagnóstico de partida deve ser, sempre que possível, suportado em dados estatísticos e/ou estudos ou análises externas;- (2500 carateres)

Este projeto procura responder a 3 grandes problemas, de uma forma integrada:

- 1) o insucesso escolar atinge sobretudo as crianças oriundas de famílias e meios sociais de baixas qualificações escolares devido a) ao desconhecimento, por parte dos pais da cultura escolar, b) ao não acesso da criança ao código escrito que lhe permitirá a aprendizagem da leitura e da escrita à entrada para a escola (literacia-emergente);
- 2) a necessidade que adultos seniores sentem de ser úteis à sociedade através da intervenção social;
- 3) a necessidade de combater o idadismo junto da população jovem e de tornar estes jovens cidadãos ativos através da intervenção na resolução de problemas sociais, partilhada com seniores.

Pretende-se organizar atividades em que as crianças, antes da entrada para a escola, adquiram hábitos de relação com a escrita; a descoberta da literacia pela criança em idade pré-escolar. A criança, nesta idade, deverá

- i) criar a necessidade e a vontade de ler,
- ii) deverá descobrir a funcionalidade da leitura e da escrita (onde se lê, como se lê, para que se lê – e escreve –) e

iii) ir também descobrindo como se organiza a escrita, como se escreve (forma silábica) o que os autores chamaram as conceptualizações sobre leitura e escrita (Teberosky, Ferreiro, M. Alves Martins). Esta fase é fundamental para a criação de um bom leitor, condição essencial para a aprendizagem da leitura necessária ao sucesso durante toda a escolaridade. Deverá proceder aquilo que se chama a construção do seu projeto de leitor, inserida em contextos alfabetizadores, uma vez que, na sua família, não tem esta oportunidade. Não se trata ainda de ensinar a ler mas sim de fazer adquirir as competências que as crianças de meios letrados adquiriram nas famílias quando chegam ao 1º CEB. [Sali Bento: O desenvolvimento de literacia emergente em crianças em idade pré-escolar [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11315/1/SALI\\_BENTO.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11315/1/SALI_BENTO.pdf)]

A existência de um grupo de seniores com interesse e disponibilidade poderá permitir criar estes contextos, ricos para a criança. A existência de jovens que desconhecem este tipo de problemas e poderão vir a intervir neles, apoiados por adultos (seniores), em equipas *tendem*, poderá permitir resolver este tipo de necessidades destas crianças. Cria-se assim um contexto de formação cidadã: ~~através do trabalho em equipa~~ para a resolução dum grave problema de exclusão social. O envolvimento no projeto de outras associações alargará a consciência social do problema e a forma de resolver.

**Objetivos do Projeto:** devem ser indicados os objetivos do projeto (o que se pretende mudar), tendo em conta a situação de partida. Sempre que possível construir os objetivos de forma SMART (Specific, Measurable, Attainable, Realistic, Time-framed); (1000 carateres)

1. Criar condições para que 40 crianças de meios de baixas qualificações escolares entrem na escola do 1º CEB com um projeto de leitor (verificado por uma prova) que as torne capazes de desenvolver as competências de literacia necessárias ao seu percurso escolar com sucesso e à sua inserção cidadã na vida ativa.
2. Desenvolvimento, em 20 encarregado/as de educação, de autoeficácia que lhes permita uma relação positiva com o universo escolar.
3. Desenvolvimento de competências de 7 seniores que lhes permita uma intervenção adequada na sociedade e o desenvolvimento da sua autoestima.
4. Desenvolvimento de competências em 10 jovens que lhes permita adquirir capacidade de intervenção neste domínio e prazer na relação intergeracional com o adulto seniore.
5. Criação de um modelo de intervenção que permita alargar este modelo de projeto a outras comunidades. Instalado na ESEC, permita ainda a formação de jovens Animadores Socioeducativos, a desenvolver este modelo de projetos profissionalm/.

Descrição do Projeto e articulação entre as suas Componentes: deve ser feita uma descrição geral do projeto, com indicação das suas componentes e da articulação entre elas. Através da leitura deste campo, deve ser possível compreender toda a lógica do projeto. ; - (2500 carateres)

Após um período de sensibilização das comunidades participantes: seniores que frequentam a Escola de Educação Senior da IHumanus, de jovens estudantes da Escola Superior de Educação de Coimbra e de atores dos jardins-de-infância onde se irá realizar a intervenção, serão criadas as equipas que irão atuar em cada centro. Será realizado um Curso de formação contínua (36 horas), certificado, para que jovens, adultos e seniores da IHumanus, desenvolvam as competências necessárias ao início do seu projeto e à sua reformulação se necessário, assim com ao aprofundamento de novos conhecimentos necessários decorrentes das práticas. Serão selecionados os centros, formadas equipas e realizadas as necessárias visitas. Cada equipa deverá elaborar o projeto de intervenção junto destas crianças, respetivas famílias e trabalhadores do centro (de janeiro a junho de 2020). No mês de Julho será realizada uma sessão pública de apresentação do projeto. Ainda durante este primeiro ano letivo serão criadas relações privilegiadas e feita toda a preparação para se iniciar a atividade com as crianças em setembro de 2020.

As salas onde decorrerão as atividades serão equipadas com os materiais necessários de modo a criar-se um contexto alfabetizador (Teberosky). Será dada maior atenção às crianças que iniciem em 2021 o Ensino Básico e às respetivas famílias. Será feita uma prova de psicogénese da leitura e da escrita a cada criança no início do projeto. Durante o ano letivo 20/21 serão realizadas atividades com todas as crianças dando uma atenção especial a cada criança, sobretudo às que evidenciarem maiores dificuldades. No mês de maio de 2021 será passada de novo uma prova que permita avaliar os resultados obtidos e, se necessário, acentua-se atividades com as crianças que mostrarem mais dificuldade.

No final de junho será realizado um encontro para apresentação dos resultados.

- Metodologia proposta para a implementação do projeto: metodologia a empregar pelo projeto. Importa que seja clara e objetiva. Devem ser apresentadas as medidas, ações e instrumentos selecionados, face ao diagnóstico efetuado (situação de partida) e aos objetivos enunciados anteriormente.

A sessão de sensibilização ao problema que se procura resolver será realizada através da respetiva explicação a partir da passagem de um vídeo da Universidade Aberta : *Psicologia da Aprendizagem da Leitura e da Escrita*; Será seguida por trabalho de grupos a partir de material específico [Lucília Salgado & al *Necessidades e potencialidades em educação de adultos: Material de formação* [http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Necessida\\_Potenc\\_educ\\_Adultos.pdf](http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Necessida_Potenc_educ_Adultos.pdf) ]; Será ainda realizada uma formação de capacitação dos responsáveis institucionais, dos seniores e dos jovens implicados. Para avaliação da formação cada pessoa/grupo realizará um projeto com as linhas de força a ter em conta na atuação junto das crianças e junto das respetivas famílias. Após selecionados os centros será passada a prova às crianças que serão envolvidas no projeto e, após avaliação, analisados os principais pontos de intervenção. Será então feito um projeto específico para cada grupo. Durante as sessões, em cada grupo de crianças, serão desenvolvidas atividades reais que permitam desenvolver a linguagem oral. As crianças serão convidadas a falar com os respetivos progenitores. Será dada uma atenção particular aos pais (father) dos rapazes envolvidos no projeto para facilitar a motivação dos meninos (o insucesso escolar é superior nos rapazes devido à não existência de homens envolvidos no início da escolarização em que acontece a formação da identidade da criança). Contar histórias, ler poesias, desenvolver lenga-lengas e trava-línguas, farão parte de projetos e de atividades funcionais com cada criança se aproprie da utilidade da leitura e da escrita no quotidiano. Para o desenvolvimento da literacia emergente serão propostas atividades e mesmo projetos onde, perante a funcionalidade da leitura e a da escrita a criança não só adquira a compreensão da sua utilidade e funcionamento como se motive pela sua realização e aprendizagem. O apoio à descoberta da criança será um vetor fundamental. A criança será ainda apoiada nas suas tentativas de escrita de acordo com o desenvolvimento da fonetização. Os pais, irmãos e outros familiares serão apoiados no seu envolvimento procurando assim, intervir na

literacia familiar. Nesse sentido, de acordo com as possibilidades e os meios sociais procura-se igualmente apoiar o desenvolvimento da literacia de outros elementos da família. Trabalhando em “tendem” os dois elementos (senior e jovem) desenvolverão entre si as atividades e o apoio a cada criança. A aplicação da prova de avaliação inicial permitirá entender o avanço de cada criança. Ressalva: estas atividades serão de lazer para a criança e realizadas sem qualquer tipo de pressão, em contextos de criatividade. A avaliação do processo será realizada pelos respetivos grupos na apresentação pública do trabalho realizado.

- Identificação dos principais produtos resultantes do projeto (quando aplicável): este campo não é obrigatório. Devem ser identificados todos os produtos que resultem do projeto, tais como manuais de boas práticas e outras publicações, filmes ou documentários, apps, etc.; (1000 carateres)

Os principais produtos são, de facto, a formação adquirida pelos jovens, pelos seniores, pelos progenitores e pelos profissionais que venham a estar envolvidos. Será, sobretudo, as competências de literacia que as crianças consigam desenvolver e venham a facilitar o seu sucesso assim com a autoeficácia criada junto dos seus progenitores em relação à escola. São também produtos significativos, o modelo que se crie de intervenção para resolução deste problema e do modo de atuação junto de futuros profissionais e voluntários neste domínio – Animadores Socioeducativos. Serão feitos programas de televisão a difundir pela ESECTV e para colocar no Youtube, pelos profissionais da ESEC e pelo grupo do Canal Seniore da IHumanus. Adaptação e produção de 3 powerpoints para difusão da problemática.

- Sumário executivo da candidatura, em inglês (resumo da justificação, objetivos e descrição do projeto): um resumo dos três pontos anteriores, em inglês. O candidato deverá ter em atenção as recomendações indicadas nos campos anteriores, para que este sumário englobe todos os pontos. Em caso de aprovação, este sumário será disponibilizado na versão em inglês do *website* do Programa e no site dos EEAGrants. (1000 carateres)

Um dos principais problemas que afeta o desenvolvimento de qualificações e a prática de cidadania centra-se no baixo nível de literacia das crianças desde os primeiros anos de escolaridade. Na sua origem estarão as baixas qualificações dos pais incluindo a ausência de prática de literacia na família e a dificuldade de envolvimento nos percursos escolares dos filhos. Atuaremos de forma precoce junto destas crianças e famílias antes da entrada para a Escola com as possibilidades que as oriundas de meios letrados têm. O trabalho que a IHumanus tem vindo a realizar com grupos seniores permitiu perceber o seu interesse por fornecerem o seu contributo contra a exclusão social, assim como a possibilidade de jovens em formação na Escola Sup. de Educação, aprenderem a construir projetos de resolução destes problemas. A partir da relação virtuosa verificada entre seniores e jovens atuaremos em “tandem” com cada grupo de crianças e *respetivas famílias*.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup>—No final do projeto, o grupo de crianças com quem se trabalhará estará em melhores condições em relação às suas competências de literacia (emergente) incluindo uma melhor inserção em contexto de literacia familiar e à capacidade dos progenitores se relacionarem com o seu percurso escolar

Descrição do papel do(s) parceiro(s) no projeto por componentes: **Este campo é obrigatório apenas para os grandes projetos** e deve ser preenchido com a descrição do papel que cada parceiro irá desempenhar no projeto (divisão de tarefas, contributo de cada um para os resultados previstos), tendo em conta as componentes identificadas no campo “Descrição do Projeto e articulação entre as suas componentes”; (1000 carateres)

Os principais parceiros do projeto são a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, sede da IHumanus e parceira privilegiada deste projeto uma vez que também os jovens que participarão no projeto serão alunos ou ex-alunos das licenciaturas da Escola. As Câmaras municipais, em relação com as escolas e instituições de educação de infância serão a base do projeto. Outro parceiro será a APCEP – Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente que contribuirá com algum saber especializado em relação às competências a desenvolver pelas crianças e respetivas famílias.

[Lucília Salgado (coord.) As novas potencialidades da educação de adultos na construção do sucesso escolar dos filhos

[http://biblioteca.esec.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=\(AUT%3dSalgado%2c+Luc%c3%adlia+Maria+Cardoso%2c+1950-%25\)+&PageIndex=2&PageSize=10&DataBase=10200\\_GLOBAL&Operator=&Profile=Default\]](http://biblioteca.esec.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=(AUT%3dSalgado%2c+Luc%c3%adlia+Maria+Cardoso%2c+1950-%25)+&PageIndex=2&PageSize=10&DataBase=10200_GLOBAL&Operator=&Profile=Default)

[Necessidades e potencialidades em Educação de Adultos. Material de Formação

[http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Necessida\\_Potenc\\_educ\\_Adultos.pdf](http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Necessida_Potenc_educ_Adultos.pdf) ]

- Razoabilidade económica do projeto: deverá ser feita uma análise que compare os custos propostos com os resultados que o projeto se propõe alcançar, de forma a evidenciar a boa utilização dos fundos públicos. A proporção de custos administrativos e de pessoal no total do projeto será aqui avaliada. A utilização de custos-padrão ou de outros indicadores em projetos similares poderá ser útil neste contexto; (1500 carateres)

[tem de se fazer depois do orçamento!]

- Sustentabilidade do projeto: deve ser apresentada a mais-valia produzida pelo projeto a longo prazo. Poderá ser descrita a capacidade do projeto gerar ou vir a gerar receitas, o potencial de replicabilidade ou escalabilidade do projeto, a capacitação das entidades envolvidas, e com que meios, e em que condições, será assegurada a continuidade prevista do projeto. As receitas previstas do projeto devem também ser indicadas, se aplicáveis. A eventual integração em políticas públicas é também garante de sustentabilidade. (1500 carateres)

Tratando-se de um projeto de cidadania, a principal mais-valia do projeto centra-se no combate à exclusão social. No entanto o acesso ao emprego de vastas camadas da população é facilitado pelo aumento da escolaridade e a boa integração na Sociedade do Conhecimento (Lisboa 2000). Hoje ainda uma das maiores dificuldades de desenvolvimento do país centra-se no baixo nível das qualificações escolares dos nossos jovens. Procuramos combater, num país que avança a duas velocidades, a existência de um grupo que se arrasta na fila de trás. Também a OCDE (Ceri 1992) veio alertar para o atraso no desenvolvimento económico dos baixos níveis de literacia da população adulta por vezes com 10 e mais anos de escolaridade. É também esta população que tem filhos na escola que vão ficando para trás devido à falta de condições para aprender a ler e a escrever que se procura diminuir com este projeto. Embora não seja esta a única forma de resolver este problema – a escola teria uma palavra a dizer – procura-se pela difusão da metodologia que prepararemos e pelo alertar da consciência social para o problema, utilizando os recursos de solidariedade disponíveis – com vantagem – difundir processos alternativos de aumento da exclusão social e escolar. A formação de alunos da Licenciatura em Animação Socioeducativa permitirá expandir o número de profissionais formados no domínio. Os resultados deste projeto farão ainda parte do currículo da disciplina Literacia desta licenciatura (6ECTS).



- Plano de comunicação associado ao projeto: descrição das medidas de comunicação e a sua adequabilidade aos objetivos do projeto, nomeadamente o tipo, dimensão e âmbito dessas ações. Importa salientar que o plano de comunicação aqui descrito deverá estar conforme com o disposto na secção 6.8 do Manual do Promotor;

Na fase inicial do projeto será realizado na ESEC um Seminário destinado aos seniores, aos alunos da licenciatura em Animação Socioeducativa (ASE) e aos profissionais que o desejarem da nossa rede de contatos (outros conce-  
lhos do distrito com que trabalhamos) onde será explicada a problemática em questão e o tipo de resposta a que nos propomos, difundindo ainda na página da ESEC. Todos os alunos de ASE serão futuramente informados deste projeto e desafiados a realizá-los nas suas comunidades.

No *website* da IHumanus <https://www.esec.pt/investigar-transferir/transferencia-de-conhecimento/escola-de-educacao-senior-ihumanus> será colocada informação do projeto e atualizado regularmente através dos seniores que assumirão essas funções, sobretudo através da página do Facebook <https://www.facebook.com/IHS%C3%A9nior-Escola-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-S%C3%A9nior-282034251948479/>.

Também os seniores aproveitarão o canal IHSenior para difundir informação.

Tendo a ESEC o programa semanal ESECTV na RTP 2, serão difundidas regularmente informações deste projeto. Os alunos da Licenciatura em Comunicação Social serão igualmente informados e mobilizados para esta problemática. Todo o material do projeto terá os logotipos dos Active Citizens Funde do Consórcio F C Gulbenkian/F Bissaya Barreto, da ESEC e da IHumanus.

Na parte final do projeto será realizado um seminário de encerramento, difundindo os materiais produzidos e disponibilizando-se a IHumanus para ajudar novas candidaturas.

- Mecanismos propostos para a monitorização e avaliação do Projeto: descrição dos mecanismos e explicitação da forma de como estes contribuirão para assegurar a monitorização, e posterior avaliação, por parte do promotor. A avaliação externa é obrigatória no caso dos grandes projetos, pelo que deve ser aqui referida; (1500 carateres)

A monitorização do projeto é fundamental uma vez que funcionará numa perspetiva de investigação-ação, interessando-nos entender como os objetivos são (ou não) conseguidos, quais as diferenças entre as crianças, que tipo de dificuldades surgem e como poderão ser removidas e, sobretudo o modo de envolvidos os pais, mães e outros familiares das crianças. Será constituída uma comissão de acompanhamento constituída por ex- estudantes da ESEC que fizeram estágios e teses neste domínio e com professores da ESEC que questionem e coloquem desafios ao projeto. Do mesmo modo uma professora da ESEC especialista neste domínio (Lucília Salgado) será chamada a acompanhar o projeto. No início do projeto será passada a cada criança uma prova de psicogénese da leitura e da escrita (M.Alves Martins, ISPA), serão notadas dificuldades surgidas e, no final serão de novo passadas as provas antes de entarem no 1º Ciclo do EB. Os professores destas crianças serão informados do processo e acompanhados os seus resultados nos primeiros anos de escolaridade (passada prova de leitura no final do 1º ano de escolaridade- M. Alves Martins, ISPA).

Os resultados da avaliação externa serão ainda dsifundidos junto dos participantes no projeto e na sessão de encerramento.

- Articulação (sinergia) com outras atividades do promotor e parceiro(s), designadamente projetos com financiamento público: de que forma o projeto se insere na lógica de atuação da(s) ONG envolvida(s) e que ganhos de sinergia ou economias de escala podem ser esperados relativamente às suas atividades normais. Deverá ser também indicado o número de projetos desenvolvidos nos últimos três anos que estejam relacionados com o projeto apresentado. Esta pergunta é de resposta opcional para os pequenos projetos (1000 carateres)

*(projetos da IHumanus e da ESEC depois tb posso dizer umas coisas)*

[esta é uma base para o ponto 5. O resto, acho que terá de ser visto com o material de candidatura na mão. Eu não tenho aqui o nosso projeto mas já pedi à Manuela para nos guiarmos]

A igualdade, a coesão social e a cidadania ativa devem ser promovidas de modo a permitir que todos os cidadãos, independentemente da sua situação pessoal, social ou económica, continuem a desenvolver ao longo da vida aptidões profissionais específicas.

---

[O projeto não chegou a ser apresentado por dificuldades técnicas na submissão da candidatura e porque

foi num período de muito trabalho que não permitiu dispendir mais tempo].

---





# 10<sup>a</sup> Parte

---

## Materiais produzidos/utilizados/conhecidos

45.	Dinâmica nº 1 da sessão inicial - Somos uma rede solidária	158
46.	Dinâmica nº 2 da sessão de Vila Nova de Poiares	159
47.	Filmes: 4 curtas para as crianças conhecerem histórias indígenas <a href="https://lunetas.com.br/historiasindigenas/?fbclid=IwAR3eacY-mZHQuuISWcEXpX52x6r3JAppkvBshbVLmILKemDrExHNutmUbro">https://lunetas.com.br/historiasindigenas/?fbclid=IwAR3eacY-mZHQuuISWcEXpX52x6r3JAppkvBshbVLmILKemDrExHNutmUbro</a>	163
48.	Video participativo	

### 45. DINÂMICA 1<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Uma dinâmica é um jogo com objetivos bem definidos

# Somos uma rede solidária

## Literacia para a Democracia

### FICHA TÉCNICA nº 1

**Título:** Somos uma rede solidária

**Contexto:** 1ª sessão do grupo de coordenação do projeto Literacia para a Democracia

**Destinatários:** elementos dos 4 grupos que formarão a equipa dirigente durante o tempo do projeto

**Objetivos:**

4. Criar espírito de grupo, solidário e capaz de enfrentar as dificuldades com solidariedade;
5. Identificar as pessoas pelas suas potencialidades;
6. Partilhar apreensões de partida procurando soluções

**Atividade:**

6. As pessoas colocam-se em roda, de pé.
7. Uma pessoa envia o novelo para outra qualquer, ficando com uma ponta na mão, dizendo o seu nome e de onde vem; uma característica positiva acerca da sua pessoa; a expressão de uma das suas apreensões ao iniciar este projeto.
8. A pessoa que recebe o novelo diz o mesmo tipo de coisas e passa o novelo a outra.
9. O novelo deverá dar a volta a todas as pessoas.
10. No fim fica uma rede em que cada um segura uma ponta dizendo-se que se procura que seja assim o projeto que iniciamos.

**Materiais:** um novelo de lã, redondo.

**Avaliação:** toda a gente ter percebido o funcionamento e os objetivos do jogo e ter participado ativamente.

Obrigada! 😊

## 46. DINÂMICA 2

### Literacia para a Democracia

#### FICHA TÉCNICA nº 2

##### Título: Perfil do Facebook

**Contexto:** 2ª reunião de concertação

**Destinatários:** elementos das diferentes organizações que integram a equipa de trabalho do projeto - APCEP, ICreate, ESEC, Centro Qualifica de Paço de Arcos, ALEM e Barafunda



##### Objetivos:

1. Promover o auto e heteroconhecimento
2. Fortalecer as relações interpessoais
3. Introduzir conceitos relacionados com Cidadania
4. Criar sinergias
5. Potenciar um momento de descontração, promotor da participação ativa na sessão

##### Atividade:

11. Fazem-se dois círculos com cadeiras, um de dentro e outro de fora, de forma a que as pessoas fiquem sentadas frente a frente.

12. Cada pessoa vai buscar uma folha e uma caneta;
13. As pessoas que estão na fila de fora vão circulando e sempre que param à frente de o/a colega vão desenhar a sua “foto”, que irá ser a foto de perfil no Facebook – vão rodando à medida que o/a líder da atividade indica;
14. Depois de feita a foto de perfil, vão-se colocando questões – perfil da pessoa:
  - Nome
  - Comida preferida
  - Uma característica
  - Viagem de sonho
  - Se pudesse viver outra vida qual seria(As pessoas continuam a rodar conforme orientações do/a líder)
15. Após feito o perfil de Facebook dos/as participantes que estão de dentro, trocam para a cadeira de fora e repete-se o mesmo procedimento.
16. De seguida, duas opções:
  - (a) Cada pessoa pega na sua foto de perfil e apresenta-se;
  - (b) Retira-se folhas aleatória e apresenta-se ao grupo a pessoa que calhou.

**Materiais:**

- Cadeiras
- Folhas coloridas
- Canetas/Marcadores

**Avaliação:** todos ficam com o seu perfil do Facebook e participarem ativamente na sessão.



**47. curtas para as crianças conhecerem**

## histórias indígenas

Acreditamos no potencial das narrativas de ficção para ampliar a noção de mundo das crianças, favorecendo o respeito pela diversidade cultural e étnica



### Toda Criança Pode Aprender

Um projeto do Laboratório de Educação que busca provocar reflexões e sensibilizar os adultos sobre o seu importante papel no processo de aprendizagem das crianças. A partir de dicas, referências e diálogos visa promover interações significativas dentro e fora da escola.

No Brasil, existem mais de 300 etnias indígenas, o que significa que há mais de 270 línguas indígenas diferentes no território brasileiro.

Apresentar toda essa cultura ancestral para as crianças – tanto na escola quanto em casa – é valorizar uma parte primordial da História de nosso país, e comunicar aos pequenos a importância de lutar pela preservação dessa diversidade.

Pensando em incentivar essa relação por meio da arte, o nosso parceiro [Toda Criança Pode Aprender](#) fez uma seleção de curtas-metragens que trazem histórias indígenas especialmente para o público infantil. São quatro produções que dialogam com povos indígenas não só do Brasil, mas de diferentes lugares do continente americano, contadas do ponto de vista das próprias [crianças indígenas](#).

Dentre as produções, está o premiado [“Caminho dos gigantes”](#) (“Way of giants”), dirigido por Alois Di Leo em 2016, e que conta a história de Oquirá, uma menina indígena de seis anos que desafia o seu destino e tenta entender o ciclo da vida.

Acreditamos no potencial das narrativas de ficção para ampliar a noção de mundo das crianças, favorecendo o respeito e a empatia.

### **Assista!**

<https://lunetas.com.br/historias-indigenas/?fbclid=IwAR3eacY-mZHOuulSWeEXpX52x6r3JAppkvBsHbVLmiLKemOrFxHNutmUbro>

## 48.Video participativo

O visionamento do video

na reunião de Vila Nova de Poiares permitiu

O que tem este video a ver com cidadania?

as seguintes reflexões perante a questão

- tem como objetivo o empoderamento das pessoas. Serem capazes de... e reconhecerem que são mais capazes. Chamos de aumento da **autoeficácia**. Quanto mais fores capazes de fazer e soubermos que somos capazes mais avançamos, fazendo.
- Reforça a entreajuda, a solidariedade, o respeito pelos outros. Perante uma dificuldade, ajudamos, não minimizamos ou “gozamos” os que não sabem. Estava-se atento de modo até a antever eventuais dificuldades.
- Respeito pelos que não sabem, ajudando-os a vencer dificuldades
- Apresentam-nos jovens africanos a terem as mesmas dificuldades que todos temos. Eles não conhecem esta nova (para eles) tecnologia e vão aprendendo. No fim evidenciam que aprenderam!
- No entanto, no final, mostram-nos os seus saberes através da evidência de práticas etnográficas. Verifica-se que há uma troca de saberes, onde cada grupo evidencia o que sabe.
- Valorização das trocas culturais.
- Respeito pelo ritmo de cada um dando-se tempo a cada pessoa.
- Apresenta um modo de aprender para cada um poder ir controlando as suas aprendizagens (os 10 passos).
- Mostra a importância do trabalho de grupo e evidencia as regras de como se deve praticar.
- Existe a perspetiva do ensinar aos outros, de fazer crescer...
- Hoje é possível fazer video participativos com o telemóvel.
- Também é possível fazer fotografia participativa.
- Os video são profutos feitos por nós e que podem sempre ser objeto de avaliação.
- Fazemos legendas dos videos em português e inglês por respeito por quem não domina a outra língua. Idem em lingua gestual.
- A ICreate fez um video no “Clube dos Velhos Amigos” respondendo à questão

Se eu fosse presidente por um dia

## LITERACIA PARA A DEMOCRACIA



16.02 - Reunião parciais na Gulbenkian



A iCreate em parceria com o Projeto Letras Pró Vida da ESEC, a Associação Barafunda na Brezília e a Associação ALEM em Oeiras, sob a coordenação geral da APCEP - Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente, desenvolverá até 2021 o Projeto Literacia para a Democracia, tendo sido selecionado para financiamento europeu pela Fundação Calisto de Gulbenkian.

O presente projeto visa numa



30.03.20 - 1ª reunião de concertação geral



## CLUBE DOS VELHOS AMIGOS



A minha ida ao programa da TVI - A Tarde é Sua -

"Para mim um caso inesperado... Quando recebi a convite pessoal



A minha vida dava um livro

Abílio Antunes é o segundo autor a publicar brevemente a sua autobiografia na coleção A minha vida

Continue a Di-  
mãe

Foi assim: 1  
dia da criança



**ate**  
RA DA CAIXA

ASSOCIAÇÃO FORA DA CAIXA

COMO SER SÓCIO

EDI



19.06 - Reunião de trabalhos 1



19.06 - Reunião de trabalhos 3

**Parceiros:**  
- APCEP  
- ALEM  
- Barafunda  
- iCreate Polares  
- ESEC / Letras Pró Vida  
- Município de V. N. de Poiares  
- Município de Condeixa-a-Nova



19.06 - Reunião de trabalhos 4



19.06 - Reunião de trabalhos 2



19.06 - Reunião de trabalhos 5

Maria dos Anjos apresentando-se com elogios e carinhosas palavras que de coração agradeço. Tinha prometido não chorar mas o coração transbordou de alegria e de água ao abraçar a Mãe e o Alim, antigos alunos da minha escola nº 14. Também não esqueço o Tiago e a Cláudia, os rapazes da TVI que foram a minha casa e filmaram o meu quintal, a minha entrada no carro a conduzir em direção a Polares, no ginásio e depois rumo a iCreate onde nos esperavam os colegas dos Talentos na Maturidade, um grupo musical do qual faço parte."

A todos minha eterna gratidão  
Isaura Mota.

22 de abril 2019



03.04 - Foto com participantes da Feira do Livro de Vila Nova de Poiares com uma sessão de Contos de Mouro. A obra "Histórias da Horta: Portugal" preparámos momentos de intervenção com os alunos do secundário, (Fotografias - Rede de Bibliotecas de V. N. de Poiares)



03.04 - Feira do Livro em Polares



23.06 - Reunião 8



23.06 - Reunião 4

23.06 - Reunião 4  
concluiu a minha  
missão foi dedicada  
participando-lhes

Isaura Mota  
Lacortina  
Nogueira

FUNDACÃO  
CALISTO GULBENKIAN

FUNDACÃO  
GIGASIA EXARCTO

OPERAÇÃO  
PROVA  
DEBATE

[A continuar, com o andamento do projeto]

Lucília Salgado

Presidente do Conselho Executivo da APCEP

Agosto de 2019

Lisboa